



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

**CAMPUS ERECHIM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

PAULA SALETE CASADO ZAGO

**GRAVIDEZ NA GRADUAÇÃO: UM ESTUDO CRÍTICO E NECESSÁRIO COM
ESTUDANTES DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, *CAMPUS ERECHIM***

**ERECHIM
2021**

PAULA SALETE CASADO ZAGO

**GRAVIDEZ NA GRADUAÇÃO: UM ESTUDO CRÍTICO E NECESSÁRIO COM
ESTUDANTES DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, *CAMPUS* ERECHIM**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
apresentado como requisito para obtenção de grau de
Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal da
Fronteira Sul - Campus Erechim.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Zoraia Aguiar Bittencourt

**ERECHIM
2021**

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Zago, Paula Salete Casado

Gravidez na graduação: um estudo crítico e necessário com estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim / Paula Salete Casado Zago. -- 2021. 121 f.:il.

Orientadora: Doutora Zoraia Aguiar Bittencourt

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em Pedagogia, Erechim, RS, 2021.

1. Gravidez. 2. Graduação. 3. Pedagogia. 4. Gênero. I. , Zoraia Aguiar Bittencourt, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

PAULA SALETE CASADO ZAGO

**GRAVIDEZ NA GRADUAÇÃO: UM ESTUDO CRÍTICO E NECESSÁRIO COM
ESTUDANTES DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, *CAMPUS* ERECHIM**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
apresentado como requisito para obtenção de grau de
Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal da
Fronteira Sul - Campus Erechim.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 17/05/2021

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Zoraia Aguiar Bittencourt – UFFS
Orientadora



Prof.^a Me. Juliana Márcia Santos Silva – PUC-Rio
Avaliadora



Prof.^a Me. Sylvania Regina Pellenz Irgang – UFFS
Avaliadora

*Dedico este trabalho a ti Pedro.
Tu foste, e és fonte de minha motivação e inspiração diária,
na vida e na Universidade!*



*"Pedro, onde cê vai eu também vou [...]"
Raul Seixas / Paulo Souza*

Agradecimentos

Primeiramente gostaria de agradecer a **Deus** pelo dom da vida. Ainda, diante do atual momento que estamos vivenciando, não posso deixar também de agradecer a Ele pela minha saúde e a de todos os meus familiares.

Também deixo aqui registrada a minha gratidão ao meu pai **Valdomiro Zago** e à minha mãe **Ivone Zago** pelos ensinamentos, pelo amor incondicional e por todo o suporte que me foi dado desde sempre para que eu chegasse onde estou hoje.

Ao meu filho **Pedro**, que é minha motivação e força diária, que nesses três anos e meio me ensinou tantas coisas valiosas e me mostrou o quanto sou forte e persistente.

Ao meu esposo **Paulo**, pela família que construímos e por sempre estar ao meu lado me apoiando e me incentivando em todas as minhas escolhas.

A todas as **participantes da pesquisa**, que compartilharam comigo suas angústias, seus anseios e suas vivências. Vocês foram muito importantes para o êxito e a concretização deste estudo.

À **professora Silvania Regina Pellenz Irgang**, por ter aceito o meu convite para ser uma das integrantes da banca, por ter vivenciado comigo momentos especiais, tais como o Estágio de Gestão e por ser essa pessoa tão incrível comigo e com minha família.

À **Juliana Márcia Santos Silva**, pela amizade que construímos nesses últimos meses, por todo suporte e ajuda e também por ter aceito o convite para ser uma das integrantes da banca.

E, por fim, mas não menos importante, à minha querida orientadora e amiga, **Zoraia Aguiar Bittencourt**, por ter acreditado em mim para ser sua primeira bolsista de Iniciação Científica e por ter acolhido com tanta alegria o meu tema de pesquisa. Obrigada professora Zoraia por todos os ensinamentos, pelas mínimas correções e, principalmente, pelo carinho e acolhimento a meu filho Pedro.

A todos vocês meu carinho e eterna...

Gratidão!

Quem é responsável, noites e dias da semana, meses, anos, por lavar, alimentar, confortar, cozinhar, trocar fraldas, diagnosticar febre e erupções, limpar nariz escorrendo, aliviar cólicas, dor de ouvido e conjuntivites; ‘cortar’ vômitos, hidratar, realimentar, seguir regras dialéticas, conhecer a química e biologia dos alimentos; estar ‘ligada’, sem descanso, para evitar queimaduras no fogão, quedas na rua, no parquinho, no mercado; e dizer constantemente, à criança: ‘escove os dentes’, ‘amarre os sapatos’, ‘lave as mãos’, ‘precisa comer tudo’ (esse ‘tudo’ é ABC...XYZ, conforme a faixa etária); apartar brigas, enxugar lágrimas, olhar o dever de casa, comprar roupas que vão ficando pequenas, escutar pedidos para comprar brinquedos caros (que logo serão esquecidos); decidir sobre o que se pode assistir pela TV [...] vigiar as brincadeiras em grupo, enquanto preparar 3 refeições por dia [...]. Sem falar que ainda trabalha (ou pensa em trabalhar) fora, por uma fração do que ganha seu chefe, e em horários inflexíveis ou conflitantes, e sob olhares de hostilidade mal dissimulada. Em casa, ela brinca de boneca, de pepessora, de cavalinho; conta estorinhas antes de dormir, [...]. Amém. Matematicamente, sua tarefa é inviável; no entanto ela está ‘lá’, atenta, gestando, dando à luz, criando, acalentando, tirando leite de pedra, incansável, servindo à humanidade. Se alguma coisa falhar, ‘ela’ se sentirá esmagada pelo resto da vida, mesmo com os filhos já crescidos [...] (OLIVEIRA, 2012, p.386).

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo geral investigar os impactos e desafios vivenciados por estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul-*Campus* Erechim frente às exigências impostas pelas demandas universitárias com as novas exigências ao se tornarem mães durante seu processo de formação acadêmica. O percurso metodológico constituiu-se de quatro etapas, sendo uma revisão bibliográfica amparada em autores como Badinter (1985, 2011), Urpia e Sampaio (2009, 2011), Araújo e Guedes (2010), Bitencourt (2017), entre outros; uma pesquisa de Estado do Conhecimento na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD/IBICT); uma pesquisa documental dos principais documentos nacionais oficiais, tais como o Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010, e a Lei Nº 6.202, de 17 de abril de 1975, e institucionais fornecidos pela Secretaria Acadêmica e pelo Setor de Assuntos Estudantis (SAE) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); e, por fim, uma pesquisa de campo com estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul - *campus* Erechim, de modo a conhecer os significados atribuídos à experiência da maternidade durante a formação acadêmica. Tendo por base a pesquisa de Estado do Conhecimento, foi possível evidenciar a relevância e a pertinência do presente estudo, uma vez que, embora as publicações selecionadas e analisadas também discutam sobre questões relacionadas à maternidade e, ainda, apresentem elementos que se aproximam deste estudo, nenhuma delas discute especificamente a maternidade e suas repercussões no contexto universitário. Com base nos documentos analisados, verificou-se que o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), mais especificamente o auxílio-creche, se constitui como importante política pública, uma vez que contribui para a permanência das mães na Universidade. Já com relação à legislação que trata do Regime de Exercícios Domiciliares, defende-se que a mesma necessita de ajustes a fim de atender as necessidades e singularidades das estudantes mães da Educação Superior. Ainda com base na análise dos documentos, percebe-se que a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) está alinhada com os pressupostos estabelecidos por estes documentos (Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010 e Lei Nº 6. 202, de 17 de abril de 1975). Na pesquisa de campo, utilizamos a Análise de Conteúdo, de Bardin (2016). Desta maneira, verificou-se que as estudantes que se tornaram mães na graduação passam a vivenciar inúmeros desafios e dificuldades, e suas vivências no contexto universitário são atravessadas por momentos agradáveis e desagradáveis. Deste modo, como sugestões de ações para permanência no referido ambiente universitário (UFFS- *Campus* Erechim) à estudante mãe, na perspectiva das participantes da pesquisa, citam-se: creche universitária, espaço para amamentação, sala de acolhimento, assistência psicológica e financeira, fraldário, espaço recreativo, entre outras. Diante do exposto, com este estudo, destacam-se alguns aspectos importantes. O primeiro deles refere-se ao fato de que atualmente ainda se reafirma em nossa sociedade a autoperpetuação dos padrões tradicionais de gênero, ou seja, ao homem cabe a função de provedor e à mulher cuidadora. Ao mesmo tempo, conclui-se as estudantes mães necessitam ser compreendidas em suas especificidades e demandas, uma vez que tendem a vivenciar outros desafios e dificuldades, além daqueles já oriundos do contexto da Universidade. Em suma, ressalta-se que a Universidade precisa ser repensada e tornam-se capaz de acolher estas estudantes mães, de modo a evitar o fracasso e o abandono escolar.

Palavras-chave: Gravidez. Graduação. Pedagogia. Gênero.

ABSTRACT

The present study has as main objective investigate the impacts and challenges experienced by students of the Pedagogy Degree Course at the Federal University of the Fronteira Sul-Campus Erechim (UFFS) in response of the demands imposed by the university with the students who became mothers during their academic education. The methodological path consisted of four stages, with a bibliographic review supported by authors such as Badinter (1985, 2011), Urpia and Sampaio (2009, 2011), Araújo and Guedes (2010), Bitencourt (2017), and others; a State of Knowledge research at the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations of the Brazilian Institute of Information in Science and Technology (BDTD / IBICT); a documentary search of the main official national documents, such as Decree No. 7,234, of July 19, 2010, and Law No. 6,202, of April 17, 1975, and institutional documents provided by the Academic Secretariat and the Student Affairs Sector (SAE) from the Federal University of Fronteira Sul (UFFS); and, finally, a field research with students from the Pedagogy Degree Course at the Federal University of Fronteira Sul - Campus Erechim, in order to know the meanings attributed to the experience of motherhood during academic training. Based on the State of Knowledge research, it was possible to highlight the relevance of the present study, since the selected and analyzed publications also discuss issues related to motherhood, and still present elements that are close to this study, none of them specifically discuss motherhood and its repercussions in the university context. Based on the analyzed documents, we found that the National Student Assistance Program (PNAES), more specifically daycare assistance, constitutes an important public policy, as it contributes to the permanence of mothers at the university. Regarding the legislation that deals with the Home Exercise Regime, we understand that it needs adjustments in order to meet the needs and singularities of student mothers of Higher Education. Still based on the analysis of the documents, it shows that the Federal University of Fronteira Sul (UFFS) is in line with the assumptions established by these documents (Decree No. 7,234, of July 19, 2010 and Law No. 6,202, of April, 17 1975). In the field research, we used Bardin's Content Analysis (2016). Thus, it was found that students who became mothers during graduation start to experience numerous challenges and difficulties, which refer, in the perspective of the study participants, to the mother and child separation, difficulty in understanding certain contents and readings during the “maternity leave” period, taking the child to UFFS for not having anyone to leave him with, feeling of insecurity, fear of failure in the course subjects, lack of time for reading the course, and more. Thus, as suggestions for actions to stay in the said university environment (UFFS - Campus Erechim), from the perspective of the research participants, the following are mentioned: university daycare, breastfeeding space, reception room, psychological and financial assistance, baby changing facilities, recreational space, and others. With this study, some important aspects stand out. The first of them refers to the fact that the perpetuation of traditional gender patterns is still reaffirmed in our society, that is, the man is the provider and the woman caregiver. At the same time, it is evident that student mothers need to be understood in their specificities and demands, since they tend to experience other challenges and difficulties, in addition to those already coming from the university context. In short, it is understood that the university needs to be rethought in the direction of to welcome these student mothers, in order to avoid failure and school dropout.

Keywords: Pregnancy. Graduation. Pedagogy. Gender.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais impactos vivenciados por mães diante da maternidade, sobretudo na graduação.....	37
Quadro 2 - Construção do corpus de análise: descritores e filtros utilizados.....	40
Quadro 3 - Publicações encontradas na BDTD.....	41
Quadro 4 - Publicações selecionadas para o Estado do Conhecimento	43
Quadros 5 - Distribuição das teses/dissertações por Universidades e por regiões do país.....	46
Quadro 6 - Aproximações e distanciamentos dos trabalhos analisados na pesquisa do Estado do Conhecimento.....	54
Quadro 7 - Lista dos documentos analisados e sua relevância para este estudo	63
Quadro 8 - Regime de exercícios domiciliares concedidos pela UFFS, Campus Erechim (2010-2019).....	72
Quadro 9 - Áreas do PNAES.....	75
Quadro 10 - Valores de referência e ponto de corte.....	77
Quadro 11 - Formação atual das participantes.....	86
Quadro 12 - Influências da maternidade no trancamento e cancelamento da matrícula.....	87
Quadro 13 - Categorias de Análise.....	88
Quadro 14 - Rede de apoio das participantes da pesquisa.....	93
Quadro 15 - Sugestões de ações de permanência no referido ambiente universitário (UFFS-Campus Erechim) na perspectiva das participantes da pesquisa.....	97
Quadro 16 - Sugestões de ações de permanência no referido ambiente universitário (UFFS-Campus Erechim).....	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDT	Biblioteca Digital Brasileira
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
COPAMA	Coletivo de Pais e Mães
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GEAME	Grupo de Estudos em Alfabetização do Município de Erechim
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NIEM	Núcleo Interseccional em Estudos da Maternidade
ONGs	Organizações Não Governamentais
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PR	Paraná
PROUNI	Programa Universidade para todos
PUC Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RANI	Registro Administrativo de Nascimento de Indígena
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RS	Rio Grande do Sul
SAS	Sistema de Análise Socioeconômica
SC	Santa Catarina
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

	PRIMEIRAS PALAVRAS.....	15
1	INTRODUÇÃO	18
2	CONSOLIDAÇÕES DE PAPÉIS DE GÊNERO: LIDANDO COM A IMPOSIÇÃO	23
2.1	CONSTRUÇÃO DO AMOR MATERNO: DISCURSOS E MODELOS DE MÃES.....	26
2.2	MATERNIDADE E UNIVERSIDADE: UMA CONCILIAÇÃO POSSÍVEL? ...	34
2.2.1	Estado do Conhecimento sobre maternagem: perspectivas e enfoques na comunidade acadêmica	40
3	METODOLOGIA	57
4	PESQUISA DOCUMENTAL	69
4.1	REGIME DE EXERCÍCIOS DOMICILIARES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	69
4.2	O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS): AUXÍLIO-CRECHE	74
5	PESQUISA DE CAMPO	78
5.1	CONTEXTUALIZANDO O LÓCUS DE PESQUISA: A UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS) E O CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA.....	80
5.2	CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA	84
5.3	CATEGORIAS DE ANÁLISE	88
5.3.1	Mulher e sociedade: atribuições e desafios	89
5.3.2	Ser mãe e estudante: perspectivas e vivências das estudantes mães do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) campus Erechim	92
5.3.3	Proposições de ações de apoio para permanência à estudante mãe na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) campus Erechim.....	96
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
	REFERÊNCIAS.....	103
	APÊNDICE A – Questionário	111
	APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	117

APÊNDICE C – Ofícios encaminhados à Secretaria Acadêmica e ao Setor de Assuntos Estudantis (SAE) da Universidade Federal da Fronteira Sul- Campus Erechim	120
--	------------

Primeiras palavras...

Caro (a) leitor (a), antes de você ler meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), gostaria que você soubesse um pouquinho de mim e da minha aproximação com o objeto de pesquisa. Pois bem, me chamo Paula S. C. Zago, sou filha de Ivone e Valdomiro Zago e moro no interior de Marcelino Ramos (RS). Em 2016 iniciei a graduação em Pedagogia na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Erechim. Lembro do dia em que recebi a notícia da minha aprovação no Curso, o quanto eu e meus pais ficamos felizes em saber que eu estaria na Educação Superior! Lembro também do meu primeiro dia de aula, do trote, das primeiras conversas e da emoção de estar num lugar como a UFFS!

Era tudo muito novo para mim, e confesso que sentia um pouco de receio, mas aos poucos fui entendendo como “funcionava” a vida acadêmica! Já no primeiro ano da faculdade, ingressei no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) - Pedagogia. Que experiência! Quanto aprendizado! Assim, o primeiro, de cinco anos de faculdade, estava finalizado! Faltavam só mais quatro, srrsrrs!



Mas no segundo ano da faculdade, aconteceu algo que iria mudar completamente minha vida, meus pensamentos, minha maneira de ser! Assim, em junho de 2017, descobri que estava grávida, de um menino, e que ele nasceria entre os dias 22 a 25/12. Eu nem sei explicar minha reação, mas a única coisa que eu posso dizer é que eu não tinha a noção da chegada de um filho na minha vida. Meus pais ficaram muito felizes com a notícia é claro, porém uma de suas preocupações era a faculdade. Como eu iria estudar? Como iria à faculdade se eu saía às 17:30 e voltava só à meia noite? Como seria a amamentação? E se o bebê chorasse? Como conciliar a faculdade e a maternidade?

Confesso que não pensei nisso quando recebi a notícia e, quando me indagaram sobre isso, apenas tinha a certeza que teria meu filho e continuaria os estudos, independente das dificuldades e desafios que poderiam surgir.

Minha luta como mãe e universitária começou já na gestação. Lembro como era difícil a locomoção até a Universidade, já que a distância entre minha casa e o campus é de mais de 50 km. Não foi fácil, mas eu estava todos os dias lá, na aula, até o fim da minha gestação.

Pedro então nasceu no dia 25 de dezembro de 2017! Que alegria! Confesso que depois do parto eu me senti mais forte do que eu já estava! E claro, continuei com o pensamento de

que continuaria firme com os estudos! Após o Pedro nascer, decidi que nos primeiros meses ficaria na casa dos meus pais, já que ao lado deles me sentia mais segura e protegida, e também pela possibilidade da grande ajuda. Não foi uma decisão fácil, pois ficaria longe do pai do meu filho e também ele de nós. Chorei tanto!

Mas o início das aulas da faculdade estava chegando e Pedro tinha apenas dois meses e meio. E agora, o que fazer? Como deixar ele com meus pais? Como ficar longe do Pedro? Quanto leite tirar e como armazená-lo? E se ele chorar? Quantas dúvidas, incertezas e medos!!

Chegou o primeiro dia de aula após me tornar mãe do Pedro. Acho que foi um dos dias mais difíceis da minha vida. Que aperto no coração! Foi tão difícil deixá-lo tão pequeno e ir! Eu vi o quanto aquilo me deixava triste, então resolvi que deveria achar uma alternativa para aquilo. Desistir da faculdade? Não!!

Sabe o que eu coloquei pra mim mesma a partir daquele momento? Que não abandonaria a faculdade POR MIM, PELO PEDRO e, principalmente, pelos MEUS PAIS, que estavam fazendo de tudo para que eu pudesse ir às aulas todos os dias! E sabe que foi a melhor decisão que fiz! Eu ia pra faculdade com o coração partido, mas, quando chegava na sala de aula, eu dava tudo de mim, eu prestava atenção nos mínimos detalhes, lia todos os textos que eram solicitados, fazia todas as anotações. A partir desse momento, eu percebi o quanto o Pedro me ensinou a valorizar os momentos na faculdade e a oportunidade de poder frequentar uma Educação Superior! Ele tinha me transformado em uma outra acadêmica, mais comprometida com as aulas, com minha profissão, com a faculdade!

Pedro, além de ser força e inspiração nesses anos da graduação, também foi um baita companheiro! Esteve comigo em muitos momentos, nos estágios, nas aulas, nas refeições no Restaurante Universitário da UFFS, no Grupo de Estudos em Alfabetização do Município de Erechim (GEAME), nos espaços da UFFS, nas apresentações de estágio, projeto de TCC e eventos, nas vivências e experiências do PIBID (aqui cabe deixar uma curiosidade a respeito da capa deste TCC. Isto porque, essa mulher grávida que se apresenta na capa, sou eu! Este desenho foi feito por uma criança do primeiro ano do Ensino Fundamental de uma escola do município de Erechim e dado a mim como presente. Além dele representar carinho e afeto, também representa minha luta como mãe estudante e bolsista!).



Pedro foi o responsável pela minha revolução! Pedro é tão pequeno (fisicamente), mas me ensinou tanta coisa nesses três anos e meio de vida! Me ensinou a não desistir, a lutar pelos meus sonhos e anseios! Me tornou mais forte, mais feliz! Pedro é o grande responsável pela conclusão da minha faculdade, Pedro é inspiração deste TCC! Esse TCC é para ele e por todas as mães da UFFS que conheci nesses anos de faculdade!

Então, caro (a) leitor (a), a partir de minha vivência como mãe universitária e diante dos meus desafios e dos desafios das mães da UFFS que convivi, decidi que meu TCC seria sobre maternidade e Universidade. Eu precisava falar dos desafios e vivências das mães universitárias, para que tenhamos mais suporte e acolhimento e para que nossa permanência na



Universidade não seja comprometida por conta da maternidade. É preciso que se discuta sobre esse assunto! Nós, mulheres, ainda somos as mais cobradas e responsabilizadas pelo cuidado do (a) filho (a), e isso traz grandes consequências para nossa vida. Felizmente eu consegui concluir minha faculdade, porém nem todas as mães estudantes conseguem desfrutar desta mesma alegria. É nesse sentido que reafirmo a importância deste estudo e espero realmente que ele possa contribuir com o debate e com a permanência das mães universitárias da UFFS!

Boa leitura!

1 INTRODUÇÃO

Seria maravilhoso se a maternidade se limitasse a colocar em nossos braços o bebê rosado e feliz que sorri nas páginas das revistas e se nossa vida seguisse seu curso de uma maneira ainda mais plena do que antes. Porém, a realidade invisível de cada uma de nós costuma ser diferente. Não dispomos de palavras para nomear o que acontece conosco quando estamos com uma criança no colo. É uma mistura de angústia, alegria, perda de identidade, vontade de desaparecer, cansaço, orgulho, sonho e excitação (GUTMAN, 2013, p. 11).

A gravidez é sempre uma interrogação e uma experiência única na vida de toda e qualquer mulher, mesmo para aquelas que possuem uma boa condição financeira. Independente do fato de ser uma gravidez “indesejada ou se o maior sonho da gestante é ter um filho é certo que a gestação traz grandes transformações biológicas e psíquicas na vida da mãe” (URPIA; SAMPAIO, 2009, p. 34).

Para além dessas transformações, a chegada de um filho também pode trazer perguntas a estas futuras mães, as quais elas não se faziam no passado. Isto se deve ao fato de que a maternidade, atualmente, não se configura mais no único modo de afirmação de uma mulher. Assim, as demandas de um filho podem entrar em conflito com outros imperativos (BADINTER, 2011). Nessa perspectiva,

As que têm uma profissão interessante e sonham em fazer carreira – uma minoria – não podem evitar as seguintes perguntas: até que ponto a criança vai pesar sobre seu percurso profissional? Poderão lidar simultaneamente com uma carreira exigente e a criação de uma criança? Quais serão as consequências disso para a relação matrimonial? Como reorganizar a vida doméstica? Poderão elas conservar as vantagens de sua vida atual e, em especial, que aspecto da liberdade elas deverão abandonar? (BADINTER, 2011, p. 21).

Em outras palavras, a criança, que representa “uma fonte incontestável de realização para algumas mulheres, pode revelar-se um obstáculo para outras” (BADINTER, 2011, p. 22). No caso das universitárias, “as interrogações e apreensões parecem muitas; afinal, toda a sua rotina irá mudar a partir daquele momento” (URPIA; SAMPAIO, 2009, p. 34). Neste caso, a maternidade configura-se em um desafio, ou mesmo uma contradição, uma vez que se sentem divididas entre o sonho de realização pessoal/profissional e o bem-estar do filho (BADINTER, 2011).

Eu tinha que fazer uma escolha, e eu poderia até ter uma consequência mais significativa, e aí eu falei: ‘não, ou eu continuo estudando e acelero minha monografia e meu canudo, ou eu vou ficar com meu filho até quando der’, e eu acho que foi assim, eu fiquei meio balançada, sabe? Porque eu queria continuar, eu tinha acabado de entrar, estava naquela empolgação assim, e veio Danilo, e aí eu: ‘não, vou parar’, estava amamentando ainda, e com quatro meses, ele estava quase que

exclusivamente mamando. [...] Eu tive que escolher (URPIA; SAMPAIO, 2009, p. 36).¹

Assim, para algumas mães universitárias, os estudos então passam a ficar em segundo lugar, pois, para elas, a prioridade do momento é o filho. Já as que decidem por continuar os estudos se veem confrontadas com diferentes desafios, estando num verdadeiro malabarismo ao conciliar estes dois universos tão “distintos e exigentes como a maternidade e a academia” (URPIA; SAMPAIO, 2009, p. 37).

O que podemos observar então é que, apesar das mulheres terem conquistado muitos espaços na sociedade, neste caso o ambiente universitário, e, ainda, terem a possibilidade de “uma maior liberdade no domínio da sexualidade”, quando surpreendidas por uma gravidez prevista, ou não, estas são “levadas a assumir, na esfera da vida íntima, os tradicionais papéis de gênero”. Contudo, quando não o fazem, sentem-se culpadas por não corresponderem ao “ideário em torno do feminino: aquele que a tudo renuncia para cuidar dos filhos” (URPIA; SAMPAIO, 2009, p. 38).

Diante do exposto, com este estudo queremos destacar alguns aspectos importantes. O primeiro deles refere-se ao fato de que atualmente ainda “se reafirma, na dimensão relacional da maternidade, um ciclo de autoperpetuação dos padrões tradicionais de gênero”: ao homem cabe a função de provedor, e à mulher cuidadora (COLDERY; KNUDSON-MARTIN, 2005 apud URPIA; SAMPAIO, 2009, p. 38). Nesse sentido, entendemos e queremos evidenciar que esta ideologia pesa “fortemente sobre o futuro das mulheres e suas escolhas” (BADINTER, 2011, p. 12).

Além disso, este estudo também se propõe a dar visibilidade aos sentimentos, anseios e angústias das egressas do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Erechim, que se tornaram mães durante seu processo formativo. Ainda, queremos evidenciar algumas ações facilitadoras na perspectiva destas egressas no que se refere à permanência das mães universitárias na Educação Superior, já que se configuram em grupo social em desvantagens quando nesta condição.

Entendemos que a Universidade “precisa ser repensada, devendo ser capaz, não apenas de oferecer as condições necessárias para atender às demandas de formação dos jovens de

¹ Depoimento de Marta, disponível no estudo de Ana Maria de Oliveira Uripia e Sonia Maria Rocha Sampaio, intitulado “Tornar-se mãe no contexto acadêmico: dilemas da conciliação Maternidade - Vida Universitária”. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/reconcavos/article/view/1094/663>. Acesso em: 05 dez. 2020.

diferentes segmentos”, mas acolhê-los em suas dificuldades, criando estruturas de suporte que evitem o fracasso e o abandono. Assim, em nosso entendimento, esta discussão deve ser acolhida por toda a comunidade universitária, a fim de empreender esforços na busca de políticas que de fato garantam e alcancem o patamar de direitos e cidadania (SAMPAIO, 2008 apud URPIA; SAMPAIO, 2011, p. 164).

Nessa direção, esse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), cuja temática é *Gravidez na Graduação: desafios e impactos vivenciados por estudantes que se tornam mães durante o seu processo formativo*, tendo como delimitação do tema *Gravidez na Graduação: desafios e impactos vivenciados por estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim, que se tornaram mães durante o seu processo formativo*, busca investigar *Quais os significados atribuídos por estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim, aos desafios e impactos da experiência de engravidar durante a graduação?* Para responder a essa indagação, o estudo desenvolveu-se tendo em vista os seguintes objetivos específicos:

- Discutir, a partir de uma revisão bibliográfica, os modos como as construções de gênero² se inserem desde muito cedo na vida de homens e mulheres, e como esta ideologia pode pesar fortemente sobre o futuro das mulheres e suas escolhas;
- Evidenciar como os discursos produzidos no século XVIII acerca da maternidade, ainda que de forma diferente, se fazem presentes em nossa sociedade, mesmo no século XXI;
- Problematizar e dialogar sobre as experiências de maternidade no contexto universitário, evidenciando, com base em diferentes estudos, algumas dificuldades encontradas por estas estudantes ao conciliarem estes dois universos tão distintos e exigentes como a maternidade e a Universidade;
- Realizar uma pesquisa documental junto à Secretaria Acadêmica e ao Setor de Assuntos Estudantis (SAE) da Universidade Federal da Fronteira Sul - *Campus Erechim* sobre os dados quantitativos referentes às estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Erechim*, que engravidaram durante seu processo formativo;

² “O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoe realidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 20 abr. 2021

- Realizar uma pesquisa de Estado do Conhecimento, de modo a possibilitar uma visão ampla e atual dos movimentos acerca do objeto de investigação, bem como evidenciar/enfatizar o grau de relevância e pertinência acerca do tema selecionado;
- Realizar uma pesquisa empírica junto às egressas do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul- *Campus* Erechim, de modo a conhecer os significados atribuídos à experiência da maternidade durante a formação acadêmica;
- Conhecer as necessidades e as possíveis sugestões de ações para permanência no referido ambiente universitário (UFFS- *Campus* Erechim) na perspectiva das egressas do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul³ - *Campus* Erechim que se tornaram mães durante sua formação acadêmica.

Para alcançar tais objetivos, o percurso metodológico deste estudo constituiu-se de quatro etapas, sendo elas uma revisão bibliográfica amparada em autores como Badinter (1985, 2011), Urpia e Sampaio (2009, 2011), Araújo e Guedes (2010), Bitencourt (2017), entre outros; uma pesquisa de Estado do Conhecimento na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD/IBICT); uma pesquisa documental dos principais documentos nacionais oficiais, tais como o Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010, e a Lei Nº 6.202, de 17 de abril de 1975, e institucionais fornecidos pela Secretaria Acadêmica e pelo Setor de Assuntos Estudantis (SAE) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); e, por fim, uma pesquisa de campo com as estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul - *campus* Erechim de modo a conhecer os significados atribuídos à experiência da maternidade durante a formação acadêmica.

Diante de tudo isso, este estudo está organizado da seguinte maneira: o primeiro capítulo, intitulado “Consolidação de papéis de gênero: lidando com a imposição”, discute os modos como as construções de gênero se inserem desde muito cedo na vida de homens e mulheres, bem como o quanto esta ideologia pode pesar fortemente na vida e nas escolhas, sobretudo, das mulheres. Com o título “Construção do amor materno: discursos e modelos de mães”, a subseção apresenta com base na literatura os discursos produzidos no século XVIII, os quais contribuiriam para a remodelagem do amor materno. Ao mesmo tempo, busca enfatizar

³ Instituição de Ensino Superior pública, popular e de qualidade. Criada pela Lei Nº 12.029, de 15 de setembro de 2009. A UFFS abrange mais de 400 municípios da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul - Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/apresentacao. Acesso em: 18 abr. 2021.

como os mesmos, ainda que de forma diferenciada, se fazem presentes em nossa sociedade, mesmo no século XXI.

Já a segunda subseção, que tem como título “Maternidade e Universidade: uma conciliação possível?”, tem o intuito de evidenciar que as estudantes, quando na condição de mães, passam a vivenciar inúmeros desafios e dificuldades. Nesse sentido, a mesma tem como objetivo primordial destacar a necessidade de um novo agir e olhar em relação à questão do compartilhamento das responsabilidades sobre o cuidado da criança, visto que, quando não pensadas de forma coletiva, acabam por trazer importantes impactos na vida e na trajetória das mulheres. Ainda, pretende evidenciar que as Universidades precisam acolher estas mães estudantes em suas dificuldades, criando estruturas de suporte que evitem o fracasso e o abandono.

A terceira subseção, intitulada “Estado do Conhecimento sobre maternagem: perspectivas e enfoques na comunidade acadêmica”, apresenta, inicialmente, os principais discursos e enfoques da comunidade acadêmica em relação ao tema maternagem. Ao mesmo tempo, dialoga sobre algumas aproximações e distanciamentos entre as pesquisas analisadas e o presente estudo.

No segundo capítulo, apresentaremos a metodologia deste estudo, dialogando sobre cada etapa desse processo, bem como detalhando os instrumentos de operacionalização utilizados para a concretização e êxito deste estudo.

Na sequência, será apresentada a análise dos documentos. Assim, serão abordados os principais documentos legais que referenciam questões abordadas neste estudo e documentos fornecidos pela Secretaria Acadêmica e pelo Setor de Assuntos Estudantis (SAE) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Erechim, em relação às estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia que engravidaram durante seu processo formativo.

O capítulo que discute sobre a análise dos dados apresenta inicialmente uma contextualização da UFFS (*campus* Erechim) e do Curso de Licenciatura em Pedagogia, bem como sobre a caracterização do perfil das participantes da pesquisa. Ao mesmo tempo, serão apresentados os dados obtidos com a pesquisa de campo, bem como as proposições de apoio e permanência às mães estudantes, na perspectiva das participantes da pesquisa.

E, por fim, no último capítulo, apresentaremos, a partir de uma aproximação entre o referencial teórico e os dados obtidos com a pesquisa de campo, algumas considerações, as quais julgamos serem pertinentes e necessárias ao debate sobre maternidade e Universidade.

2 CONSOLIDAÇÕES DE PAPÉIS DE GÊNERO: LIDANDO COM A IMPOSIÇÃO

Quando se vive em uma sociedade, seja qual for, vive-se sob o jugo de valores e imposições da mesma (BRUM, 2012). Sabendo que vivemos em uma sociedade patriarcal, encontramos nela etapas estabelecidas para a vida de homens e mulheres. Estas, por sua vez, “definem uma linha do tempo bastante rigorosa, estabelecendo valores e comportamentos para cada uma delas [...]” (SILVA, 2017, p. 30).

Após o nascimento e nos primeiros meses de vida, os bebês são tratados de maneira igualitária, “alterando-se apenas com os primeiros passos e os primeiros sinais de independência”. Com o crescimento dos mesmos, os carinhos e os beijos vão sendo negados. Para os meninos, isso se dá de maneira muito mais antecipada, “pois a eles iniciam-se as cobranças a partir de frases como ‘homem não chora!’ ou ‘seja um homenzinho’ cobrando deste uma postura que represente a de homens adultos” (SILVA, 2017, p. 30).

Já para as meninas, a afetividade é prolongada, uma vez que é tratada como algo natural. A elas “são destinados os comandos e cobrada maior obediência. Espera-se delas uma fragilidade maior e submissão durante toda a vida” (SILVA, 2017, p. 30). Adichie (2017, p. 27), a este respeito, coloca que pais e mães, mesmo que inconscientemente, começam desde muito cedo a “ensinar às meninas como devem ser, que elas têm mais regras e menos espaço, e os meninos têm mais espaço e regras”. Assim, é muito difícil desaprendê-los, e, por isso, “se não empregarmos a camisa de força do gênero nas crianças pequenas, daremos a elas espaço para alcançar todo o seu potencial” (ADICHIE, 2017, p. 26).

Quando iniciam as brincadeiras, estas explicitam de maneira muito clara qual o lugar e o papel reservado para cada um dos sexos na sociedade. Condicionadas “à submissão, às meninas não se dá o devido valor educativo da cultura, pois elas não passarão da cozinha”. Seus brinquedos “serão todos da série rosa” e não proporcionarão “nenhum desafio aos seus cérebros obliterados a qualquer mensagem que não seja conformista e ‘bem educada’”. Certamente não se espera que venham a ser escritoras, astronautas, físicas, pesquisadoras, fotógrafas, jornalistas, políticas [...]” (OLIVEIRA, 2012, p. 539).

Existem, por exemplo, bonecas que urinam: possuem um esôfago, e se lhes dá mamadeira, molham fraldas; sem dúvida, brevemente, o leite transforma-se-á em água, em seus ventres. Pode-se, desta forma, preparar a menininha para a casualidade doméstica, ‘condicioná-la’ para a sua futura função de mãe. Simplesmente, perante este universo de objetos fiéis e complicados, a criança só pode assumir o papel de proprietário, do utente, e nunca, o do criador; ela não inventa o mundo, utiliza-o [...] (BARTHES, 1991 apud OLIVEIRA, 2012, p. 539).

Contudo, não podemos deixar de inferir que a mídia também possui parte de responsabilidade neste aspecto. Ela, por meio da propaganda de brinquedos, além de induzir ao consumismo, também faz uma nítida distinção entre os brinquedos de meninas e meninos (SANDINI, [s.a]).

Tal diferenciação entre os sexos também pode ser visualizada quando meninos e meninas chegam à escola. Como destaca Louro (2000 apud SANDINI, [s.a], p. 14463), a escola, “por meio de símbolos e códigos, delimita espaços, institui modos de ação e produz identidades de gênero, informando o lugar de meninos e meninas”.

Não obstante, Bísvaro (2000 apud SANDINI, [s.a], p. 14469) chama a atenção para o fato de que, neste contexto, “os professores se tornam vigilantes da sexualidade dos meninos e das meninas”, tendo “o maior cuidado para que os meninos brinquem com bola e as meninas com bonecas”, uma vez que essas atitudes se configuram como normais e “qualquer desvio de conduta deve ser imediatamente investigado e cuidadosamente controlado”. Com isso, podemos perceber que a escola, ao invés de ser um “ambiente de interação com a diversidade cultural, formas de agir e pensar distintas, acaba simplesmente reproduzindo os padrões da sociedade” (SANDINI, [s.a], p. 14463).

Já durante a adolescência, “com o surgimento do desejo sexual, as diferenças seguem surgindo”. O homem é estimulado “a ser o ‘garanhão’, a perder sua virgindade cedo, a ter várias companheiras sexuais, a ostentar sua vida sexual e que não tenha filhos”. Já às mulheres “exige-se a castidade, a preservação para o casamento, a não expressão de seus desejos ou curiosidades” (SILVA, 2017, p. 31).

Na fase adulta, as expectativas acerca da sexualidade feminina não se alteram em demasia, porém, acima de tudo, “espera-se da mulher adulta o desejo de ser mãe, pois assim ela assumirá o seu papel feminino máximo” (SILVA, 2017, p. 32). Assim, uma mulher, “e, em menor grau, um homem” ou ainda um casal que não tem filhos causa questionamentos em nossa sociedade, uma vez que a não procriação é um afastamento da norma (BADINTER, 2011, p. 20).

Eles são sempre obrigados a se explicar, embora não passe pela cabeça de ninguém perguntar a uma mãe por que ela é mãe (e exigir dela razões válidas), fosse a mais infantil e irresponsável das mulheres. Em compensação, aquela que permanece voluntariamente infecunda tem poucas chances de escapar dos suspiros dos pais (os quais ela impediu de serem avós), da incompreensão das amigas (que gostam que se faça o que elas fazem) e da hostilidade da sociedade e do Estado, por definições naturalistas, que possuem múltiplos pequenos meios para punir você por não ter feito seu dever. É preciso, pois, uma vontade a toda a prova e um caráter inflexível para

não ligar para todas essas pressões, e até mesmo para certa estigmatização (BADINTER, 2011, p. 20-21).

O que pode ser observado é que atualmente, para um número significativo de mulheres, a maternidade não se configura em “fator necessário à obtenção do sentimento de realização do eu feminino”. (BADINTER, 2011, p. 189). Contudo, cabe destacar que esta postura adotada por estas mulheres pode ter também influência do movimento feminista, que nos anos 70 lutou pelo direito de livre escolha das mulheres em relação à maternidade (contracepção livre e gratuita, liberação do aborto), rompendo, assim, com a premissa “tota mulier in útero, que definia a mulher pela maternidade”. Para o movimento feminista, então, “a aquisição deste direito era considerada fundamental para liberar as mulheres do lugar que ocupavam na vida privada, portanto, condição de liberdade e igualdade sociais” (SCAVONE, 2001, p. 140).

Já optar por ser mãe não garante uma melhor maternidade, não apenas porque a liberdade de escolha seja um embuste, mas também porque ela aumenta consideravelmente o peso das responsabilidades, sobretudo para as mulheres (BADINTER, 2011). Nesse sentido, podemos revelar a outra face da maternidade, “feita de esgotamento, de frustração, de solidão e até mesmo de alienação com seu cortejo de culpa”. Assim, entendemos que a divisão do mundo profissional seja acompanhada da divisão das tarefas familiares. Esse fato supõe, tal como afirma Badinter (2011, p. 168), não apenas “investimentos públicos significativos, mas também uma profunda reforma feminista da sociedade, tanto das políticas, quanto das empresas, e, antes de tudo, dos próprios homens” (BADINTER, 2011, p. 168).

Diante do exposto, podemos inicialmente observar que esses estereótipos de gênero se inserem desde muito cedo na vida de homens e mulheres. Estes, por sua vez, “são tão profundamente incutidos em nós que é comum os seguirmos mesmo quando vão contra nossos verdadeiros desejos, nossas necessidades, nossa felicidade” (ADICHIE, 2017, p. 28).

Outro ponto refere-se ao fato de que o desejo de ter filhos “não é constante, nem universal. Algumas querem, outras não os querem mais, outras, enfim, nunca quiseram”. Nesse sentido, “não é mais possível falar de instinto, ou de desejo universal” (BADINTER, 2011, p. 17-18). Com isso, entendemos que a sociedade deve acolher as diferentes escolhas das mulheres em relação à maternidade, uma vez que, apesar das mudanças, é a elas que esta função recai trazendo incontáveis desafios e dificuldades.

Assim, a sociedade precisa entender que a maternidade e a paternidade não são para todos e que não devem ser impostas. Ao mesmo tempo, as mesmas não devem “ser definidoras nem confirmadoras de estereótipos femininos e masculinos; não são uma instituição pública e

servil”, talvez, assim, então, “seremos indivíduos mais felizes, mais amados e mais seguros” (BRUM, 2012, p. 338).

Diante do exposto, o subcapítulo a seguir apresenta com base na literatura os discursos produzidos no século XVIII que contribuíram para a remodelagem do amor materno. Ao mesmo tempo, busca enfatizar como os mesmos, ainda que de forma diferenciada, se fazem presentes em nossa sociedade, mesmo no século XXI.

2.1 CONSTRUÇÃO DO AMOR MATERNO: DISCURSOS E MODELOS DE MÃES

Tal como vimos anteriormente, em nossa sociedade é muito comum a reprodução de determinadas ideologias sobre a personalidade feminina e do lugar pertencente à mulher, fato que torna possível a “percepção de determinadas práticas, costumes e valores como ‘naturais do universo feminino’” (SÁ, 2010, p. 1).

Nesse sentido, um aspecto considerado como característica universal feminina e que carrega um significado de naturalidade, e ainda composto por sentimentos inatos e instintivos, independente da cultura e situação socioeconômica, é a maternidade.

Contudo, diversas revisões históricas acerca da instituição familiar irão sugerir que a exaltação ao amor materno é um fato relativamente recente na história da civilização ocidental, e, ainda, que esse tipo de vínculo se constitui em um mito construído por diversos discursos a partir do século XVIII (MOURA; ARAÚJO, 2004).

Elisabeth Badinter, em sua obra *Um amor conquistado: o mito do amor materno* (1985), recupera a condição de maternagem⁴ comum na Europa, especificamente na França, até meados do século XVIII. Assim, esta mesma autora coloca que o poder paterno “acompanhava a autoridade marital”, ou seja, o homem era percebido como superior à mulher e à criança, “diferença essa concebida como inerente à natureza humana, que o dotaria, pois, de uma autoridade natural sobre a esposa e os filhos” (MOURA; ARAÚJO, 2004, p. 45).

Com relação à condição da criança antes de 1760, esta era vista como símbolo da força do mal, e, ainda, considerada como um estorvo e desgraça. Nesse sentido, o primeiro sinal dessa rejeição à criança estava na recusa materna em amamentar. Entre os argumentos utilizados por estas mulheres para o não aleitamento estavam o de que a amamentação era fisicamente má

⁴ Segundo Winnicott (1982 apud BOGOMOLETZ; OLIVEIRA, 2012, p. 27), “maternagem ou provisão maternal é a atitude do adulto em relação ao bebê e aos cuidados a ele dispensados”. Disponível no livro “O Livro da Maternagem”, de Thelma B. Oliveira, São Paulo, 2012, p. 27-28.

para a mãe e pouco conveniente (BADINTER, 1985). Além disso, as mulheres que se “acreditavam acima do vulgo consideravam pouco digno amamentarem elas mesmas os filhos”, assim, amamentar o próprio filho “equivalia a confessar que não se pertencia à melhor sociedade” (BADINTER, 1985, p. 96).

Em nome do bom-tom, declarou-se a amamentação ridícula e repugnante. A palavra ‘ridícula’ retorna com frequência nas correspondências e livros de memórias. Mães, sogras e parteiras desaconselham a jovem mãe a amamentar, pois a tarefa não é nobre o bastante para uma dama superior. Não ficava bem tirar o seio a cada instante para alimentar o bebê. Além de dar uma imagem animalizada da mulher ‘vaca leiteira’, é um gesto despudorado. Essa razão não é destituída de peso no século XVIII. O pudor é um sentimento real que não podemos deixar de lado nessa recusa de amamentar. Se a mãe amamentasse, devia esconder-se para isso, o que interrompia por um longo período a sua vida social e a de seu marido (BADINTER, 1985, p. 97).

Ao mesmo tempo, os maridos também não deixaram de ter responsabilidade nessa recusa das esposas a amamentar, uma vez que os mesmos se queixavam não só do forte cheiro de leite da esposa, mas “também dos médicos da época, que proibiam as relações sexuais enquanto durasse o aleitamento”. Na época, tinha-se o entendimento de que o “esperma estragava o leite e o coalhava, o que obrigava o pai a longo período de abstinência, podendo afastá-lo do leito conjugal, levando-o ao adultério” (BADINTER, 2011, p. 199).

Assim, família, contraparentes, médicos e moralistas, “imaginando a coesão familiar ameaçada”, irão, portanto, aconselhar “unanimente a nova mãe a entregar o filho à ama” (BADINTER, 2011, p. 199). Segundo Badinter, toda a sociedade e até mesmo as mulheres irão aprovar esta prática, uma vez que concordavam que, além de a criança ser um obstáculo à vida sexual, ela também era, em qualquer idade, um empecilho aos prazeres e à vida mundana (BADINTER, 2011). Assim, no século XVIII, este fenômeno se estende a todas as camadas sociais da sociedade urbana, “das mais pobres às mais ricas, nas pequenas ou nas grandes cidades, a partida das crianças para a casa das amas – por vezes muito longe da casa dos pais – se constitui em uma prática generalizada” (BADINTER, 2011, p. 198).

Há de se considerar, então, que há três formas de se conseguir esta ama: são previamente contratadas, encontradas ou, ainda, recorre-se a messageiras (BADINTER, 1985). No primeiro método, os pais, com a ajuda de um médico, escolhem com cuidado a ama. Neste caso, são considerados como quesitos de escolha amas que aparentam serem mais sadias, de bom temperamento, de boa cor, carne branca, sóbria, mansa, entre outros. O segundo constituiu-se como método encontrado pelas classes populares. Neste caso, após o nascimento da criança, dirige-se, então, aos vizinhos, percorrendo pelos mercados e pelas ruas, escolhendo a primeira camponesa que aparece, sem examinar sua saúde ou, ainda, se realmente possui leite. Já o

terceiro método, “o mais comum, é o recurso às mensageiras, chamadas ‘recomendadoras’, que são intermediárias que fazem ponto nos mercados ou nas grandes praças” (BADINTER, 1985, p. 120-121).

Badinter (1985, p. 122) revela que desta “indiferença inicial segue-se naturalmente uma situação catastrófica para as crianças colocadas em casa de amas”. As mais pobres começam por sofrer “a prova cruel da viagem que as deve levar em campo”.

Segundo o médico Buchan, amontoam-nas em carroças mal cobertas onde são tão numerosas que as pobres amas se vêem obrigadas a segui-las a pé. Expostas ao frio, ao calor, ao vento e à chuva, não mamam senão um leite aquecido pelo cansaço e o jejum da ama. As crianças mais frágeis não resistiam a esse tratamento e com frequência as amas as devolviam aos pais, mortas, poucos dias após sua partida (BADINTER, 1985, p. 122).

Já as que sobrevivem a esta prova da viagem “não chegam com isso ao termo do seu sofrimento”. A primeira razão estaria, então, na situação catastrófica das próprias amas, que se encontravam em pobreza indescritível, “vivendo em pardieiros” e obrigadas a trabalhar na lavoura, passando a maior parte do dia longe de casa. Assim, durante esse período, a criança ficava totalmente abandonada, “afogada em seus excrementos, estrangulada como um criminoso, devorada pelos mosquitos” (BADINTER, 1985, p. 123).

Além disso, outras práticas causavam mal-estar e doenças para o bebê, neste caso, o enfaixamento. Segundo Badinter (1985), os resultados dessa prática eram os piores e poderiam ser fatais, tais como ferimentos pelo corpo e irritações escrófulas, tosses e vômitos, convulsões, entre outros. Neste mesmo ponto, a autora chama a atenção para o fato de que ninguém poderia culpar as amas por este costume, visto que, até o século XIX, era comum esta prática e, ao mesmo tempo, carregada de boas intenções. Diante do exposto, percebe-se, portanto, que apenas um número reduzido de pais recupera efetivamente os filhos um dia, uma vez que entregá-los à ama é “‘objetivamente’ um infanticídio disfarçado” (BADINTER, 1985, p. 141).

Essas perdas, portanto, irão preocupar e interessar ao Estado, uma vez que estas crianças se constituíam em uma riqueza futura. Assim, será após 1760 que inúmeras publicações “passaram a exaltar o ‘amor materno’ como um valor ao mesmo tempo natural e social, favorável à espécie e à sociedade, incentivando a mulher a assumir diretamente os cuidados com a prole” (MOURA; ARAÚJO, 2004, p. 46).

Contudo, foram necessários pelo menos três discursos diferentes para que as “mulheres voltassem a conhecer as doçuras do amor materno”: um discurso econômico, dirigido aos homens; um discurso filosófico, comum aos dois sexos, e, por fim, um discurso dirigido apenas às mulheres (BADINTER, 1985, p. 147-148).

O primeiro discurso “resulta da tomada de consciência da importância da população para um país” (BADINTER, 1985, p. 149). Com a realização de um estudo demográfico em 1663 por Colbert, percebe-se que a mortalidade infantil não se alterara ao longo dos séculos, constituindo-se, assim, em um dano para o Estado, pois, tal como afirma Diderot (1770 apud BADINTER, 1985), um Estado só é poderoso na medida em que é povoado.

A grande verdade é que a criança, especialmente no fim do século XVIII, adquire, então, um valor mercantil em potencial para o Estado. Nesse entendimento, “não se via mais na criança o fardo que ela representava a curto prazo, mas a força de produção que encarnava a longo prazo” (BADINTER, 1985, p. 158).

O segundo discurso é definido por Badinter como uma nova filosofia, ou seja, “a filosofia das luzes”. Esta filosofia propagou duas grandes ideias, complementares, que favoreceram “em maior ou menor grau, o desenvolvimento do amor e de sua expressão: as idéias de igualdade e de felicidade individual”. É bem verdade que esta filosofia militou mais pela igualdade dos homens entre si do que pela igualdade entre os seres humanos (BADINTER, 1985).

Ainda assim, no entanto, uma corrente igualitária e libertária atravessa a sociedade no final do século. E se poucas pessoas se interessam pela igualdade política do homem e da mulher, vê-se modificar a condição do pai, da mãe, e mesmo a da criança, no sentido de uma maior homogeneidade. Esses primeiros golpes desfechados à autoridade paterna beneficiavam não só a criança, mas também a mãe, que podia se valorizar e adquirir certa autonomia. A imagem do pai e de seu poder se transforma: o poder paterno passa a ser simplesmente a ajuda momentânea pela qual ele compensa a fragilidade da criança. Dois textos dão a medida da modificação das mentalidades. O primeiro é o artigo da *Encyclopédie* consagrado ao poder paterno; o outro, um trecho do *Contrato social* de Rousseau (BADINTER, 1985, p. 161-162).

O artigo da *Encyclopédie* concentrava-se tanto na velha ideologia, uma vez que expõe a teoria da origem natural e divina do poder paterno, como também na nova, pois também trata dos limites dessa nova paternidade. Assim, o poder paterno “modifica-se para a necessidade da parentalidade, pois não é o poder autoritário sobre a criança que é prioridade e sim a demanda que ela tem de ser protegida, zelada e cuidada para a sua preservação” (SILVA, 2017, p. 21).

A *Encyclopédie* também define diferentes graus da autoridade dos pais e das mães, as quais devem evoluir juntamente com a criança. Na primeira idade, a criança não é capaz de discernimento, assim, tem a necessidade de toda a autoridade do pai e da mãe para assegurar sua proteção e defesa. Porém, quando se torna adulta, essa autoridade exercida pelo pai e pela mãe constitui-se extremamente limitada, ou ainda inexistente (BADINTER, 1985).

Já no *Contrato Social*, Rousseau expõe uma teoria radicalmente nova. Em relação à família, ele afirma que:

A mais antiga de todas as sociedades, e a única natural, é a da família e, ainda assim, os filhos só permanecem ligados ao pai enquanto precisam dele para subsistir. Logo que essa necessidade cessa, o laço natural se dissolve. Os filhos isentos da obediência que deviam ao pai, os pais isentos dos cuidados que deviam aos filhos, recobram todos igualmente à independência. Se continuam unidos, isso já não ocorre naturalmente, mas voluntariamente, e a família em si só se mantém por convenção (ROUSSEAU [s.a.] apud BADINTER, 1985, p. 164).

Montesquieu entra em cena com um discurso bastante revolucionário, se comparado com a noção da época, denunciando a desigualdade. O mesmo considera que a natureza não submete as mulheres aos homens e, assim, afirma que a mesma “é uma realidade passível de mudança e que se as mulheres deste século são efetivamente inferiores aos homens é por causa da educação que lhes é dada ou ainda recusada” (BADINTER, 1985 apud SILVA, 2017, p.22).

Outra obsessão dessa corrente filosófica era a felicidade, “o que conta agora, não é tanto a preparação da vida futura da alma, mas a organização mais suave possível da vida terrestre” (BADINTER, 1985, p. 172). Assim, decorre dessa aspiração de felicidade e do entendimento a ideia de que a mesma deve encontrar lugar na microssociedade familiar. Com isso, as atitudes familiares e os costumes irão sensivelmente se modificar (BADINTER, 1985, p. 173).

A felicidade não é mais apenas uma questão individual. É a dois que se espera, em primeiro lugar, realizá-la, enquanto se aguarda a possibilidade de vivê-la com a coletividade. Para que as relações entre o casal e os filhos sejam felizes, é preciso, descobre-se no século XVIII, que sejam fundadas no amor. Não o amor-desejo passional e caprichoso, feito de altos e baixos, de dores e prazeres, mas esse amor-amizade que chamamos hoje de ternura (BADINTER, 1985, p. 175).

Nesse sentido, nota-se uma primeira mudança nos provérbios e nas canções populares, uma vez que ambos começam a se distanciar de posturas tradicionais. Assim, já não se recomenda mais bater na mulher, uma vez que se constitui em um ato bárbaro (BADINTER, 1985).

A mulher não é mais identificada à serpente do Gênesis, ou a uma criatura astuta e diabólica que é preciso pôr na linha. Ela se transforma numa pessoa doce e sensata, de quem se espera comedimento e indulgência. Eva cede lugar, docemente, a Maria. A curiosa, a ambiciosa, a audaciosa metamorfoseia-se numa criatura modesta e ponderada, cujas ambições não ultrapassam os limites do lar (BADINTER, 1985, p. 176).

Outra modificação nos costumes refere-se ao casamento, já que “a escolha do cônjuge deixa de ser um arranjo de duas famílias e passa a se estabelecer numa relação de liberdade de escolha tanto do rapaz quanto da moça”, ou seja, surge, então, a possibilidade de um casamento por amor (SILVA, 2017, p. 22). Tal direito de escolha “garante à mulher o distanciamento com o autoritarismo, que a colocava em submissão. O seu direito de escolha requeria então uma

melhor educação para que se tornasse apta a fazer a escolha da melhor maneira e a pensar por si mesma” (SILVA, 2017, p. 23).

Fundado nesta liberdade, o novo casamento será lugar privilegiado de felicidade, alegria e de ternura, tendo como culminância a procriação. Assim, exaltam-se as doçuras da maternidade, “que deixa de ser um dever imposto para se converter na atividade mais invejável e mais doce que uma mulher possa esperar” (BADINTER, 1985, p.178). Ainda,

Afirma-se, como fato incontestável, que a nova mãe amamentará o filho pelo seu próprio prazer e que receberá como prenda uma ternura infinita. Progressivamente, os pais se considerarão cada vez mais responsáveis pela felicidade e a infelicidade dos filhos. Essa nova responsabilidade parental, que já encontrávamos entre os reformadores católicos e protestantes do século XVII, não cessará de se acentuar ao longo de todo o século XVIII. No século XX, ela alcançará seu apogeu graças à teoria psicanalítica. Podemos dizer desde já que se o século XVIII a confirmou, acentuando a responsabilidade da mãe, o século XX transformou o conceito de responsabilidade materna no de culpa materna (BADINTER, 1985, p. 179).

No terceiro discurso, o Estado irá dirigir-se às mulheres por intermédio de seus agentes mais próximos das mesmas. Assim, a influência e a responsabilidade materna e feminina passam a aparecer constantemente nas publicações das mais diversas áreas. Com isso, as mulheres se tornam, pela primeira vez, “as interlocutoras privilegiadas dos homens”. Estas são, portanto, “elevadas ao nível de ‘responsáveis pela nação’, porque, de um lado, a sociedade precisa delas e lhe diz isso e, de outro, quer-se reconduzi-las às suas responsabilidades maternas” (BADINTER, 1985, p. 181).

Contudo, seriam necessárias várias décadas e muitas argumentações para que de fato as mulheres se resolvessem a cumprir seus deveres de mãe. O primeiro argumento, então, refere-se à valorização da amamentação. Nesse sentido, a mulher que se recusaria a amamentar estaria desobedecendo à sua natureza e a Deus.

A natureza não deu seios à mulher para que ela obtenha glória de sua beleza, ou para que façam o prazer de um marido sensual. A mulher não deve se envaidecer ou extrair prazeres de seus órgãos, pois sua função essencial é nutrícia. A natureza criou-a fêmea antes de mais nada, permitindo-lhe alimentar o filho com o próprio leite. Ai daquelas que os esquecessem! (BADINTER, 1985, p. 183).

O segundo argumento girava em torno de cinco promessas ou vantagens apresentadas às mulheres que amamentavam, sendo elas: o elogio da beleza das lactantes; a valorização da maternidade como a única ocupação agradável e prazerosa; o asseguramento de que o marido lhe seria fiel e que ambos compartilhariam de uma união mais doce; o fortalecimento de sua saúde e, por fim, a glória, uma vez que ela é tão criadora quanto o pai (BADINTER, 1985).

Todavia, “se todas essas vantagens prometidas não fossem suficientes para convencer as mulheres, restava a arma das ameaças, fisiológicas e morais” (BADINTER, 1985, p. 195). Assim, se a mãe se negasse a amamentar, a natureza se vingaria e puniria sua carne com doenças. Ao mesmo tempo, o abandono ao aleitamento materno seria visto também como um pecado contra Deus, e por isso uma ação imoral.

Diante de todos esses argumentos, podemos observar no século XVIII o início de uma nova imagem de mãe, na qual o bebê e a criança constituem-se em objetos privilegiados de atenção. Assim, podemos verificar três novas posturas adotadas pelas mulheres em relação aos seus filhos.

A primeira delas refere-se à vontade da mulher em amamentar ela mesma o próprio filho, “com exclusão de qualquer outro” (BADINTER, 1985, p. 202). Ainda, há o abandono da “moda tradicional da faixa” (BADINTER, 1985, p. 205), o qual possibilitará uma maior liberdade do corpo da criança e, ainda, tornará possíveis carinhos e relações físicas entre mãe e filhos. Contudo, cabe destacar que as classes menos favorecidas e as camponesas não renunciaram de imediato a essa tradição, uma vez que elas trabalhavam no campo, e, assim, o uso do enfaixamento as permitia “realizar as tarefas cotidianas e deixar a criança só, sem demasiado medo de acidentes” (BADINTER, 1985, p. 205).

Outro ponto que pode ser observado é que, no final do século XVIII, a higiene e a saúde do bebê tornam-se foco de atenção da mãe. Assim, aconselhada por Rousseau, a mesma passa a observar um bom regime alimentar, tanto na gravidez quanto após o parto, bem como adere ao hábito do banho, uma vez que ambos possibilitarão o bem-estar do bebê.

A noção de criança insubstituível é outra transformação que pode ser visualizada. Nesse sentido, a morte da criança “é vivida como um drama que atinge não apenas a mãe, mas também o pai” (BADINTER, 1985, p. 208). Com isso, a saúde da criança passa a ser objeto de preocupação. Têm-se, nesse momento, então, a presença de um novo personagem no seio familiar, o médico.

O devotamento materno e a sua presença são também “agora aspectos indispensáveis para tornar-se uma boa mãe”. Assim, não amar o próprio filho torna-se um crime sem perdão. Por consequência, “a culpa por não ser totalmente devota recai sobre ela nas mínimas coisas como por exemplo quando dorme enquanto seu filho está doente” (BADINTER, 1985 apud SILVA, 2017, p. 26).

Não obstante, cabe ainda inferir sobre os modelos de mães que estes discursos, mencionados anteriormente, também propagaram no início do século XIX: a mãe ideal e as mães más.

Assim, os moralistas, bem como representantes da comunidade científica, religiosa e da nobreza, consideravam que a mãe ideal seria aquela que, além de ser responsável pela função nutrícia, seria também pela educação de seu filho. Esta também deveria esquecer todos os sacrifícios, todas as dores, todos os sofrimentos que acompanham sua missão. Como a mulher poderá saber, então, se sacrificou-se o suficiente bem para cumprir seus deveres maternos?

A resposta lhe é dada pelo filho. Como o destino físico e moral deste depende totalmente dela, o filho será o sinal e o critério da sua virtude ou de seu vício, de sua vitória ou de seu fracasso. A boa mãe será recompensada e a má será punida na pessoa do filho. Uma vez que ‘o filho vale tanto quanto a mãe’ e que a influência desta é absolutamente determinante, só depende dela que seu filho seja um grande homem ou um criminoso (BADINTER, 1985, p.272).

Já entre as mães más citam-se: a indigna, a egoísta e a trabalhadora. O primeiro tipo de mãe, a indigna, é aquela “mãe de sangue que se comporta como uma madrasta”. Esta é a pior de todas, visto que ela não ama o filho e nem lhe manifesta o menor carinho. Neste caso, a falta de amor é considerada, portanto, um crime imperdoável, “que não pode ser remido por nenhuma virtude”. Assim, esta mãe é excluída da humanidade, “pois perdeu sua especificidade feminina” (BADINTER, 1985, p. 275).

A segunda mãe é aquela que ama um pouco seu filho, mas não ao ponto de se sacrificar por ele. Esta mulher, portanto, será designada como egoísta, descuidada ou ainda como negligente. “Duas categorias de mulheres são particularmente visadas por essas críticas: as das classes superiores e as mais pobres”. Sem distinguir entre as duas, os moralistas, então, incriminam tanto uma quanto a outra (BADINTER, 1985, p. 277).

A mãe trabalhadora também é condenada pelos moralistas, uma vez que não se admite que a mulher seja operária, comerciante, camponesa, ou seja, sua única função deve ser a de mãe. Nesse entendimento, o destino da criança e a felicidade da família dependem muito mais da presença da mulher enquanto mãe do que do ganho produzido por seu trabalho fora de casa. Não obstante, todas as que desejassem fazer estudos superiores, recusando-se aos limites do lar, eram consideradas como irrespeitáveis (BADINTER, 1985).

Diante do exposto, podemos perceber que, como Rousseau em seu tempo, pode-se hoje convencer as mulheres a reatarem com a natureza e a voltarem aos “fundamentos dos quais o instinto materno seria o pilar” (BADINTER, 2011, p. 12). Contudo, como destaca Badinter

(2011), diferentemente do século XVIII, as mulheres têm hoje três diferentes possibilidades: aderir, recusar ou negociar, caso privilegiem os interesses pessoais ou a função materna (BADINTER, 2011).

Discorrendo mais especificamente sobre a negociadora, esta sente-se capaz de negociar o papel de mãe com outros objetivos pessoais, sendo assim, “não se veem mães em tempo integral em casa. Tudo é, portanto, uma questão de negociação” (BADINTER, 2011, p. 159). Porém, como destaca Badinter (2011, p. 158), “a negociação é tanto mais difícil de ser bem-sucedida quanto as exigências são grandes nos seus dois polos”. O ideal materno choca-se violentamente contra as outras obrigações cada vez mais exigentes. Sendo assim, “como atender a um sem sacrificar o outro?”.

Dito isso, o próximo subcapítulo, então, irá dialogar sobre estas mulheres que negociam, ou não, as demandas da maternidade com os interesses pessoais, neste caso as universitárias. Deste modo, para além de algumas reflexões, também destacaremos, com base em alguns estudos (BITENCOURT, 2017; SILVA; ALVES; CARVALHO, [s.a]; URPIA 2009; REIS, 2017; MENEZES *et.al*, 2012), os impactos vivenciados por estas mães universitárias, sobretudo estando na graduação.

2.2 MATERNIDADE E UNIVERSIDADE: UMA CONCILIAÇÃO POSSÍVEL?

[...] Não é que eu não goste dos meus filhos. Eu não gosto de que, por ter filhos, eu precise ter meu acesso à educação comprometido por conta de instituições que não pensam em um espaço que acolha mulheres e crianças.
 Amo meus filhos. Mas não gosto de ser barrada em entrevistas de emprego na hora em que respondo se tenho ou pretendo ter crianças.
 Adoro meus filhos. Mas detesto esse olhar crítico que recebo quando estou em um restaurante, ou em uma loja, ou mesmo em uma exposição de arte, afinal eu deveria estar em casa, porque a criança pequena ‘atrapalha’.
 Eu adoro ver meus pequenos dormirem. Mas realmente odeio a carga de trabalho que eu e meu companheiro precisamos ter para vivermos minimamente bem.
 Adoro nosso tempo em família. Mas detesto a péssima mobilidade urbana que não pensa nas crianças, sendo impossível sair de carrinho em muitas e muitas cidades, ou mesmo pegar um ônibus com segurança, e, com isso, impede mulheres e crianças de ocuparem os espaços públicos (ROSSATO, 2016, p. 40-41).⁵

Nas últimas décadas, intensificam-se algumas premissas, valores e demandas, segundo as quais somos todos portadores de direitos iguais. Contudo, as condições e trajetórias que “constroem os sujeitos não são neutras e sim mediadas por diversas clivagens; dentre elas, a de

⁵ Trecho retirado do texto de Ana Rossato intitulado “Amo meus filhos. Mas odeio ser mãe”, disponível no livro “Com você ando Melhor”, de Ligia Moreiras Sena, Florianópolis, Santa Catarina, 2016, p. 39-42.

gênero se apresenta como a mais universal e a mais persistente no que tange às reproduções de discriminações” (ARAÚJO; GUEDES, 2010, p. 50, grifo dos autores).

Diversos indicadores e pesquisas recentes confirmam a tendência de que as mulheres são mais instruídas e diplomadas do que os homens praticamente em todos os níveis de escolaridade e em todos os países (HIRATA, 2010). Segundo os dados recentes da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres representam 56,75% em relação ao número de jovens com faixa etária entre 18 e 29 anos que frequentam o nível superior (URPIA, 2009).

No entanto, como destaca Yannoulas (2007 apud URPIA, 2009, p.20), mesmo que homens e mulheres frequentem o mesmo espaço universitário, estes realizam “trajetórias educativas diferenciadas, com saídas profissionais diversificadas e percursos ocupacionais heterogêneos”. Para esta mesma autora, se inicialmente “a discriminação de gênero se dava por meio do difícil ingresso das mulheres ao ambiente acadêmico, marcadamente masculino durante séculos, hoje, essa discriminação segue outras direções” (YANNOULAS, 2007 apud URPIA, 2009, p. 20).

Aquino (2005/2006 apud URPIA 2009, p. 21), então, coloca que essas diferenças de gênero podem estar associadas a dois fatores:

O primeiro deles envolve a socialização de gênero, que conforma as escolhas profissionais e delimita horizontes de possibilidades diferentes para homens e mulheres, atendendo a diferentes expectativas sociais e familiares; o segundo resulta da difícil conciliação entre carreira e família. A questão é que a entrada das mulheres nas universidades e no mercado de trabalho necessariamente não as tem desobrigado do cuidado da casa e dos filhos, pois ainda se mantém entre os casais a tradicional divisão sexual do trabalho ainda que sejam observadas algumas mudanças especialmente entre os mais jovens [...].

Desta maneira, embora tenham sido observadas algumas mudanças, tais como o aumento do “número de pais empenhados em cuidar das crianças e de dividir as tarefas domésticas e a compra dos serviços de cuidado tenha aumentado” (HIRATA; GUIMARÃES, 2012 apud BITENCOURT, 2017, p.4), “quando o assunto é discutir cuidado dos filhos e da casa, são as mulheres ainda as mais lembradas, cobradas e responsabilizadas” (ARAÚJO, 2013 apud BITENCOURT, 2017, p. 3).

Conforme Ferreira (2003 apud BITENCOURT, 2017, p. 6), o período estabelecido para a licença paternidade e maternidade deixa claro “quem deve cuidar da criança” nos primeiros meses de vida.

Quantas estudantes param de estudar após a gravidez? Quantas trabalhadoras abandonam a carreira em prol dos cuidados com os filhos? Quantas militantes

suspendem lutas por não haver acolhimento à criança em suas bases? Quantas mulheres abandonam sonhos pela maternidade? E quantos pais fazem isso? É evidente que a carga é muito mais pesada para elas do que para eles (AMENDA, 2016, p. 52).

Por este motivo, muitas mulheres preferem optar por jornadas parciais, flexibilização de horários e frequentes interrupções na vida profissional e/ ou acadêmica quando constituem uma família. Ressalta-se, porém, que este fato se agrava ainda mais para aquelas mulheres que não possuem uma rede de apoio ou ainda não dispõem de recursos materiais para comprar serviços de cuidado.

Tomando como exemplo as experiências de maternidade no ambiente universitário, estas são em sua maioria bastante emblemáticas. Isso porque, durante os cursos de graduação, são solicitadas inúmeras tarefas, tais como resenhas, leituras, artigos, seminários, estágios, além das presenças em sala de aula. Nesse sentido, para a mãe que é universitária, todas essas tarefas “não são deixadas atrás do portão da faculdade” quando esta retorna para casa (WELDEL; WARD, 2005 apud URPIA; SAMPAIO, 2011, p. 158).

Com isso, o que pode ser observado é que as universitárias, e agora mães, passam a experienciar entre tantas outras dificuldades já encontradas anteriormente no contexto acadêmico, no que diz respeito ao sucesso e conclusão de seus estudos, o desafio agora de também conciliar estas tarefas já mencionadas com as novas exigências da maternidade.

Eu acho difícil, difícil porque a demanda da faculdade é muito puxada, exige muita dedicação e às vezes eu não consigo conciliar. Já deixei de fazer várias disciplinas, já tranquei, já abandonei, já fiz de tudo e eu acho que vou demorar, eu não vou me formar junto com as pessoas com quem entrei, porque eu tranquei e tal... e também em casa, às vezes eu deixo de focar com ele pra fazer trabalho, eu deixo ele fazendo qualquer atividade sozinho pra poder estar fazendo uma resenha, um artigo, lendo um livro, um texto, qualquer coisa. Eu acho que a proximidade com ele fica comprometida, e na faculdade também não consigo fazer nada 100%⁶ (URPIA; SAMPAIO, 2011, p. 158).

Podemos perceber que, para estas mães universitárias, a maternidade pode se revelar em “um desafio, ou mesmo uma contradição”, uma vez que estas tendem a negociar o papel de mãe com o outro objetivo (BADINTER, 2011). No entanto, como destaca Badinter (2011, p. 158-159), esta “negociação é tanto mais difícil de ser bem-sucedida”, ou ainda, “nunca é definitivamente alcançada”. “Culpada, forçosamente culpada... o espectro da mãe má se impõe a ela tanto mais cruelmente quanto inconscientemente ela interiorizou o ideal da boa mãe.

⁶ Depoimento de Marta, 21 anos, disponível no estudo de Ana Maria de Oliveira Urpia e Sônia Maria Rocha Sampaio, intitulado “Mães e universitárias transitando para a vida adulta”. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/n656x/pdf/sampaio-9788523212117-09.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2020.

Nessas provações conflituosas, a mulher e a mãe sentem-se igualmente perdedoras” (BADINTER, 2011, p. 160).

Não obstante, as mães universitárias também passam a vivenciar inúmeras dificuldades. Nesse sentido, com base em alguns estudos (BITENCOURT, 2017; SILVA; ALVES; CARVALHO, [s.a]; URPIA 2009; REIS, 2017; MENEZES *et.al*, 2012) que abordavam o impacto da maternidade na vida das mulheres mães no contexto acadêmico, apresenta-se o quadro abaixo:

Quadro 1: Principais impactos vivenciados por mães diante da maternidade, sobretudo na graduação
Satisfação pessoal comprometida.
Sentimento de culpa pela sua ausência, ou por não estarem se dedicando integralmente ou suficiente ao cuidado dos (as) filhos (as).
Comprometimento no cuidado de si e do corpo, acarretando em doenças psicológicas e físicas.
Rupturas “no mundo interior” como nos relacionamentos interpessoais.
Perdas ocupacionais e relacionais.
Culpa por intervir numa “ordem social”.
Abdicação da vida pública.
Interferências conjugais e intergeracionais.
Construção da carreira profissional.
A não compreensão, por parte de professores e colegas diante de algumas situações.
Desistência/ trancamento/abandono do curso.
A família não compreende a conciliação entre estudos e filhos.
Falta de uma rede de apoio.
Queda no “rendimento” escolar tendo em vista as responsabilidades com o cuidado com os (as) filhos (as).
Renunciamento à própria vida.
Esgotamento físico e mental.
Tempo de sono reduzido.
Desmotivação para os estudos.

Fonte: Elaborado pela autora.

Com isso, podemos observar que, para essas mães universitárias, manter-se neste espaço significa a afirmação de um projeto de vida e também de um direito, mas é, sobretudo, uma forma de resistência individual contra uma determinação social que incompatibiliza o tempo de trabalho-função materna com o tempo de realização pessoal.

Há, ainda, aquelas que, de “tanto ouvirem repetir que uma mãe deve tudo ao filho, seu leite, seu tempo e sua energia, sob a pena de depois pagar caro”, optarão pelo não prosseguimento dos estudos, configurando-se, assim, em uma marca difícil na trajetória de suas vidas (BADINTER, 2011, p. 207).

Contudo, não podemos deixar de mencionar que, quando pensamos no âmbito legislativo, atualmente temos duas leis voltadas para mães estudantes. A primeira delas refere-se ao Decreto-Lei nº.1.044, de 21 de outubro de 1969, “que dispunha sobre o tratamento excepcional para os alunos portadores de afecções congênicas ou adquiridas, infecções,

traumatismo ou outras condições mórbidas”, o qual indicava em seu Art. 2º “que dever-se-ia atribuir a esses estudantes a compensação da ausência às aulas por meio de atividades domiciliares compatíveis com o seu estado de saúde e devidamente acompanhadas pela escola”. Porém esse decreto foi editado em abril de 1975, pela Lei nº 6.202⁷, que estendeu o regime de exercícios domiciliares às estudantes grávidas (SOARES *et al.*, 2020, p. 116)

Segundo Soares *et al.* (2020, p. 117), ao longo da história da Educação Brasileira, poucas leis foram criadas para que a permanência das mães fosse assegurada, assim, “a luta pela sobrevivência no ambiente escolar ou acadêmico em sua grande parte se dá de forma solidária”. Neste cenário, há alguns anos, em várias regiões do País, tem-se formado coletivos de mães nas Universidades⁸ e, ainda, grupos de pesquisas que buscam problematizar questões fundamentais “para que os direitos à educação, à cidadania, à qualificação profissional e a melhores condições de vida sejam respeitados”.

Entre os núcleos e os coletivos de mães, podemos citar: a criação do Coletivo de Mães e Pais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) - COPAMA em 2012; o Coletivo de Mães da UFF em 2016; em 2017 o grupo “Mamães na Pós-Graduação” e o movimento *Parent in Science*, e, em 2019, o Coletivo de Mães da UFG e o Núcleo Interseccional em Estudos da Maternidade - NIEM (SOARES *et al.*, 2020). Segundo Soares *et al.* (2020, p.123), embora na Universidade de Brasília (UnB) não tenha um coletivo formalizado, as estudantes da referida Universidade conseguiram uma “sala com brinquedos, livros, computador, micro-ondas, refrigerador e fraldário”.

Diante do exposto, percebe-se que a formação de Coletivos de Mães Universitárias, assim como de GT de Mulheres nas Universidades e de grupos de pesquisa de gênero, assume um importante papel “no desenvolvimento das novas políticas de inserção para mulheres mães no espaço acadêmico, o que reverbera as discussões de direito e inclusão de mães em toda sociedade” (SOARES *et al.*, 2020, p. 126).

Além dessas conquistas mencionadas anteriormente, as mães estudantes também podem contar com o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído em julho de 2010,

⁷ Essa legislação será discutida mais detidamente no capítulo da análise dos resultados, na medida em que serão aproximados das políticas institucionais da Universidade em questão.

⁸ São formados por alunas e têm na base de suas criações a luta por direito à permanência, organizando as pautas das estudantes e a construção de diálogos junto às Universidades para implementação de políticas públicas que combatam a evasão das mães estudantes na Universidade. As redes sociais funcionam como meios fundamentais e determinantes para a criação das redes de trocas, experiências, encontros e discussões. Disponível em: <https://www.editorafi.org/015cientistas>. Acesso em: 12 jan. 2021.

pelo Decreto nº 7.234⁹, o qual tem por objetivo a permanência de estudantes de baixa renda matriculados (as) em cursos de graduação presencial em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O PNAES oferece assistência em diversos aspectos, sendo um deles o auxílio-creche. Na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Erechim/RS, lócus da presente pesquisa, para ter direito a este auxílio, o (a) estudante deve ser responsável legal por criança de até seis anos de idade que resida no mesmo domicílio do (a) estudante. Em caso de ambos os pais serem estudantes da referida Universidade, apenas um terá direito ao recebimento do auxílio (UFFS, 2020, p. 2).

Outra importante conquista refere-se a unidades de Educação Infantil nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Essas creches foram instituídas graças à reivindicação das mães estudantes e, segundo Raupp (2004), tem como objetivo básico atender filhos de funcionários e estudantes. Ainda segundo esta autora, das 52 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)¹⁰, 19 delas instalaram 26 creches, e as outras 33 não mantêm unidade de Educação Infantil.

Contudo, tal como destaca Soares *et al.* (2020, p. 126), apesar dos grandes avanços da pauta das mulheres mães, “há muito trabalho e diversas frentes já requeridas que precisam ser executadas para que se atinja a equidade na ocupação dos espaços de poder”. Assim, sem desconsiderar estas conquistas e os esforços, consideramos que existem outras possibilidades e ações que garantam o acesso e a permanência deste grupo estudantil, as quais serão apresentadas e problematizadas no capítulo analítico desse TCC juntamente com as proposições trazidas pelas participantes da nossa pesquisa.

Tendo explicitado alguns aspectos, no próximo subcapítulo apresentaremos uma pesquisa de Estado do Conhecimento. O objetivo dessa pesquisa foi o de buscar/conhecer o que dizem as publicações acadêmicas sobre o tema maternagem, ter acesso às conclusões e aos encaminhamentos feitos por tais autores e, por fim, dialogar sobre os distanciamentos e as aproximações entre as pesquisas selecionadas e o presente estudo.

⁹ Essa legislação será discutida mais detidamente no capítulo da análise dos resultados, na medida em que serão aproximados das políticas institucionais da universidade em questão.

¹⁰ É oportuno salientar que o número de IES atualmente se constitui maior do que o apresentado no estudo de Raupp (2004).

2.2.1 Estado do Conhecimento sobre maternagem: perspectivas e enfoques na comunidade acadêmica

Os dados presentes nesta seção foram produzidos a partir da utilização dos princípios de Estado do Conhecimento. A pesquisa de Estado do Conhecimento foi realizada com o intuito de possibilitar uma visão ampla e atual dos movimentos acerca do objeto de investigação, bem como evidenciar/enfatizar o grau de relevância e pertinência acerca do tema selecionado em publicações recentes produzidas em Universidades brasileiras.

Nesse sentido, para a realização deste Estado do Conhecimento, foi selecionado como repositório para levantamento bibliográfico a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD/IBICT).

A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) foi criada no final do ano de 2002. Ela é mantida pelo “Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) no âmbito do Programa da Biblioteca Digital Brasileira (BDB), com apoio da Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP)”. Ainda, a mesma “integra e dissemina, em um só portal de busca, os textos completos das teses e dissertações defendidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa”¹¹.

Assim, foram inicialmente estabelecidos alguns critérios para a seleção e a leitura do material que irá compor “o *corpus* da pesquisa” de Estado do Conhecimento (FERNANDES; D’ÁVILA, 2015/2016, p.184). Nesse sentido, foram selecionadas para análise apenas teses e dissertações que tivessem no título os descritores: *gravidez na graduação*, *gravidez e (na) Universidade*, *maternidade e estudos*, *maternidade e Educação Superior*, *maternidade e graduação e maternagem*. Além disso, ficaram definidos como recorte trabalhos publicados até o ano de 2020. Nesse sentido, para uma melhor visualização, apresentam-se os quadros abaixo.

Quadro 2: Construção do corpus de análise: descritores e filtros utilizados

Descritor	Tipo de busca	Encontrados	Utilizados
“Gravidez na graduação”	Avançada (Título)	0	0
“Gravidez + (na) Universidade”	Avançada (Título)	0	0
“Gravidez + estudos”	Avançada (Título)	1	0
“Maternidade + estudos”	Avançada (Título)	12	1
“Maternidade + Educação Superior”	Avançada (Título)	0	0

¹¹ Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Content/whatIs>. Acesso em: 18 mar. 2021.

“Maternagem”	Avançada (Título)	16	6
“Maternidade + graduação”	Avançada (Título)	0	0
TOTAL DE PUBLICAÇÕES:		29	7

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 3: Publicações encontradas na BDTD

Nº	Ano	Autor (es)	Título
1	1999	Eliane Tavares Natividade Teixeira	Adiamento da maternidade: do sonho à maternagem
2	2005	Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes	Ser professora: entre os ranços da maternagem e a profissão
3	2014	Natalia Custodio	Interações profissionais de saúde e mães de prematuros: impacto na maternagem
4	2011	Cristiane Palmeira de Oliveira Barreto	Maternagem e função materna em UTI neonatal: um estudo psicanalítico
5	2015	Albertina Antonielly Sydney de Sousa	Maternagem no cárcere: adoção do papel materno por mulheres
6	2016	Roberta Corrêa Lanzetta	Apoios comprados: formas contemporâneas de suporte à maternagem
7	2017	Camila Fernanda Sant’Ana Scarabelo	Experiências de maternagem com bebês prematuros no contexto hospitalar
8	2012	Ravini dos Santos Fernandes	A maternagem em unidade de abrigamento: a relação entre mães adolescentes e seus filhos
9	2009	Fabiana de Souza e Silva Dantas	Adoção tardia: produção de sentido acerca da maternagem, paternagem e filiação
10	2016	Sandra Regina Colucci	Entre verrinas e ditirambos: maternagem nos discursos normativos: São Paulo, 1925-1940
11	2018	Luana Borges Lemes	Novas práticas de maternagem e feminismo das mulheres da plataforma Cientista que virou mãe
12	2019	Naiane Rodrigues da Silva	Associação Nossa Senhora das Candeias: maternagem e movimento de mulheres pretas (1980-2004)
13	2013	Rafael de Freitas Dias Acioly	A solicitações do corpo que muda: a construção subjetiva da representação da gravidez na adolescência e a incorporação do habitus da maternagem em Gaibu, Pernambuco
14	2007	Soraya Maria Barros de Almeida	A centralidade da maternagem na relação pedagógica da Educação Infantil: o discurso de docentes e famílias usuárias de creche Campina Grande PB
15	2018	Priscila Araújo da Silva Ramos	Ser mãe em condição de reclusão e criação de vínculos: um estudo de caso sobre maternagem e direitos humanos no Conjunto Penal Feminino em Salvador- BA
16	2019	Anna Cecília Latanzio Rodrigues Silva	Análise dos vínculos afetivos na adoção: um olhar para as condições ambientais e afetivas na maternagem de mães adotivas
17		Maria Amélia Alves de Campos	Simplificando o teste de tolerância à glicose com 75g na gravidez: um estudo de validação
18	2010	Luciana Trindade Valente de Carneiro	A vivência da maternidade: um estudo com gestantes portadoras do HIV
19	2013	Marlene Helena de Oliveira França	Prisão, tráfico e maternidade: um estudo sobre mulheres encarceradas

20	2018	Luisa Ruzzarin Pesce	O lado B da maternidade: um estudo qualitativo a partir de blogs
21	2012	Tiago Carlos Zortéa	Investimento Materno: um estudo das relações entre variáveis moduladoras sob enfoque evolucionista
22	2014	<u>Daniela Vitti Ribeiro da Silva</u>	Morbidade materna grave: estudo qualitativo sobre a experiência de um grupo de mulheres
23	2008	Thassia Souza Emídio	Diálogos entre feminilidade e maternidade: um estudo sob o olhar da mitologia e da psicanálise
24	2014	Daniela Canazaro de Mello	A prisão feminina: gravidez e maternidade: um estudo da realidade em Porto Alegre RS/Brasil e Lisboa/Portugal
25	2009	Maria da Graça Mouchrek Jaldin	Crescimento infantil e aleitamento materno exclusivo: estudo comparativo com uma referência e um padrão internacional de crescimento
26	2007	Gabriel Sanches Teixeira	Categorias morfossintáticas e seus expoentes na aquisição do português como língua materna: um estudo de caso a partir da análise da linha %mor
27	2012	Cintia Magali da Silva	O cuidado com a saúde bucal de crianças com fissura labiopalatal sob o olhar e a vivência materna: um estudo exploratório
28	2015	Natassia de Melo Gomes	Consumo e maternidade: um estudo sobre o consumo simbólico como meio de construção da identidade materna
29	2014	Marta Silveira da Mota Krüger	Associação entre o nascimento do bebês pré-termos e/ou com baixo peso e a doença periodontal materna: um estudo caso-controle na cidade de pelotas
TOTAL DE PUBLICAÇÕES ENCONTRADAS:			29

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir desse resultado inicial, por meio da leitura dos títulos e dos resumos dos trabalhos, percebeu-se que uma parte das publicações encontradas estava direcionada para a área da saúde. Nesse sentido, foram selecionados para análise apenas aqueles trabalhos que se aproximavam mais da temática e dos temas abordados no presente estudo. Conseqüentemente, o *corpus* de análise do Estado do Conhecimento reduziu-se a um total de sete trabalhos, os quais foram lidos na íntegra. O quadro abaixo apresenta, então, o título e o tipo de documento das publicações selecionadas para este Estado do Conhecimento.

Quadro 4: Publicações selecionadas para o Estado do Conhecimento

Título da publicação	Tipo de documento
Adiamento da maternidade: ser mãe depois dos 35 anos	Dissertação
Ser professora: entre os ranços da maternagem e à profissão	Dissertação
Apoios comprados: formas contemporâneas de suporte à maternagem	Dissertação
Novas práticas de maternagem e feminismo das mulheres da plataforma Cientista que virou mãe	Dissertação
A centralidade da maternagem na relação pedagógica da Educação Infantil: o discurso de docentes e famílias usuárias de creche Campina Grande	Dissertação
A maternagem em unidade de abrigo: a relação entre mães adolescentes e seus filhos	Dissertação
O lado B da maternidade: um estudo qualitativo a partir de blogs	Dissertação
Total de publicações: 7 dissertações	

Fonte: Elaborado pela autora.

Tal como pode ser observado no quadro anterior, todas as publicações selecionadas foram dissertações. Cabe ressaltar que este registro e categorização das mesmas foram feitas a partir da Bibliografia Anotada, configurando-se, assim, a primeira etapa do método. Esta etapa da pesquisa teve como intuito a sistematização das publicações selecionadas com o objetivo de identificar aspectos gerais das produções, que, posteriormente, seriam o *corpus* de análise. A figura 1 identifica a maneira como foi realizada e descrita a Bibliografia Anotada.

Figura 1: Relação dos estudos analisados no Estado do Conhecimento (Bibliografia Anotada)

Nº	AUTOR	TÍTULO	RESUMO
01	Eliane Tavares Natividade Teixeira	Adiamento da maternidade: ser mãe depois dos 35 anos	Discute o fenômeno do adiamento da maternidade após os 35 anos, relacionando-o a processo de Destradição Social , que vem ocorrendo em todas as esferas da vida cotidiana, inclusive, no contexto sócio-familiar brasileiro. Independente das transformações no gênero da maternidade , o discurso médico define, a partir do enfoque de risco, o que é "normal" e "anormal" nos comportamentos reprodutivos. Com base nestes pressupostos analisamos as percepções das mulheres que adiaram a maternidade, para depois dos 35 anos, em relação aos relacionamentos afetivo-familiar, ao trabalho, a gravidez e à maternidade. Foram realizadas, no Ambulatório de Pré-Natal do Hospital Universitário Pedro Ernesto (entre julho e outubro/1998), nove entrevistas com gestantes entre 36 e 39 anos, não portadoras de doenças crônicas ou intercorrências físico-clínicas. Os resultados desse estudo, qualitativo, indica que o processo modernizador e as consequentes mudanças nos tradicionais padrões familiares, imprimem suas marcas na experiência da maternidade. Essa revisão de valores, referentes à função feminina e ao papel materno acompanha a incorporação da mulher ao mercado de trabalho e o crescente peso do capital escolar. Tornou-se possível concluir ainda, que em função dos valores atuais, o "ser mãe" para algumas mulheres não é mais percebido como o único objeto, já que o trabalho é fonte de realização pessoal.
Referência completa do documento:			
TEIXEIRA, Eliane Tavares Natividade. Adiamento da maternidade: ser mãe depois dos 35 anos . 1999. 77f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/5325 . Acesso em: 18 mar. 2021.			
02	Rosa Maria Neder	Ser professora: entre os ranços da maternagem e a profissão docente	Este estudo, cujos dados foram obtidos através do depoimento de vinte e duas mulheres professoras primárias, hoje do Ensino Fundamental, séries iniciais, que estão no exercício docente em escolas das redes pública e privada do Salvador/Bahia, teve como objetivo primordial, analisar, à luz das relações de gênero, como vem sendo construída a identidade da mulher professora, entrelaçada pelo mito do amor materno que vem marcando, historicamente, a imagem da docência primária como trabalho apropriado à mulher pela sua suposta qualidade inata de lidar com crianças. O estudo, de natureza qualitativa, utilizou-se para coleta de depoimentos a entrevista oral semi-estruturada . Posteriormente as entrevistas foram transcritas, lidas, analisadas e interpretadas sob a perspectiva feminista histórico-cultural. Como o gênero atravessa todas as relações sociais, as vozes das professoras possibilitaram a discussão de questões relacionadas à prática educativa no contexto do sistema de ensino brasileiro. Até o presente momento, o empreendimento dessa pesquisa permite reconhecer que as docentes vêm construindo suas identidades de mulher professora em meio às concepções essencialistas, refletidas nas suas práticas educativas, entrecruzadas da maternagem . Entretanto, seus discursos demonstram as tensões e as contradições, reforçando a crença de que é mais conflituoso assumir-se mulher do que tomar-se professora uma vez que os primeiros ensinamentos sobre o que é ser menina ou menino acontecem desde a mais tenra idade, e uma vez consolidados, tornam-se mais resistentes e difíceis de ser superados. Sob essa perspectiva, a pesquisa destaca que no espaço escolar as professoras primárias tanto pode reproduzir os estereótipos femininos e masculinos quanto

Fonte: Elaborado pela autora.

Dando prosseguimento, o próximo passo realizado foi a construção da Bibliografia Sistematizada, que se “constitui na relação dos trabalhos de teses ou dissertações a partir dos seguintes itens: número do trabalho, ano de defesa, autor, título, nível, metodologia e resultados” (MOROSINI; NASCIMENTO, 2015, p.4). Desta forma, é possível garantir a precisão na checagem das informações e colaborar para a escrita desta pesquisa de Estado do Conhecimento. Na figura 2 (abaixo), é possível verificar como foram organizados os dados das pesquisas selecionadas.

Figura 2: Bibliografia Sistematizada

Local da pesquisa na internet (evento/periódico): **CASIS/BOTD**– Período: **até o período atual (2020)**– Descritor/palavras de busca: **Maternagem; gravidez e estudos** – Total de trabalhos: **9 artigos.**

CATEGORIZAÇÃO DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DE ARTIGOS

Nº	Ano	Autor(es)	Instituição	Título	Objetivos	Referencial teórico (autores citados)	Metodologia	Resultados	Conclusões	Comentários pessoais
1	1999	<u>Eliane Tavares Natividade</u> Teixeira	Fundação Oswaldo Cruz	Adiamento da maternidade: do sonho à maternagem .	Discutir o fenômeno do adiamento da maternidade para após os 35 anos, relacionando-o ao processo de Destradicionalização Social, que vem ocorrendo em todas as esferas da vida cotidiana – inclusive, no contexto sociofamiliar brasileiro. Ao mesmo tempo,	BADINTER; GIFFIN; LO BIANCO; NOLASCO; OLIVEIRA;	Entrevista, pesquisa bibliográfica e documental.	Indicam que o processo modernizador e as consequentes mudanças nos tradicionais padrões familiares, imprimem suas marcas na experiência da maternidade. Essa revisão de valores, referentes à função feminina e ao papel materno acompanha a incorporação da mulher ao mercado de trabalho e o crescente peso do capital escolar.	Que em função dos valores atuais, o “ser mãe” para algumas mulheres não é mais percebido como o único objetivo, já que o trabalho é fonte de realização pessoal.	A gravidez deixada de lado por conta dos novos pensamentos e posturas. SER MÃE não é mais o ÚNICO OBJETIVO DE VIDA.
2	2005	Rosa Maria Neder	Universidade Federal da Bahia	Ser professora: entre os ranços da maternagem e a profissão	Analisar, à luz das relações de gênero, como vem sendo construída a identidade da mulher professora, entrelaçada pelo mito do amor materno que vem marcando, historicamente, a imagem da docência	ALMEIDA; ADORNO; APPLE; BADINTER; BEAUVOIR; CARVALHO	Entrevista e pesquisa bibliográfica e documental.	As docentes vêm construindo suas identidades de mulher professora em meio às concepções essencialistas, refletidas nas suas práticas educativas, entrecruzadas da maternagem . Entretanto, seus	No espaço escolar as professoras primárias tanto podem reproduzir os estereótipos femininos e masculinos quanto podem produzir, através das suas interações, outras orientações que permitam	As professoras podem reproduzir estes estereótipos como também pode mudá-los. Ensina-se as mulheres

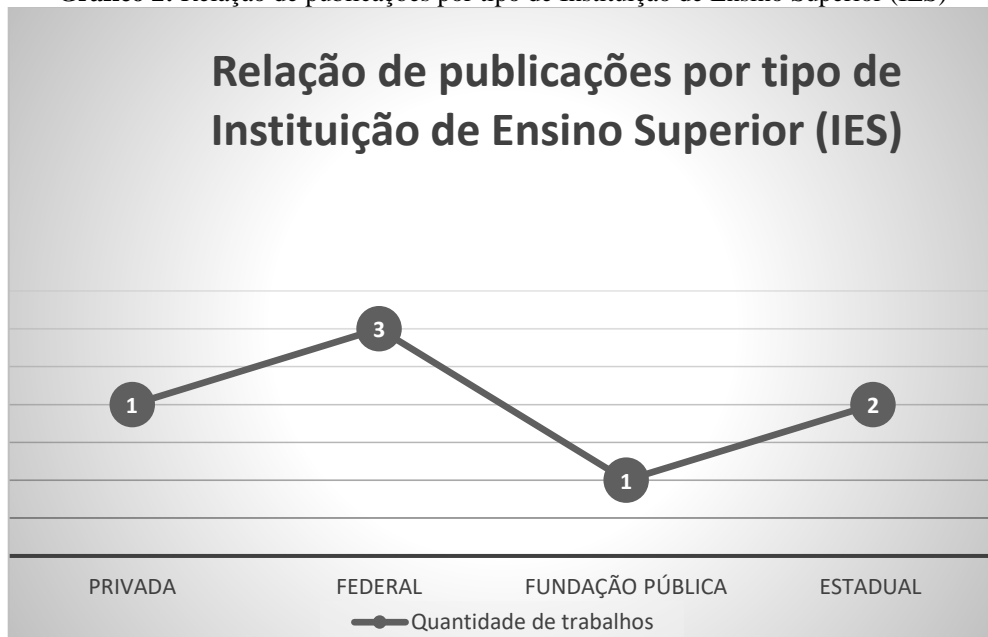
Fonte: Elaborado pela autora.

A partir desta etapa, já é possível encontrar certas características que delimitam os temas maternagem, graduação e estudos. A primeira delas é que foi possível perceber que, no recorte temporal escolhido para esta pesquisa, isto é, trabalhos publicados até o ano de 2020, destacou-se que a produção científica ocorreu com maior evidência no ano de 2018, conforme descrito no gráfico abaixo.

Gráfico 1: Distribuição das produções acadêmicas por ano de publicação

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao mesmo tempo, foi possível constatar também que as produções acadêmicas se concentravam em Universidades Federais seguido das Estaduais. Já quando se analisa por regiões do Brasil, destaca-se a Região Sudeste como a que mais publicou teses/dissertações, seguida, respectivamente, pelas Regiões Nordeste e Sul.

Gráfico 2: Relação de publicações por tipo de Instituição de Ensino Superior (IES)

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadros 5: Distribuição das teses/dissertações por Universidades e por regiões do país

UNIVERSIDADE	QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES	REGIÃO DO PAÍS
Fundação Oswaldo Cruz	1	SUDESTE
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	1	NORDESTE
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	1	SUDESTE
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	1	SUL
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	1	NORDESTE
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	1	SUL
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)	1	SUDESTE

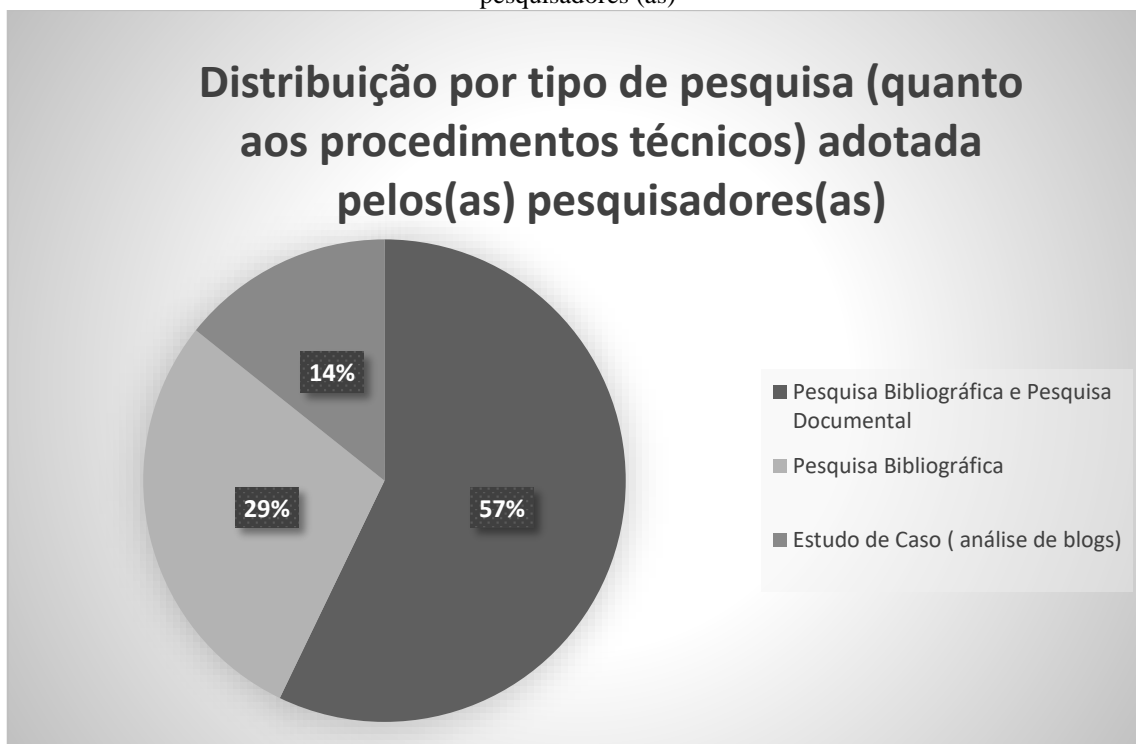
Fonte: Elaborado pela autora.

REGIÃO DO PAÍS	QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES
NORTE	0
NORDESTE	2
CENTRO- OESTE	0
SUDESTE	3
SUL	2
Total de publicações: 7	

Fonte: Elaborado pela autora.

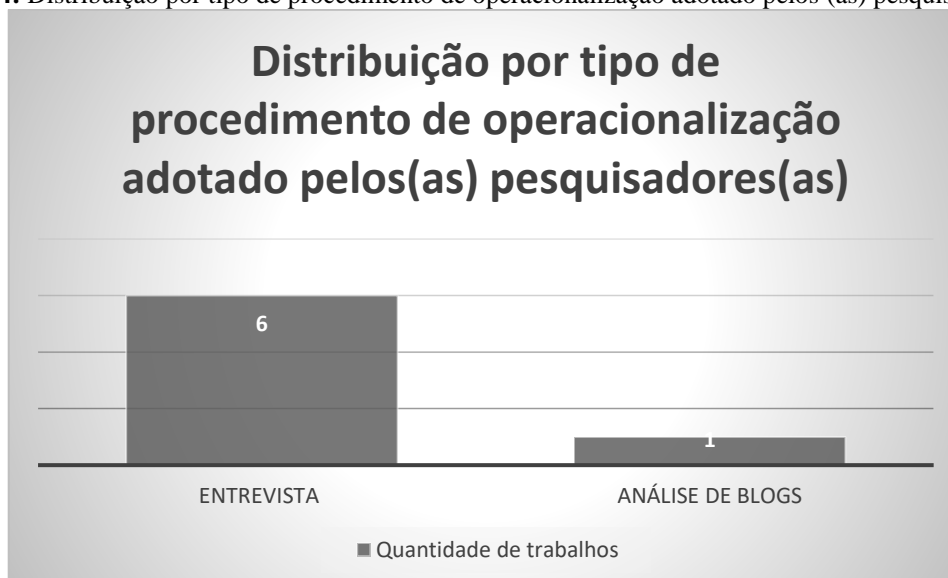
Outra informação importante coletada a partir da leitura na íntegra das sete produções mapeadas diz respeito ao tipo de pesquisa (quanto aos procedimentos técnicos) adotada pelos (as) pesquisadores (as). Desta forma, evidenciaram-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. No entanto, cabe ressaltar que nenhuma das produções se valeu somente de um tipo de pesquisa. Já com relação ao tipo de instrumento de operacionalização utilizado para a coleta de dados, destacou-se a entrevista, com um total de sete trabalhos, ou seja, 100% dos estudos encontrados sobre o assunto.

Gráfico 3: Distribuição por tipo de pesquisa (quanto aos procedimentos técnicos) adotada pelos (as) pesquisadores (as)



Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 4: Distribuição por tipo de procedimento de operacionalização adotado pelos (as) pesquisadores (as)



Fonte: Elaborado pela autora.

Segundo Morosini e Nascimento (2015, p. 5), a última etapa do Estado do Conhecimento constitui-se na Bibliografia Categorizada, que consiste no “reagrupamento em

uma tabela da bibliografia sistematizada, segundo blocos temáticos que representam as categorias”. Nesse sentido, trabalhar com categorias significa agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um único conceito capaz de abranger tudo isso (GOMES, 2002). Contudo, devido ao pequeno número de trabalhos selecionados, esta última etapa do Estado do Conhecimento não foi realizada. Assim sendo, a seguir será apresentada a análise de cada um dos trabalhos de modo a conhecer sobre o que trata cada um deles.

O primeiro trabalho, intitulado “Adiamento da maternidade: ser mãe depois dos 35 anos”, discute sobre o fenômeno do adiamento da maternidade após os 35 anos de idade, relacionando-o ao processo de Destradicionalização Social que vem ocorrendo em todas as esferas da vida cotidiana. Para tal, o estudo de Teixeira (1999) analisa as percepções de mulheres que adiaram a maternidade para depois dos 35 em “relação ao relacionamento afetivo-familiar, ao trabalho, à gravidez e à maternidade” (TEIXEIRA, 1999, p. 6).

Desta forma, o estudo apresenta que o processo de transformação social vem afetando a vida cotidiana das mulheres. E, assim, no universo pesquisado, um primeiro exemplo dessas mudanças é a própria percepção das mulheres em relação às suas atividades fora de casa. Assim, para estas mulheres, sejam elas de camadas populares ou não, o trabalho vem adquirindo “novos contornos, nos quais o aspecto de maior relevância é a realização pessoal” (TEIXEIRA, 1999, p. 49). Desta forma, apresenta-se o relato de uma das entrevistadas do estudo, na qual é possível verificar tal afirmação.

Acho que minha independência financeira é muito importante, porque se eu preciso de alguma coisa para mim, para minha casa eu vou e compro. Sei que tenho aquilo certo, todo mês, então eu posso contar. Mas também eu gosto de sair todo dia, saber que eu tenho que fazer alguma coisa, que vou encontrar um monte de gente, conversar, porque eu acho que com os problema que a gente vê hoje, isso é até bom, é bom trocar idéias. É bom a gente não ficar só em casa, sozinha o dia inteiro. Eu fiquei dois anos ‘parada’ e não gostei, me sentia muito mal, ficava irritada, mal humorada só com aquele servicinho de casa, sem sair, sem nada, sem ter meu dinheiro, dependendo do marido para tudo, então eu não gostei. Eu acho que se a mulher puder, tem que ser independente, ter seu próprio dinheiro, estudar, ter uma profissão para ser valorizada como pessoa. Quer dizer, eu acho que o dinheiro é fundamental, principalmente agora que não se tem garantia de nada, mas a satisfação pessoal também é importante, é bom a gente se sentir valorizada (TEIXEIRA, 1999, p.48).¹²

Outro ponto importante destacado por Teixeira (1999) é o fato de que, mesmo diante de significativas mudanças no que diz respeito à divisão de papéis dentro da estrutura familiar, mulheres, mesmo que “estejam engajadas fora de seus lares” no trabalho assalariado, ainda

¹² Depoimento de Ivanilda, disponível no estudo de Eliane Tavares Natividade Teixeira, intitulado “Adiamento da maternidade: ser mãe depois dos 35 anos” (1999). Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/5325>. Acesso em: 12 jan. 2021.

permanecem “a administrar, sozinhas, a casa, além de acumular a função de dividir com o homem as despesas da casa” (TEIXEIRA, 1999, p. 51). Nesse sentido, pode ser observado na vida destas mulheres um “acúmulo de funções” na medida em que hoje a mulher é provedora e também cuida da casa (DATAFOLHA, 1998 apud TEIXEIRA, 1999, p. 51).

Eu só faço as coisas à noite. Faço uma comida, arrumo, essas coisas. É como eu te falei, eu fico muito pouco em casa. Nos fins de semana eu trabalho com vendas, quer dizer, então sobra pouco tempo para isso. Eu faço as coisas do jeito que dá, mas ele não ajuda, é mais na dele. Eu é que chego e arrumo as coisas, a comida. Às vezes ele ajuda mas só de vez em quando, não é um hábito [...] (TEIXEIRA, 1999, p. 51).¹³

Teixeira (1999), ainda em seu estudo, discute sobre esse adiamento da maternidade relacionando ao planejamento da gravidez. Assim, para um grupo de entrevistadas que planejavam ter filhos, optaram por adiar a maternidade para um “momento em que julgavam ‘mais adequado’”, sendo que aliam “autonomia financeira, estabilidade afetiva e maturidade como necessárias para o bom exercício da maternidade” (TEIXEIRA, 1999, p. 64). No entanto, para as outras mulheres entrevistadas, a gravidez não foi planejada, visto que ser mãe nunca se manifestou como um desejo a ser realizado (TEIXEIRA, 1999).

Por fim, esta mesma autora chama também a atenção para o fato de que, mesmo que atualmente “parece-nos ser perfeitamente normal a mulher não possuir essa ‘pulsão’ irresistível”, ainda a maternidade “tem um certo peso no imaginário social”. Assim, é comum “o sujeito aderir a dois modos de investimento, um ‘moderno’ e outro tradicional” (FIGUEIRA, 1987 apud TEIXEIRA, 1999, p. 54).

A pesquisa de Neder (2005), intitulada “Ser professora: entre os ranços da maternagem e à profissão”, aponta que o exercício da profissão docente ainda é muito atrelado à identidade feminina “pelos atributos maternos que a civilização ocidental lhe atribui, sustentados pela constituição biológica” (NEDER, 2005, p.16). Ainda em seu estudo, Neder (2005) coloca que foi possível também constatar ambiguidades e contradições que tecem dia-a-dia as relações conflituosas no espaço de trabalho das docentes entrevistadas. Estas, por sua vez, impossibilitam a construção da identidade profissional das mesmas, visto que há a imposição do modelo de professora maternalizada (NEDER, 2005, 17).

¹³ Depoimento de Teresa, disponível no estudo de Eliane Tavares Natividade Teixeira, intitulado “Adiamento da maternidade: ser mãe depois dos 35 anos” (1999). Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/5325>. Acesso em: 12 jan. 2021.

Ao mesmo tempo, o estudo apresenta que a escolha dessas docentes pela profissão estava associada ao “gostar de criança”. Assim, podemos verificar que esta visão está relacionada à representação da professora maternal, que “coaduna com o modelo de mãe difundido a partir do século XXII”, quando a sociedade mudou seu olhar sobre a infância, considerando que uma boa mãe seria aquela que assumisse o papel de educadora dos filhos (BANDINTER, 1985 apud NEDER, 2005, p. 87).

Por sua vez, cabe destacar que outras docentes relataram que haviam buscado antes por outros cursos, mas que, em decorrência de algumas dificuldades em Matemática e Português, por exemplo, se encaminharam então para o curso de Magistério. Nesse sentido, é possível verificar por meio desses depoimentos marcas de uma concepção essencialista, que aplica “dons” a cada um dos sexos. Assim, mesmo que as mesmas tenham ingressado em outros cursos, rompendo assim com a ordem social, estas não se reconhecem como excluídas e, assim, admitem simplesmente que se identificaram com o magistério, carreira sistematicamente destinada às mulheres (NEDER, 2005).

O próximo trabalho analisado é intitulado “Apoios comprados: formas contemporâneas de suporte à maternagem”. O estudo aponta que, diante da insegurança e da exigência de aproximação do “modelo perfeito” de mãe, algumas mulheres e seus parceiros, integrantes de classes sociais com maior poder aquisitivo e acesso à informação, vêm optando por participarem de cursos para casais grávidos. A proposta desses cursos “é ‘ensinar’, esclarecer e tirar dúvidas a respeito de diversos aspectos tanto da gravidez, como da maternidade e dos cuidados com o bebê” (LANZETTA, 2016, p.55).

O que pode ser observado, então, é que estas mulheres sentem a necessidade de se qualificar para serem mães, ou seja, “elas partem da ideia de que um modelo de excelência exista. Quanto mais se aproximarem desse modelo, maior é a probabilidade de sucesso” (LANZETTA, 2016, p. 57). Outro ponto destacado no estudo é a relevância das redes de apoio a estas mães que também precisam ser cuidadas. Sendo assim, é essencial que as mesmas se sintam seguras e amparadas para que desempenhem este papel tão primordial.

O quarto trabalho intitula-se “Novas práticas de maternagem e feminismo das mulheres da plataforma Cientista que virou mãe”. Essa pesquisa aborda o tema da maternidade e maternagem como penderes no ambiente acadêmico e no feminismo “devido às concepções essencialistas e despolitizadas sobre as questões maternas” (LEMES, 2018, p. 229). Para a autora, as ideias feministas são acessíveis a quem estiver disposto (a) a dialogar sobre a igualdade de gênero e “podem ser realizados desde os pormenores do cotidiano, em um

processo contínuo de revisão dos próprios preconceitos e práticas que defendam a igualdade de direitos” (LEMES, 2018, p. 240). Por fim, a mesma coloca que seu trabalho enfatiza a reflexão constante sobre a luta contra a exclusão das mulheres e “que implica em necessidade de mudanças nas famílias, nos movimentos sociais, nas esferas públicas de poder e nas relações interpessoais” (LEMES, 2018, p. 240).

O trabalho de Brandão (2007), intitulado “A centralidade da maternagem na relação pedagógica da Educação Infantil: o discurso de docentes e famílias usuárias de creche Campina Grande”, aponta que, além dos estereótipos de gênero perpassarem pelas falas das docentes, estes também ocupam espaços na prática, descaracterizando, assim, o desempenho profissional das mesmas, sobretudo em creches e pré-escolas. Assim, para as docentes entrevistadas, a maternagem é “apresentada como norteadora da boa prática pedagógica”. Nesta perspectiva, no entendimento das mesmas, o “ser mãe, o olhar de mãe, o agir como mãe são os parâmetros eficazes” para a prática no contexto escolar (BRANDÃO, 2007, p. 98).

Ainda influenciadas pela ideia de educadora nata, as docentes recorrem à improvisação, o que leva ao descaso da Educação Infantil, indo totalmente ao contrário do que rege a legislação específica desta etapa, que preconiza as exigências teóricas e profissionais que a educação dessas crianças requer (BRANDÃO, 2007).

O próximo estudo analisado tem como título “O lado B da maternidade: um estudo qualitativo a partir de blogs”. Nele, Pesce (2018, p. 19) coloca que é possível observar que algumas redes sociais, bem como a mídia convencional, são predominantemente “palcos de exibição de mães felizes, bebês risonhos, amamentação espontânea e que transcorre sem dificuldades, enfim, de uma maternidade perfeita”. Desta forma, algumas mulheres se deparam com a maternidade real, muito diferente daquela idealizada. Tal realidade pode ser confirmada por um dos depoimentos encontrados no estudo desta mesma autora.

Logo que eu me tornei mãe e que vivi alguns momentos difíceis da maternidade, me perguntei porque ninguém nunca havia me alertado que esse lado B também existe. Toda vez que eu conversava com uma mãe, ela se derretia em elogios ao filho, dizia como sua vida tinha mudado para melhor, como pela primeira vez na vida estava vivendo um amor incondicional e como era maravilhoso, soberbo, estupendo, incrível, inexplicável ser mãe. Sim, tudo isso é verdade, por outro lado, nunca nenhuma delas me chamou num canto e disse: olha só amiga, quero te contar uma coisa, ser mãe é tudo de bom, mas também tem uma parte bem difícil e chata, e você vai ver as duas coisas. Com certeza! (PESCE, 2018, p. 33).¹⁴

¹⁴ Trecho retirado do trabalho de Luisa Ruzzarin Pesce, intitulado “O lado B da maternidade: um estudo qualitativo a partir de blogs”. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/188169/001084641.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 jan. 2021.

Assim, as mesmas vivem uma discrepância entre as imagens e os discursos sociais idealizados sobre a maternidade até então, com a real experiência materna vivenciada pelas mesmas. Em decorrência disso, tornam-se frequentes na vida dessas mulheres sentimentos contraditórios e ambivalentes, uma vez que elas não correspondem às expectativas sociais em relação à maternidade e ao papel de mãe (PESCE, 2018).

Quanto a esses sentimentos, são retratados a culpa e o medo frente às exigências da própria maternidade e da sociedade, a solidão decorrente da ausência da figura paterna e do apoio familiar, o estresse devido ao acúmulo de funções pessoais e profissionais, a insegurança, a incerteza, a frustração decorrente das representações sociais relativas ao desempenho da função materna, o descontentamento em relação à ausência de tempo e disponibilidade para se dedicar aos cuidados pessoais, os sentimentos de perda relacionados à vida profissional, a insatisfação/invasão por terem de lidar com conselhos e críticas recebidas de outras pessoas, entre outros. Uma possibilidade então encontrada por essas mulheres é o uso de espaços de compartilhamento de ideias e reflexões, como os *blogs*. Para Pesce¹⁵ (2018, p. 73), os *blogs* são ferramentas que permitem que as mães apropriem-se dos seus próprios sentimentos, tendo a oportunidade de integrar “aspectos da natureza humana que normalmente ficam cindidos”.

Assim, a vivência da maternidade e a escrita sobre os sentimentos despertados acabam sendo um momento propício para as mães olharem para seus medos e angústias. Além disso, a escrita em *blogs* acaba funcionando também com um espaço “de escuta, onde as mães são acolhidas – e não julgadas – para verbalizarem sobre seus sentimentos em relação à maternidade” (PESCE, 2018, p. 224).

Em meio a todas as angústias inerentes à maternidade, até então silenciadas, o movimento de falar sobre o lado B da maternidade surge, como contraponto ao discurso idealizado, em um espaço onde o não dito encontra um lugar: os *blogs*. É nos *blogs* que as mães, ao terem contato com as vozes de outras mães, conseguem dar voz e colocar em palavras o que é da ordem do imperfeito, do real, da falta (PESCE, 2018, p. 223-224).

O último trabalho analisado intitula-se “A maternagem em unidade de abrigo: a relação entre mães adolescentes e seus filhos”, o qual teve por objeto de investigação a relação entre mãe adolescente abrigada e seu filho. Nesse sentido, Fernandes (2012), em seu estudo, objetiva descrever o significado do filho para essas mães adolescentes, bem como

¹⁵ O estudo da autora teve como objetivo compreender o que foi denominado pelas mães, nas redes sociais, de “Lado B da maternidade”. Para tal, foi realizado um estudo qualitativo envolvendo falas de mães, ao longo do primeiro ano de vida do bebê, extraídas de 101 *blogs*, que tinham como tema central o “Lado B da maternidade”. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/188169>. Acesso em: 18 abr. 2021.

“compreender os fatores que influenciam no estabelecimento da relação mãe adolescente abrigada e seu filho” e, por fim, analisar a relação mãe-filho nos espaços do abrigo a partir dos cuidados realizados pela mãe adolescente abrigada (FERNANDES, 2012, p.9).

Desta maneira, com base nos relatos das mães adolescentes abrigadas, Fernandes (2012) sinaliza que, para as mesmas, a chegada de um filho em suas vidas tem repercussões muito mais positivas do que negativas, dentre as quais citam-se “o filho como um precursor de transformações pessoais e sociais” na medida em que estas passaram a ter atitudes diferentes, “menos prejudiciais a si próprias”; a possibilidade de viver a afetividade e construir uma família, configurando-se assim em uma nova etapa em suas vidas e ainda como “constituição biológica”, ou seja, “o significado dado a eles é por ser parte integrante de seu corpo, por ter saído de suas entranhas, como se fosse uma continuação de si” (FERNANDES, 2012, p. 40-43).

Ainda, em seu estudo, a autora dialoga sobre as vivências maternas de cuidado do filho no interior da unidade de abrigo. Desta forma, um dos pontos destacados pelas mães adolescentes abrigadas refere-se ao anseio de possuírem uma casa própria e o auxílio de uma pessoa para apoiá-las no cuidado do filho “de forma independente, ressaltando o domínio sobre a educação” de seus filhos, sem interferência de terceiros.

Este modo de pensar das mães adolescentes abrigadas é possivelmente devido à ausência de autonomia no interior da unidade de abrigo para realizar o cuidado materno. Geralmente, os profissionais, ao supervisionarem as ações maternas, acabam orientando excessivamente, interferindo na relação entre a mãe adolescente e seu filho. Esta postura profissional é decorrente da aproximação diária dos mesmos com a criança e a mãe adolescente; da própria incorporação destes profissionais em incentivar a relação da adolescente com seu filho, monitorando as ações maternas e sentindo que, ao terem mais experiências, possuem o dever de ajudá-las (FERNANDES, 2012, p. 75).

A partir desse contexto, Fernandes (2012) parte da concepção de que, apesar da extrema relevância da participação do profissional no “incentivo do estabelecimento da relação mãe e adolescente e seu filho”, é preciso levar em consideração que,

[...] em algumas situações mais intervencionistas, a atuação do profissional pode interferir no cuidado materno, sendo prejudicial ao crescimento e amadurecimento da adolescente, podendo gerar consequências negativas na relação mãe e filho, visto que a orientação a ser dada não deve invadir a privacidade e intimidade do binômio (FERNANDES, 2012, p. 75).

Nessa perspectiva, esta mesma autora enfatiza a necessidade de se oferecer bases para que estas mães se sintam fortalecidas e autoconfiantes nas atividades maternas, ao mesmo tempo sinaliza a importância de se repensar sobre a atuação dos profissionais que atuam neste

ambiente, de modo a propor mudanças no atendimento desses sujeitos, que não interfiram na relação e nos cuidados dispensados pela mãe ao bebê (FERNANDES, 2012).

Apresentadas as teses e dissertações que fizeram parte desse Estado do Conhecimento, segue abaixo um quadro no qual busco sistematizar e apresentar de forma objetiva em que medida minha pesquisa se aproxima e se distancia desses trabalhos.

Quadro 6: Aproximações e distanciamentos dos trabalhos analisados na pesquisa do Estado do Conhecimento

TÍTULO- AUTOR	APROXIMAÇÕES	DISTANCIAMENTOS
Ser professora: entre os ranços da maternagem e a profissão ROSA MARIA NEDER- 2005	<ul style="list-style-type: none"> • Dialoga sobre o atrelamento de algumas atividades/afazeres/profissões como de natureza feminina. • Os estudos são conduzidos por mulheres. • Os conformismos e resistências que se fazem presentes na vida de inúmeras mulheres na sociedade. 	<ul style="list-style-type: none"> • A pesquisa se concretiza no ambiente universitário, e não no ambiente escolar.
A centralidade da maternagem na relação pedagógica da educação infantil: o discurso de docentes e famílias usuárias de creche campina grande SORAYA MARIA BARROS DE ALMEIDA BRANDÃO- 2007	<ul style="list-style-type: none"> • Os estudos são conduzidos por mulheres. • Analisa as vivências dos protagonistas da pesquisa e as repercussões/influências das questões de gênero no cotidiano. 	<ul style="list-style-type: none"> • A pesquisa se concretiza no ambiente universitário, e não no ambiente escolar.
Apoios comprados: formas contemporâneas de suporte à maternagem ROBERTA CORRÊA LANZETTA- 2016	<ul style="list-style-type: none"> • Os estudos são conduzidos por mulheres. • Também discute sobre sentimentos e repercussões da chegada do filho. • Também dialoga sobre as transformações familiares/maternagem. • O Modelo perfeito de mãe. 	<ul style="list-style-type: none"> • Os protagonistas da pesquisa poderão se configurar como distintos (classe social e faixa etária).
Novas práticas de maternagem e feminismo das mulheres da plataforma Cientista que virou Mãe LUANA BORGES LEMES-2018	<ul style="list-style-type: none"> • Discute sobre coletivos/projetos que atualmente vêm buscando por dar visibilidade acerca da maternidade e seus impactos na vida das mulheres, bem como criando redes de apoio. • Problematiza o exercício da maternidade como única e exclusiva função destinada às mulheres. • Discute sobre a igualdade de gênero. 	<ul style="list-style-type: none"> • Os protagonistas da pesquisa se concretizam como distintos. • O local da pesquisa se constitui como distinto.

<p>O lado B da maternidade: um estudo qualitativo a partir de blogs LUIZA RUZZARIN PESCE – 2018</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apresenta, dialoga e problematiza sobre os diversos aspectos da maternidade. • Objetiva dar visibilidade aos sentimentos, anseios e angústias das protagonistas da pesquisa. • Os estudos são conduzidos por mulheres. 	<ul style="list-style-type: none"> • Permite que as protagonistas da pesquisa relatem suas angústias, medos, anseios em um suporte acessível, não requerendo a identificação. • Dá visibilidade a um grupo que, por vezes, não tem vez e voz.
<p>Adiamento da maternidade: do sonho à maternagem ELIANETAVARES NATIVIDADE TEIXEIRA- 1999</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Discute sobre as transformações sociais que vêm afetando a vida cotidiana das mulheres. • Dialoga e problematiza sobre o acúmulo de funções na vida das mulheres. • A mulher atualmente deseja, ou, exerce outros papéis além do de mãe e mulher. • O Modelo perfeito de mãe. 	<ul style="list-style-type: none"> • Este estudo não se compromete a discutir sobre o planejamento da gravidez. • As protagonistas da pesquisa não poderão ser as mesmas (faixa etária, classe social, etc).
<p>A maternagem em unidade de abrigamento: a relação entre mães adolescentes e seus filhos RAVINI DOS SANTOS FERNANDES- 2012</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Propõe-se discutir sobre as repercussões do filho na vida das protagonistas da pesquisa. • Dialoga e problematiza sobre as cobranças e os julgamentos direcionados às mães, tendo em vista o modelo perfeito de mãe. • Ressalta a importância das redes de apoio, bem como as ações que devem ser efetivadas a fim de encorajar estas mães. • Os estudos conduzidos por mulheres. 	<ul style="list-style-type: none"> • As protagonistas da pesquisa são egressas do Curso de Licenciatura em Pedagogia, e ainda não se encontraram na mesma condição social. • A pesquisa se concretiza no ambiente universitário.

Fonte: Elaborado pela autora.

Diante do exposto, inicialmente quero ressaltar a importância do Estado do Conhecimento, sobretudo nesta pesquisa, uma vez que o mesmo possibilitou uma visão ampla e atual dos movimentos acerca do objeto de investigação maternagem. Quanto às publicações selecionadas e analisadas, pude perceber que, apesar de as mesmas terem como mesmo objeto de estudo a maternagem, cada uma delas possuía suas especificidades.

Ao mesmo tempo, ficou visível que, embora estas também discutam sobre questões relacionadas à maternidade e ainda apresentem elementos que se aproximam deste estudo, nenhuma delas discute especificamente sobre a maternidade e suas repercussões no contexto universitário, evidenciando, assim, a relevância e a pertinência do presente estudo.

Considerando que o presente estudo objetiva investigar os impactos e desafios vivenciados pelas estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) *Campus* Erechim frente às exigências impostas pelas demandas da Universidade com as novas exigências ao se tornarem mães durante seu processo de formação acadêmica, o próximo capítulo apresenta o percurso metodológico que foi utilizado na busca dos dados que serão analisados nesse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

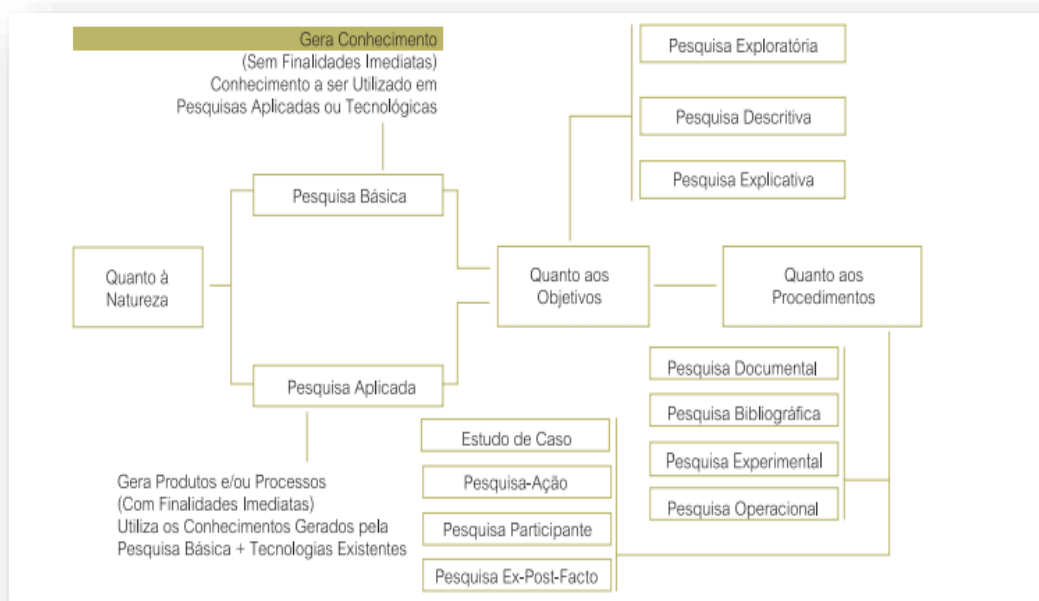
3 METODOLOGIA

A palavra metodologia “vem do grego ‘meta’ = ao largo; ‘odos’ = caminho; ‘logos’ = discurso, estudo”. Assim, ela consiste no estudo, na compreensão e na avaliação dos vários “métodos disponíveis para a realização de uma pesquisa acadêmica”. Ainda, em um nível aplicado, ela “examina, descreve e avalia métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a coleta e o processamento de informações, visando ao encaminhamento e à resolução de problemas e/ou questões de investigação” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 14).

Nessa perspectiva, reitera-se a importância da metodologia científica, ao mesmo tempo considera-se ela como uma parte complexa e por isso deve requerer muito cuidado do pesquisador, visto que ela é “mais que uma descrição formal dos métodos e técnicas a serem utilizados” e indica “as opções e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico” (DESLANDES, 2002, p. 42-43).

A pesquisa pode ser entendida tanto como procedimento de fabricação do conhecimento quanto como procedimento de aprendizagem. Sua finalidade é “resolver problemas e solucionar dúvidas, mediante a utilização de procedimentos científicos” (BARROS; LEHFELD, 2000 apud PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 42). A pesquisa sempre “parte de um problema, de uma interrogação, uma situação para a qual o repertório de conhecimento disponível não gera resposta adequada. Para solucionar esse problema, são levantadas hipóteses que podem ser confirmadas ou refutadas pela pesquisa” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 43).

Ainda, existem vários tipos de pesquisa, e cada uma delas possui, “além do núcleo comum de procedimentos, suas peculiaridades próprias” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 50). É nesse sentido que nenhum tipo de pesquisa é autossuficiente, e por isso busca-se sempre por mesclá-las. A figura abaixo apresenta as formas clássicas de classificação da pesquisa científica.

Figura 3: Tipos de pesquisa científica

Fonte: Silva (2000 apud PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 51).

Nesse entendimento, este estudo buscou aliar diferentes tipos de pesquisa de modo a alcançar os propósitos estabelecidos. Assim, a metodologia escolhida para o desenvolvimento deste estudo se constitui inicialmente em uma abordagem qualitativa, constituída por pesquisa bibliográfica e de Estado do Conhecimento, seguindo, ainda, de uma análise documental e de uma pesquisa de campo utilizando o questionário como instrumentos de operacionalização.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, preocupando-se com “um nível de realidade que não pode ser quantificado”, ou seja, “ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço, mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2002, p. 21-22).

Cabe ressaltar que a pesquisa qualitativa “tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”, o qual tem o “contato direto e prolongado com o ambiente e a situação que está sendo investigada”. Além disso, os dados coletados são predominantemente descritivos, sendo que os materiais obtidos nestas pesquisas são ricos em “descrições de pessoas, situações, acontecimentos”. Ao mesmo tempo, na pesquisa qualitativa há uma preocupação muito maior com o processo do que com o produto; o pesquisador tem atenção especial para o “‘significado’ que as pessoas dão às coisas e à sua vida” (BOGDAN; BIKLEN 1982 apud LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.11-13).

Para dar início ao presente estudo, a pesquisa de suporte para a elaboração da base de dados baseou-se inicialmente em uma revisão bibliográfica, que, de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 54), tem como objetivo principal possibilitar ao pesquisador o contato direto “com todo o material já escrito sobre o assunto da pesquisa”. Além disso, por meio desta pesquisa, é possível que o pesquisador reporte e avalie “o conhecimento produzido em pesquisas prévias, destacando conceitos, procedimentos, resultados, discussões e conclusões relevantes para seu trabalho” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 79). Ainda, a revisão bibliográfica tem papel fundamental na medida em que possibilita ao pesquisador situar seu trabalho “dentro da grande área de pesquisa da qual faz parte” e ainda é importante para o leitor, o qual poderá identificar a linha teórica em que o trabalho se insere com base nos autores selecionados” para revisão bibliográfica (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 78).

Ainda, para Moreira e Caleffe (2008, p. 28), a revisão bibliográfica possibilita ao pesquisador:

1. Identificar as tendências da pesquisa.
2. Ajudar a conceber o problema, melhorá-lo e se necessário delimitar amplitude.
3. Identificar as lacunas nas pesquisas na área de interesse.
4. Ampliar e aperfeiçoar o conhecimento existente.
5. Desenvolver hipóteses de pesquisa.
6. Obter sugestões sobre como realizar o estudo, como evitar erros cometidos por outros pesquisadores e quais métodos poderiam ser mais efetivos.
7. Identificar os debates e as controvérsias na área de estudo.
8. Colocar o problema no contexto de pesquisas prévias, mostrando como ele se relaciona com as pesquisas e como pode ir além delas.

Porém, cabe inferir que construir uma revisão bibliográfica não é tarefa fácil, visto que é necessário fazer uma leitura aprofundada e intensa dos textos que serão utilizados como referência. Para Prodanov e Freitas (2013, p.79), é necessário levar em consideração, durante a realização da revisão, alguns pontos, como “os verbos utilizados pelo autor nas citações; a relação entre as pesquisas citadas (se se sobrepõem/contrastam entre si); justificar a presença de textos citados e explicitar em que momentos você é o único autor do texto que está sendo construído”. Ainda, os autores elegem sugestões de como proceder sistematicamente a fim de realizar “uma adequada seleção bibliográfica no que diz respeito à coleta de dados e à localização das informações” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.79). Nesse sentido, os autores destacam:

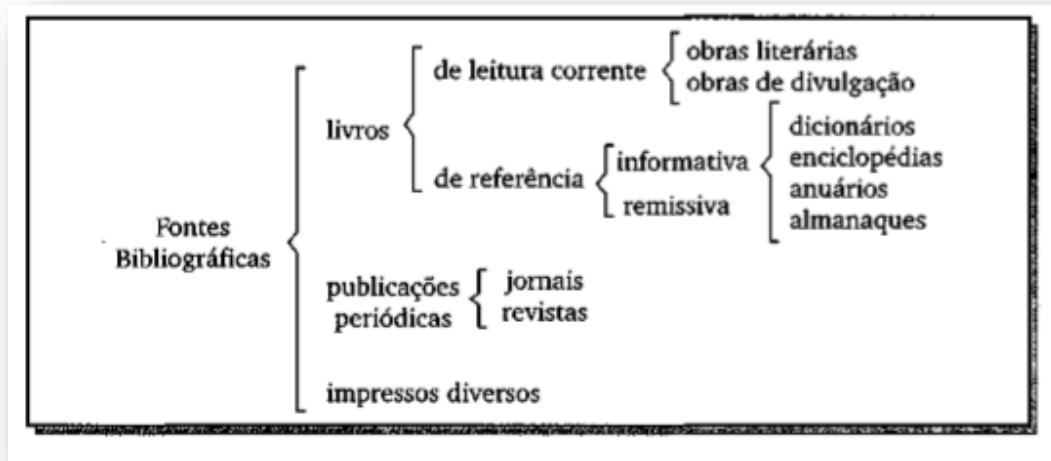
A coleta de dados: de posse do tema, devemos procurar na biblioteca, através de fichários, catálogos, *abstracts*, uma bibliografia sobre o assunto, a qual fornecerá os dados essenciais para a elaboração do trabalho. Selecionamos as obras que poderão ser úteis para o desenvolvimento do assunto, procedemos, em seguida, à localização das informações necessárias.

Localização das informações: tendo em mãos uma lista de obras identificadas com fontes prováveis para determinado assunto, procuramos localizar as informações úteis através das leituras [...].

O uso da biblioteca e a confecção de fichas de leitura: após a delimitação do(s) objeto(s) de estudo da pesquisa o pesquisador iniciará a fase de levantamento dos materiais existentes sobre o tema ou das questões que determinamos os objetos de estudo [...] (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.79-81).

Ainda, no que diz respeito às fontes bibliográficas, estas são em grande número, podendo ser classificadas conforme o quadro abaixo.

Figura 4: Classificação das fontes bibliográficas



Fonte: Gil (2002, p.44).

Nesse viés, a pesquisa bibliográfica do presente estudo se valeu de livros, teses, dissertações e periódicos, sejam eles impressos ou não, os quais auxiliaram no recorte do que é importante ou não nas etapas deste estudo. Sabendo que “toda pesquisa se baseia em uma teoria que serve como ponto de partida para a investigação” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.43), o estudo foi construído com base em alguns autores, como Badinter (1985, 2011), Urpia e Sampaio (2009, 2011), Araújo e Guedes (2010), Bitencourt (2017), entre outros.

Posterior à pesquisa bibliográfica, realizamos uma pesquisa de Estado do Conhecimento, que, nas palavras de Morosini e Fernandes (2014, p.155), é entendida como “a identificação, o registro e a categorização que levam à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica”.

Nesta perspectiva, a metodologia de Estado do Conhecimento é uma potente ferramenta por possibilitar uma visão ampla e atual dos movimentos atuais acerca do objeto de investigação e, sobretudo, proporciona um maior entendimento acerca do “nível de interesse acadêmico”, na medida em que direciona “com mais exatidão, para itens a ser explorados – reforço de resultados encontrados ou criação de novos ângulos para o tema de estudo” (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p.158).

No entanto, cabe ressaltar que a construção do Estado do Conhecimento não serve apenas para “um mapeamento das ideias já existentes” (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p.158), mas também para a investigação de outras perspectivas “acerca da temática escolhida” (FERNANDES; D’ÁVILA, 2015/2016, p. 185), ou, ainda, para uma avaliação em relação ao grau de relevância e pertinência acerca do tema selecionado (MOROSINI; FERNANDES, 2014).

Discorrendo, então, sobre o percurso a ser trilhado para a realização deste Estado do Conhecimento, foram utilizadas como fonte teses e dissertações disponibilizadas pela Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD/IBICT)¹⁶. Em seguida, foram estabelecidos alguns critérios para a seleção e a leitura destes materiais, como objeto de estudo (Maternagem) e período temporal (estudos publicados até 2020).

Num segundo momento, foi, então, realizada a leitura dos resumos destas publicações a fim de verificar quais destas se aproximavam diretamente com o objeto de estudo desta pesquisa. Assim, após esta etapa, a próxima se constituiu na construção da *bibliografia anotada*, que teve como objetivo principal facilitar a identificação das produções que seriam utilizadas posteriormente na análise.

Dando prosseguimento, o próximo passo foi a construção da *bibliografia sistematizada*, ou seja, as produções selecionadas foram organizadas novamente em uma tabela, na qual haveria a relação das mesmas quanto ao seu ano de defesa, autor (a), título, resultados, conclusões, etc¹⁷. A partir desses dados, foi realizada, então, uma análise de cada trabalho

¹⁶ A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) “integra e dissemina, em um só portal de busca, os textos completos das teses e dissertações defendidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa. O acesso a essa produção científica é livre de quaisquer custos”. Disponível em: <http://bdttd.ibict.br/vufind/Content/whatIs>. Acesso em: 18 abr. 2021.

¹⁷ A *bibliografia categorizada*, que se refere ao agrupamento das publicações de acordo com similaridades, corresponde à terceira e última etapa de uma pesquisa de Estado do Conhecimento, mas não foi realizada neste estudo considerando o baixo número de publicações selecionadas para análise.

selecionado, mostrando, ao final, as aproximações e os distanciamentos entre essas pesquisas e o presente estudo.

Para além da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de Estado do Conhecimento, realizamos uma pesquisa documental. Isso porque a análise documental se constitui numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativa, quer seja complementando informações obtidas por outras técnicas ou “desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (LÜDKE; ANDRE, 1986, p. 38). Ainda, conforme Caulley (1981 apud LÜDKE; ANDRE, 1986, p. 38), a análise documental busca “identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse”.

Ainda outros autores, como Cuba e Lincoln (1981 apud LÜDKE; ANDRE, 1986, p.39), relatam vantagens para o uso de documentos na pesquisa, tais como: se constituem em uma fonte estável e rica da qual “podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador”; fornecem informações de um determinado contexto; seu custo é baixo em geral e requer apenas “investimento de tempo e atenção por parte do pesquisador para selecionar e analisar os mais relevantes”.

Nesse sentido, são considerados documentos “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano” (PHILLIPS, 1974 apud LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38). Os mesmos podem ainda ser classificados em dois tipos principais: “fontes de primeira mão e fontes de segunda mão” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 56). Assim, Gil (2008 apud PRODANOV; FREITAS 2013, p. 56) considera “documentos de primeira mão como os que não recebem qualquer tratamento analítico, como documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc”; e documentos de segunda mão “os que, de alguma forma, já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, entre outros”.

Sabendo que existem procedimentos metodológicos a serem seguidos na análise de documentos, a primeira etapa constitui-se na caracterização do tipo de documento que será usado ou selecionado (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Nessa perspectiva, os documentos utilizados neste estudo são os considerados de “primeira mão” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 56) e do tipo oficial. Assim, em um primeiro momento, foram analisados os principais documentos legais que referenciam questões abordadas neste estudo e documentos fornecidos pela Secretaria Acadêmica e pelo Setor de Assuntos Estudantis (SAE) da Universidade Federal da

Fronteira Sul (UFFS)¹⁸, *campus* Erechim, em relação às estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia que engravidaram durante seu processo formativo. Entre os documentos analisados, estão:

Quadro 7: Lista dos documentos analisados e sua relevância para este estudo

TIPO DE DOCUMENTO	DOCUMENTO	INFORMAÇÕES SOBRE O DOCUMENTO	RELEVÂNCIA DO DOCUMENTO PARA O ESTUDO
Oficial nacional	DECRETO Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010	Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil	Compreender quais são as ações e os posicionamentos que o governo tem em relação às condições de permanência dos estudantes no Ensino Superior.
	LEI Nº 6. 202, DE 17 DE ABRIL DE 1975	Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares	Evidenciar que as mães universitárias são amparadas legalmente no que diz respeito ao seu afastamento escolar.
Institucional (UFFS)	RESOLUÇÃO Nº 4/2014 – CONSUNI/CGRAD (Art. 87)	Tratamento Especial em Regime Domiciliar (estudante em estado de gestação)	Evidenciar que a referida Universidade (UFFS) vai ao encontro dos pressupostos da Lei Nº 6. 202, de 17 de abril de 1975.
	RESOLUÇÃO Nº 10 CONSUNI CGAE/UFFS/2016	Estabelece regras para a realização de análise socioeconômica e habilitação para inscrição nos auxílios socioeconômicos.	Compreender quais são as regras para a inscrição nos auxílios socioeconômicos.
	EDITAL Nº 28/GR/UFFS/2020	Dispõe sobre a realização do Processo Seletivo para a concessão de Auxílios Socioeconômicos (2020), bem como as condições estabelecidas para o mesmo.	Compreender quais são os auxílios concedidos pela Universidade (UFFS), que contribuem para as condições de permanência dos estudantes na Educação Superior.
	Dados fornecidos pela Secretaria Acadêmica e pelo Setor de Assuntos Estudantis (SAE) referentes às estudantes do Curso de Licenciatura que engravidaram durante a graduação.	Dispõe dados referentes à maternidade na UFFS	Conhecer como a maternidade impacta na trajetória universitária. Visualizar dados quantitativos referentes ao auxílio-creche e licença maternidade

¹⁸ Os dados solicitados nos Setores da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Erechim, são melhor expressos no Apêndice C.

			concedidos pela Universidade.
--	--	--	----------------------------------

Fonte: Elaborado pela autora

Logo após a análise documental, a próxima etapa deste estudo constituiu-se de uma Pesquisa de campo, a qual tem por objetivo:

Conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta, ou de uma hipótese, que queiramos comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que presumimos relevantes para analisá-los (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.59).

Ainda, segundo Prodanov e Freitas, durante a Pesquisa de Campo, são necessárias algumas etapas/fases que merecem ser seguidas. Assim, definimos como coleta de dados “a fase do método da pesquisa, cujo objetivo é obter informações da realidade”. É nesta etapa que será definido o “tipo de pesquisa, a população (universo da pesquisa), a amostragem, os instrumentos de coleta de dados e a forma como pretendemos tabular e analisar seus dados. É a fase da pesquisa em que reunimos dados através de técnicas específicas” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 97). E, por último, é preciso “estabelecer as técnicas de registro desses dados como também as técnicas que serão utilizadas em sua análise posterior”.

Assim, a pesquisa de campo concretizou-se com as estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Erechim, de modo a identificar e analisar os significados por elas atribuídos em relação ao exercício da maternidade durante o processo formativo. Neste aspecto, é oportuno ressaltar que, devido à Pandemia do COVID-19, os questionários da presente pesquisa não puderam ser entregues pessoalmente. Deste modo, os mesmos foram construídos no Google Forms¹⁹ e, posteriormente, compartilhados por link via e-mail e rede social facebook para que as participantes pudessem respondê-lo.

Ainda quanto ao questionário, este se constitui em uma técnica de levantamento primário na qual a descrição verbal de informantes tem grande relevância. O mesmo diferencia-se da entrevista na medida em que tem “como pré-requisito a elaboração de um impresso próprio com questões a serem formuladas na mesma sequência para todos os informantes”, ao

¹⁹ Google Forms é um aplicativo de gerenciamento de pesquisas lançado pelo [Google](https://www.google.com/forms). Os usuários podem usar o Google Forms para pesquisar e coletar informações sobre outras pessoas e também podem ser usados para questionários e formulários de registro. As informações coletadas e os resultados do questionário são transmitidos automaticamente. Além disso, o Google Forms também possui recursos de colaboração e compartilhamento para vários usuários. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Google_Forms. Acesso em: 05 jan. 2020.

mesmo tempo este não requer a realização face a face (entrevistador e entrevistado) (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 106-108). É nesse sentido que a linguagem utilizada neste documento deve ser simples e direta, de modo a permitir a compreensão do entrevistado perante o que está sendo perguntado.

Ao mesmo tempo, quanto à construção de um questionário, há algumas recomendações. Entre elas estão a obrigatoriedade da entrega de uma carta explicação; o questionário deve ser construído em blocos temáticos; as perguntas iniciais deverão ser mais gerais passando para as mais específicas; as perguntas devem ser redigidas em linguagem acessível e devem contemplar os objetivos da pesquisa de itens de identificação do respondente. Já com relação à forma das perguntas do questionário, estas podem ser abertas, fechadas ou dicotômicas, de múltipla escolha, com respostas escalonadas (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Tendo conhecimento disso, o roteiro do questionário²⁰ foi construído com base nos objetivos específicos deste estudo. Ainda, quanto à forma, as perguntas foram da categoria aberta. Nesse sentido, as mesmas permitiram que as participantes da pesquisa respondessem livremente, com suas próprias palavras, não se limitando, assim, “à escolha entre um rol de alternativas” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.109). Num primeiro momento, o questionário apresentou, então, as razões que determinam a realização da pesquisa, bem como a importância das respostas para o alcance dos objetivos deste estudo. A este respeito, Neto (2002, p. 55) assinala

[...] como importante a apresentação da proposta de estudo aos grupos envolvidos. Trata-se de estabelecermos uma situação de troca. Os grupos devem ser esclarecidos sobre aquilo que pretendemos investigar e as possíveis repercussões favoráveis advindas do processo investigativo. É preciso termos em mente que a busca das informações que pretendemos obter está inserida num jogo cooperativo, onde cada momento é uma conquista baseada no diálogo e que foge à obrigatoriedade. Com isso, queremos afirmar que os grupos envolvidos não são obrigados a uma colaboração sob pressão (NETO, 2002, p. 55).

Após esse momento, o questionário trouxe perguntas referentes à caracterização sociodemográfica, com o intuito de conhecer a realidade em que as entrevistadas se encontram. Seguindo, as mesmas foram questionadas quanto as suas motivações, expectativas e anseios ao se inscreverem para o Curso de Licenciatura em Pedagogia na referida Universidade.

O questionário também apresentou questões relacionadas à experiência da gravidez durante a graduação, redes de apoio, participação paterna, ações de apoio e permanência, entre

²⁰ O mesmo apresenta-se no item apêndice I.

outros questionamentos. Nessa direção, caracteriza-se como pesquisa qualitativa, uma vez que busca compreender os sentidos que os próprios sujeitos atribuem às experiências vivenciadas.

Outro item importante e que merece destaque diz respeito ao sigilo das respostas das participantes envolvidas nesta pesquisa. Isso porque os dados foram tratados de maneira coletiva e confidencial. Tendo em vista que “o respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa” (BRASIL, 1996, p.1), o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi apresentado juntamente ao questionário, uma vez que este documento também não pode ser entregue pessoalmente devido à Pandemia do COVID-19.

Ao mesmo tempo cabe ressaltar que tal documento obedeceu aos requisitos impostos pela Resolução Nº 196, de 10 de outubro de 1996, tais como a exposição da justificativa, os objetivos e os procedimentos da pesquisa; linguagem acessível ao sujeito da pesquisa; a garantia de esclarecimentos, antes e durante o curso da pesquisa; a garantia do sigilo que assegure a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, entre outros.

Após a devolutiva dos questionários, a próxima etapa deste estudo constituiu-se no levantamento, análise e interpretação dos dados obtidos mediante técnicas para a devida apresentação das conclusões. Quanto ao conceito de análise e interpretação, destaca que,

Em alguns livros costumam aparecer as denominações análise e interpretação. Há autores que entendem ‘análise’ como descrição dos dados e a ‘interpretação’ como a articulação dessa descrição com conhecimentos mais amplos e que extrapolam os dados científicos da pesquisa. Outros autores já compreendem a ‘análise’ num sentido mais amplo, abrangendo a ‘interpretação’. Somos partidários desse posicionamento por acreditarmos que a análise e a interpretação estão contidas no mesmo movimento: o de olhar atentamente para os dados da pesquisa (GOMES, 2002, p.68).

Para esta etapa foi recorrido à Análise de Conteúdo, que, para Krippendorff (1980 apud LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 41), é definida como “uma técnica de pesquisa, para fazer interferências válidas e replicáveis dos dados para o seu contexto”.

Ainda, segundo Marconi e Lakatos (2003, p.167-168), na análise dos dados há a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores. Ainda, é nesta etapa que o pesquisador “entra em maiores detalhes sobre os dados decorrentes do trabalho estatístico”, a fim de conseguir respostas às suas indagações, procurando, ainda, “estabelecer as relações necessárias entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas”, podendo estas serem comprovadas ou refutadas, mediante a análise. Já na fase da interpretação dos

dados, há a intenção de dar um significado “mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos”.

Contudo, Minayo (1992 apud GOMES, 2002, p. 68-69) chama a atenção para três “obstáculos para uma análise” eficiente. Segundo a autora, o primeiro está relacionado “à ilusão do pesquisador em ver as conclusões, à primeira vista, como transparentes, ou seja, pensar que a realidade dos dados, logo de início, se apresenta de forma nítida a seus olhos”; o segundo diz respeito ao “pesquisador se envolver tanto com os métodos e as técnicas a ponto de esquecer os significados presentes em seus dados”; e, por fim, o último relaciona-se “à dificuldade que o pesquisador pode ter em articular as conclusões que surgem os dados concretos com conhecimentos mais amplos ou mais abstratos”.

Quanto à organização da análise dos dados coletados, Lüdke e Andre (1986) mencionam uma organização através de elaboração de categorias de análise. Nesse contexto, as respostas obtidas com o questionário foram analisadas em suas aproximações e em seus distanciamentos a fim de construir tais categorias. No que se refere ao conceito, a palavra categoria, em geral, “se refere a um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si”, assim, trabalhar com categorias significa “agrupar elementos, idéias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso” (GOMES, 2002, p.70). Ainda, as mesmas podem ser estabelecidas antes mesmo do trabalho de campo, na fase exploratória da pesquisa ou mesmo a partir da coleta de dados” (GOMES, 2002, p.70).

No entendimento de Bardin (1977, p.117), um conjunto de categorias boas deve possuir a *exclusão mútua*, em que cada “elemento não pode existir em mais de uma divisão”; a *homogeneidade*, na qual um “único princípio de classificação deve governar sua classificação”; a *pertinência*, quando “está adaptada ao material de análise escolhido e quando pertence ao quadro teórico definido”; a *objetividade e a fidelidade*, quando o “organizador da análise deve definir claramente as variáveis que trata”; e, por fim, a *produtividade*, quando “fornece resultados férteis em índices de interferências, em hipóteses novas e em dados exactos” (BARDIN, 1977, p. 120-121).

Assim, a análise das respostas aos questionários foi, como dito, realizada a partir da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977). Esta mesma autora apresenta três vertentes cronológicas para uma Análise de Conteúdo, são elas: a pré-análise; a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (BARDIN, 1977, p. 95).

1) Pré-análise: [...] fase da organização propriamente dita. [...] tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais [...].

- 2) Exploração do material: [...] consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas.
- 3) Tratamento dos resultados obtidos, a inferência e a interpretação: os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (falantes) e válidos. Operações estatísticas simples (porcentagens), ou mais complexas (análise factorial), permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas figuras e modelos, os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise (BARDIN, 1977, p.101).

Assim, traçado o caminho metodológico a ser seguido para a concretização da presente pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, salienta-se que, com o presente estudo, buscou-se verificar os significados atribuídos pelas estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) à experiência da maternidade durante seu processo formativo. Ao mesmo tempo, buscou-se refletir sobre o papel da mulher na sociedade, bem como sobre condicionamentos atrelados a elas, os quais continuam enraizados em nossa cultura e sociedade. Sendo assim, no próximo capítulo será apresentada a pesquisa documental, na qual foram analisados documentos do tipo oficial nacional, tais como o Decreto N° 7.234, de 19 de julho de 2010, e a Lei N° 6.202, de 17 de abril de 1975, e documentos do tipo institucional (UFFS), como a Resolução N° 10 CONSUNI CGAE/UFFS/2020, o Edital N° 28/GR/UFFS/2020, entre outros.

4 PESQUISA DOCUMENTAL

Nesse capítulo será apresentada a análise documental, com base em documentos do tipo nacional-oficial e institucional (UFFS). Dessa forma, o presente capítulo se subdivide em duas seções. Na primeira, discutiremos sobre a legislação que trata do Regime de Exercícios Domiciliares, bem como apresentaremos dados referentes à Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) *campus* Erechim sobre o referido assunto. Na segunda, abordaremos o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) mais especificadamente em relação ao auxílio-creche e também destacaremos a importância dessa política como forma de apoio e permanência às mães estudantes.

4.1 REGIME DE EXERCÍCIOS DOMICILIARES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Na década de 60, mais especificadamente em 1969, houve a instituição do Decreto-Lei Nº 1.044, que dispõe sobre o tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções. São considerados merecedores de tratamento excepcional “ os alunos de qualquer nível de ensino, portadores de afecções congênicas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agudizados” (BRASIL, 1969, não paginado). A lei institui ainda que seja atribuído a estes estudantes, como compensação da ausência às aulas, exercício domiciliares com acompanhamento da escola, sempre que compatíveis com o seu estado de saúde e as possibilidades do estabelecimento” (BRASIL, 1969, n. p).

Como afirma Tauil (2019), mesmo diante do momento político da época, a Ditadura Militar, percebe-se no referido Decreto-Lei a preocupação com o direito à educação assegurada pela Constituição Federal e o entendimento de que as condições de saúde nem sempre permitem a frequência do educando à escola, na proporção mínima exigida em lei.

No entanto, foi somente a Lei Nº 6.202, sancionada em 17 de abril de 1975, que viabilizou a inclusão da mulher mãe gestante como merecedora desse direito também. Contudo, vale ressaltar que, quando criada, esta lei fora direcionada apenas para as estudantes da Educação Básica, uma vez que, no período que confere sua criação e publicação, as mulheres ainda eram minoria nas Universidades (SILVESTRE, 2019). Assim, segundo esta lei, fica estabelecido que:

Art. 1º A partir do oitavo mês de gestação e durante três meses a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei número 1.044, 21 de outubro de 1969.

Parágrafo único. O início e o fim do período em que é permitido o afastamento serão determinados por atestado médico a ser apresentado à direção da escola.

Art. 2º Em casos excepcionais devidamente comprovados mediante atestado médico, poderá ser aumentado o período de repouso, antes e depois do parto.

Parágrafo único. Em qualquer caso, é assegurado às estudantes em estado de gravidez o direito à prestação dos exames finais.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário (BRASIL, 1975, não paginado).

Tal como afirma Tauil (2019, p. 9-10), “observa-se, a partir daí, o início de um reconhecimento que favorece a mulher mãe dar continuidade nos seus estudos”. Contudo, esta mesma autora evidencia que esta lei não reconhece a situação psicológica da mulher, “que, em pelo menos três meses, estudou fora da sala de aula, com um recém-nascido e uma sobrecarga emocional, bem como ainda a não observância do quadro de recuperação de seu estado pré-gravídico, denominado puerpério”.

A autora também revela seu ponto de vista em relação aos exames finais que a estudante em estado de regime domiciliar deve realizar. Para Tauil (2019), isso configura-se como uma afronta ao princípio de igualdade, presente no art. 5 da Constituição Federal de 1988.

O direito ao exame final, na prática, torna-se uma obrigação, e, dessa forma, não há tratamento igual aos iguais, e dos desiguais na proporção da sua desigualdade, principalmente quando o mesmo exame final é aplicado aos estudantes que não possuem filhos, que, via de fatos, a meritocracia é maior para estas, visto que não possuem responsabilidades de criar um ser humano para a sociedade ainda (TAUIL, 2019, p. 10).

Diante desse cenário, no Congresso Nacional, “novos debates têm sido feitos em torno da temática maternidade e sua conciliação com os estudos universitários” (SILVESTRE, 2019, p. 27). Assim, no ano de 2015, por iniciativa do Deputado Jean Wyllys, houve a propositura do Projeto de Lei Nº 2350/2015, que dá nova redação à Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, que “atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências” e à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, para assegurar os direitos educacionais às gestantes (BRASIL, 2015, p. 1).

Segundo o Deputado, o Projeto de Lei tem duplo propósito. O primeiro deles é garantir às mães estudantes, no período pré e pós-natal, a extensão do prazo de noventa dias de afastamento para exercício domiciliar em todos os níveis e modalidades de ensino. Já o segundo objetivo refere-se a “assegurar às crianças, desde a fase gestacional aos primeiros meses de

vida, circunstâncias que favoreçam o seu desenvolvimento e lhe possibilitem ser cuidadas e alimentadas pela mãe que estuda” (BRASIL, 2015, p. 3).

Ainda no que se refere a este projeto, é possível observar, na leitura do “*caput*” do artigo 2º, a intenção modificativa da lei, acrescentando incisos que discorrem sobre direitos assegurados às estudantes que se encontram em regime de exercício domiciliar, sendo eles:

- I – Acompanhamento pedagógico próprio, com cronograma e plano de trabalho, para o período de afastamento;
- II – Acompanhamento sistemático de um tutor da instituição de ensino em que a estudante está matriculada;
- III – Utilização de instrumentos pedagógicos, disponibilizados pela instituição de ensino e análogos aos utilizados na educação a distância, para a realização de tarefas e esclarecimento de dúvidas;
- IV – A realização de todos os testes, provas e demais exames, inclusive as provas finais, preferencialmente em consonância com o calendário escolar com vistas ao regular e tempestivo aproveitamento do curso, sempre que compatível com o estado de saúde da estudante e com as possibilidades do estabelecimento de ensino;
- V – A continuidade do recebimento de bolsa de estudos de que sejam beneficiárias (BRASIL, 2015, p. 2).

O Projeto de Lei foi aprovado em 2018 pela Câmara dos Deputados e atualmente está em tramitação no Senado. Como destaca Tauil (2019, p.12), mesmo com todos os processos para implementar a referida lei, “já é um caminho iniciado que, se sancionado, irá facilitar a vida da mulher que se tornou mãe durante os estudos”.

Em consonância com a Lei Nº 6.202, de 17 de abril de 1975, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) garante, por meio do artigo 87 disposto na Resolução Nº 4/CONSUNI CGRAD/UFFS/2014, o direito a tratamento especial à estudante em estado de gestação, a partir do oitavo mês de gravidez, por um período de três meses, podendo em casos excepcionais, devidamente comprovados mediante atestado médico, a extensão desse prazo, antes e depois do parto (UFFS, 2014). A estudante que tenha direito ao tratamento especial em regime domiciliar ou seu representante legal deve requerer sua solicitação junto à Secretaria Acadêmica dos *campi* em até cinco dias úteis a contar do atestado médico. A mesma deve apresentar laudo médico no qual conste: “nome completo da estudante; período da gestação; período adicional, justificado por breve descrição clínica da condição que o exige e identificação (nome completo, especialidade e Registro do Conselho Profissional) e assinatura do médico” (UFFS, 2014, p. 39).

No tratamento especial em regime domiciliar, como compensação da ausência às aulas, a estudante deve realizar estudos domiciliares com acompanhamento do (a) professor (a) do Componente Curricular (CCR), “sempre que compatíveis com o seu estado de saúde e as possibilidades de seu efetivo estabelecimento” (UFFS, 2014, p. 39). Contudo, cabe ressaltar

que, de acordo com o art. 91 desta mesma resolução, cabe ao (à) coordenador (a) de Curso “avaliar e decidir sobre a solicitação de exercício domiciliar” (UFFS, 2014, p. 39).

De acordo com os dados fornecidos pela Secretaria Acadêmica da UFFS *campus* Erechim, de 2010²¹ a 2019, a referida Universidade concedeu a 18 estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia o direito ao regime de exercícios domiciliares²². Ao analisar estes dados, foi possível verificar também que a maioria destas estudantes tinha como ano de ingresso na Universidade os anos de 2013 e 2016, com um total de quatro (4) estudantes em cada ano. Ao mesmo tempo, destacou-se o ano de 2019 com maior solicitação deste direito pelas estudantes, seguido dos anos de 2015 e 2018. Os dados são melhor expressos no quadro abaixo:

Quadro 8: Regime de exercícios domiciliares concedidos pela UFFS, Campus Erechim (2010-2019)

ANO DE INGRESSO DA ESTUDANTE NA UFFS	NOME DA ESTUDANTE²³	PERÍODO DO REGIME DE EXERCÍCIOS DOMICILIARES
2010	Estudante A	25/08 a 23/12/2011
2011	_____	_____
2012	Estudante B	06/05 a 05/11/2012
	Estudante C	14/08 a 13/12/2013
2013	Estudante D	23/09 a 22/12/2016
	Estudante E	07/02 a 07/05/2015
	Estudante F	08/09 a 07/12/2014
2014	Estudante G	11/05 a 10/08/2015
	Estudante H	04/10/2016 a 03/01/2017
	Estudante I	20/01 a 19/04/2015
2015	Estudante J	21/02 a 20/06/2019
2016	Estudante K	21/09 a 20/12/2016
	Estudante L	11/08 a 10/12/2019
	Estudante M	16/04 a 15/08/2018
	Estudante N	22/05 a 21/08/2017
2017	Estudante O	19/09 a 18/12/2018
	Estudante P	20/01 a 19/05/2019
	Estudante Q	01/01 a 30/04/2019
2018	Estudante R	19/08 a 18/11/2018

²¹ Ano de criação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Erechim.

²² Este número não necessariamente corresponde ao número de estudantes que engravidaram durante a graduação em Pedagogia, uma vez que corresponde especificamente às estudantes que solicitaram regime de exercícios domiciliares.

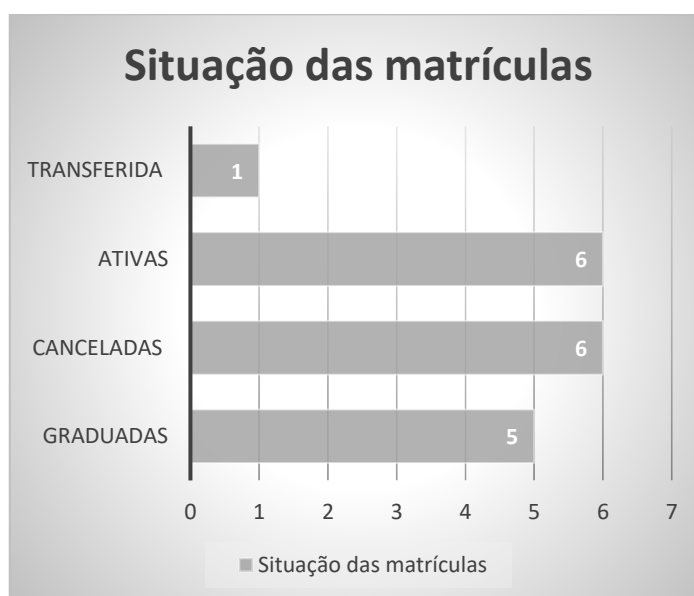
²³ Com o intuito de preservar a identidade das estudantes, foram criados nomes fictícios para as mesmas.

2019	_____	_____
TOTAL DE REGIME DE EXERCÍCIOS DOMICILIARES CONCEDIDOS PELA UFFS: 18		

Fonte: Dados disponibilizados pela Secretaria Acadêmica da UFFS *campus* Erechim e adaptados pela autora.

Como já mencionado nesse estudo, além de verificar dados quantitativos referentes ao regime de exercícios domiciliares concedidos pela UFFS *campus* Erechim às estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia, objetivou-se, também, por meio deste documento disponibilizado pela Secretaria Acadêmica, conhecer como a maternidade impactou na trajetória acadêmica destas estudantes no que diz respeito à conclusão de seus estudos. O gráfico abaixo apresenta, então, a situação das matrículas das estudantes que engravidaram durante o Curso de Licenciatura em Pedagogia na UFFS, *campus* Erechim (2010-2019).

Gráfico 5: Situação das matrículas das estudantes que engravidaram durante o Curso de Licenciatura em Pedagogia UFFS, *Campus* Erechim (2010-2019)



Fonte: Dados disponibilizados pela Secretaria Acadêmica da UFFS *campus* Erechim e adaptados pela autora.

Tendo explicitado alguns aspectos, é oportuno dar destaque para dois pontos centrais na discussão pretendida neste subcapítulo. O primeiro deles refere-se ao fato de que ter a oportunidade de continuar com os estudos durante e/ou após gravidez é um importante direito. Contudo, há de se considerar que, mesmo após o nascimento do (a) filho (a), a mãe (estudante) puérpera precisa continuar cumprindo prazos, acompanhando as disciplinas, realizando trabalhos avaliativos, entre outras atividades acadêmicas. Nesse sentido, evidenciamos a

necessidade de uma lei que leve em consideração a realidade vivenciada por essas mães e ainda suas necessidades e singularidades. O segundo, é que foi possível verificar, nos dados oferecidos pela UFFS, o quanto a gravidez impacta na vida acadêmica das estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFFS, uma vez que o número de matrículas canceladas é maior do que o de graduadas. Dito isso, no próximo subcapítulo iremos tratar do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), mais especificamente sobre o auxílio-creche na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

4.2 O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS): AUXÍLIO-CRECHE

Para muitos (as) estudantes, a entrada na Universidade se caracterizava como um sonho. Ainda que esse sonho fosse mantido, “sua realização encontrava-se em um horizonte desconhecido” (SAALFELD, 2019, p. 36). Para Trevisol e Nierotka (2015 apud SAALFELD, 2019), esse cenário seria herança de uma educação elitizada, marcada por desigualdades sociais e raciais. Santos (2011 apud SAALFELD, 2019, p. 36) ainda coloca que

Talvez seja mais correto designar a área do acesso como acesso/permanência ou mesmo acesso/permanência/sucesso, uma vez que o que está em causa é garantir não só o acesso, mas também a permanência e o sucesso dos estudantes oriundos de classes ou grupos sociais discriminados (SANTOS, 2011 apud SAALFELD, 2019, p. 36).

Nesse sentido, em 2010, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministério da Educação (MEC) passou a apoiar os (as) estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) por meio de um novo programa, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), regulado pelo Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010, o qual tem por finalidade “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública” (BRASIL, 2010, n. p). Segundo este decreto, o PNAES deve ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, “visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior” (BRASIL, 2010, não paginado). Já as ações de assistência estudantil do Programa devem ser desenvolvidas nas áreas descritas conforme o quadro abaixo.

Quadro 9: Áreas do PNAES

Moradia estudantil
Alimentação
Transporte
Atenção à saúde
Inclusão digital
Cultura
Esporte
Creche
Apoio pedagógico
Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação

Fonte: Brasil, (2010, n. p.).

Assim, em consonância com o Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010, e o caminhar cada dia mais em direção à igualdade, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) oferece auxílios para que os alunos permaneçam na Universidade até o fim do curso. São habilitados para a inscrição nos auxílios socioeconômicos gerais, no semestre de ingresso, os estudantes ingressantes nos cursos de graduação:

I - Pela modalidade de reserva de vaga, que:

- a) Tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita;
- b) Tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas.
- c) Tenham comprovado a condição de indígena, mediante apresentação do Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI) ou declaração atestada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

II - Por processos seletivos especiais, quando a renda for igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita, desde que os editais de seleção estabeleçam critérios de análise de renda (UFFS, 2016, p. 1).

Cabe ao estudante ingressante, em até trinta (30) dias após o início das atividades escolares, solicitar a realização da análise socioeconômica junto ao Setor de Assuntos Estudantis (SAE) de seu *campus* para habilitação da inscrição nos auxílios específicos e a geração do Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica. A análise socioeconômica tem como objetivo, então, analisar a situação socioeconômica dos estudantes, gerando um Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica, bem como manter um banco de dados dos estudantes com IVS ativo para que estes possam ser atendidos em programas, projetos, benefícios e serviços que dependam de análise socioeconômica.

O Processo de análise socioeconômica se constitui de quatro etapas, sendo a primeira etapa o preenchimento do questionário socioeconômico pelo estudante no Sistema de Análise

Socioeconômica (SAS), disponível no Portal do Aluno; a segunda etapa constitui-se na entrega da documentação descrita na Resolução N° 10/2016 CONSUNI/ CGAE e no agendamento da entrevista; a terceira compreende a conferência e análise da documentação; e, por fim, a última etapa do processo corresponde à realização da entrevista. Por conseguinte, está a elaboração do parecer social sobre a situação pelo assistente social da instituição.

Contudo, tal como pode ser observado no art. 18 da Resolução descrita anteriormente, somente a análise socioeconômica não garante ao estudante a concessão de qualquer tipo de auxílio financeiro concedido pela UFFS, apenas o habilita a concorrer aos editais específicos. Assim, cabe ao mesmo “manifestar seu interesse realizando a inscrição nos auxílios conforme previsto nos editais específicos” (UFFS, 2016, p. 8).

Os auxílios ofertados pela UFFS são classificados em gerais e específicos. Os gerais compreendem os auxílios Alimentação 1 ou Alimentação 2 e Auxílio Estudantil e os específicos compreendem os auxílios Transporte I, Transporte II ou Transporte III, Creche e Moradia.

Discorrendo mais especificamente sobre o auxílio-creche, este “consiste no benefício financeiro, pago em pecúnia, com periodicidade de desembolso mensal”, a estudantes que tenham filho (s) em idade pré-escolar (até completar seis anos) para despesas com creche ou ainda aquelas relacionadas aos cuidados com a guarda e manutenção infantil, enquanto estas desempenham suas atividades acadêmicas (PORTAL DA UFFS)²⁴. Para beneficiar-se desse benefício, a estudante deve atender a alguns critérios, tais como: ser responsável legal por criança de até seis anos de idade e que resida no mesmo domicílio da estudante. Contudo, vale ressaltar que, de acordo com o Edital N° 28/GR/UFFS/2020:

Em caso de ambos os pais serem estudantes da UFFS e viverem juntos, apenas um terá direito ao recebimento do auxílio. Em caso de pais que não vivam juntos, o auxílio será concedido para aquele que detiver a guarda do dependente. Em caso de guarda compartilhada a mãe terá prioridade, salvo acordo formalizado entre as partes (UFFS, 2020, p. 2).

Ainda de acordo com o documento mencionado anteriormente, os auxílios possuem valores de referência e pontos de corte. O quadro a seguir, então, apresenta os que se referem especificamente ao auxílio-creche.

²⁴ Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/assuntos-estudantis/politica-de-assistencia-estudantil/programa-de-auxilios-socioeconomicos>. Acesso em: 11 mar. 2021.

Quadro 10: Valores de referência e ponto de corte

	Faixa I (IVS até 150)	Faixa II (IVS de 151 até 300)	Faixa III (IVS de 301 até 400)	Faixa IV (IVS de 401 até 500)	Faixa V (IVS de 501 até 1.000)
Auxílio-creche	R\$ 90,00	R\$ 80,00	R\$ 70,00	R\$ 60,00	R\$50,00

Fonte: UFFS (2020, p. 3).

Diante do exposto, podemos considerar que o PNAES se constitui numa importante política pública, uma vez que democratiza as condições de permanência dos jovens na Educação Superior pública federal; minimiza os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da Educação Superior; reduz as taxas de retenção e evasão e contribui para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL,2010). Ao mesmo tempo, diante do conjunto de dados analisados, verifica-se que a UFFS tem desenvolvido ações em concordância com os objetivos estabelecidos por este Programa. Quanto ao auxílio-creche oferecido pela instituição, entendemos que este necessita de ajustes a fim de atender as necessidades e singularidades desse público estudantil, contribuindo, assim, cada vez mais para sua permanência e progressão na Universidade. Diante do exposto, no próximo capítulo, apresentaremos os dados obtidos com a pesquisa de campo, bem como as proposições de apoio e permanência às mães estudantes, na perspectiva das participantes da pesquisa.

5 PESQUISA DE CAMPO

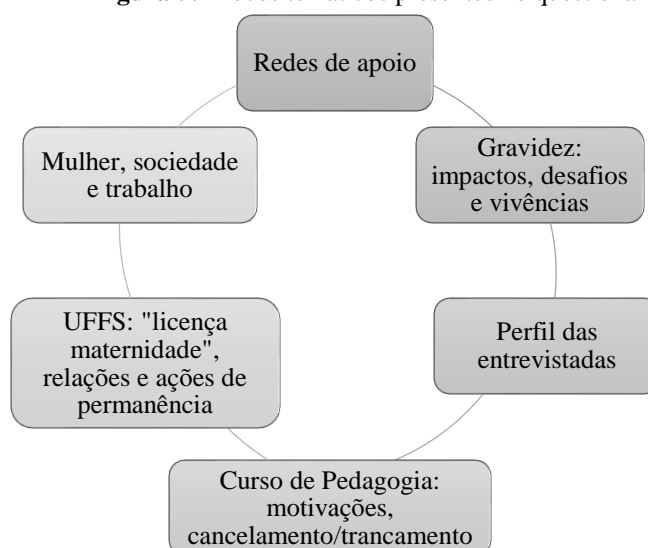
O terceiro momento desta investigação foi marcado pela pesquisa de campo, na qual foram coletadas informações com os sujeitos da pesquisa, as quais, posteriormente, foram analisadas por meio de embasamento teórico oriundo da pesquisa bibliográfica. No que se refere à pesquisa de campo, Gonçalves (2001, p. 67) salienta que:

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu, e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...] (GONÇALVES, 2001, p. 67).

Nesse sentido, a pesquisa de campo teve o intuito de conhecer os significados atribuídos pelas estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) *campus* Erechim à experiência da maternidade durante a formação acadêmica, bem como as necessidades e as possíveis sugestões de ações para permanência no referido ambiente universitário (UFFS - *Campus* Erechim) na perspectiva das mesmas.

Dada a condição desta pesquisa ser qualitativa, foi utilizado como instrumento para a coleta de dados o questionário. O roteiro do questionário foi construído com base nos objetivos específicos deste estudo. Ainda, quanto à forma, as perguntas foram da categoria aberta. Nesse sentido, as mesmas permitiram que as participantes da pesquisa respondessem livremente, com suas próprias palavras. A imagem abaixo especifica os blocos temáticos presentes no questionário.

Figura 5: Blocos temáticos presentes no questionário



Fonte: Elaborado pela autora.

Contudo, cabe ressaltar que para a coleta de dados foram seguidas algumas etapas. Assim, em um primeiro momento, foi necessário enviar via e-mail um ofício à Secretaria Acadêmica da UFFS a fim de conhecer o quantitativo de estudantes que se tornaram mães no período de 2010 a 2019²⁵, entre outras informações. Segundo os dados recebidos, neste período foram 18 estudantes que se tornaram mães²⁶. A próxima etapa constituiu-se, então, no contato com estas estudantes. Assim, com 15 participantes o contato foi realizado via aplicativo de mensagens *Whatsapp*, uma vez que já se tinha uma proximidade com as mesmas, e também porque esta ferramenta possibilitava um contato mais prático, rápido e informal; duas participantes via e-mail e rede social *facebook* e uma estudante não possível fazer este contato²⁷.

Nesse contato com as dezessete participantes, foi realizada a apresentação da pesquisadora, do objeto de estudo e dos objetivos da pesquisa. Ao mesmo tempo, foi ressaltado para as mesmas que a pesquisa de campo seria muito importante não apenas para o êxito e conclusão da pesquisa, mas também seria para as próprias participantes e outras mães da UFFS, uma vez que, por meio do presente estudo, busca-se fomentar as discussões em relação ao tema e à proposição de ações de apoio e permanência para as mesmas.

Após a aceitação das participantes, foi encaminhado, no e-mail de cada uma delas²⁸, o link do questionário para ser respondido pelas mesmas. Tendo o entendimento de que a entrega pessoalmente do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) não poderia ser possível neste momento de pandemia, o mesmo foi inserido juntamente com o questionário.

Apesar de enviarmos a 17 participantes o questionário, obtivemos uma devolutiva de 14 questionários respondidos. Como um último momento da pesquisa de campo, foi realizada, então, uma leitura flutuante das respostas, a identificação dos núcleos de significados e, posteriormente, a análise dos dados com base na Análise de Conteúdo, de Bardin (1977), a qual será melhor apresentada e discutida no subcapítulo seguinte.

Tendo contextualizado um pouco sobre a pesquisa de campo e sobre as etapas seguidas, nos próximos subcapítulos serão discutidos os dados coletados e analisados nesta etapa da pesquisa.

²⁵ Esse período se refere à totalidade do tempo de existência do curso e da UFFS.

²⁶ Eu mesma fui uma estudante que engravidou durante o Curso de Pedagogia neste período, mas não solicitei o regime de exercícios domiciliares em virtude de ter dado à luz durante o período de férias.

²⁷ Não conseguimos entrar em contato com esta participante, nem por e-mail, celular e redes sociais. Como já possuíamos um número expressivo de participantes, não contemplamos a mesma neste estudo.

²⁸ O e-mail foi encaminhado no dia 08 de março de 2021.

5.1 CONTEXTUALIZANDO O LÓCUS DE PESQUISA: A UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS) E O CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

A sociedade brasileira tem valorizado cada vez mais “a importância da educação como política pública indispensável para formar cidadãos competentes, promover a equidade e aumentar a produtividade econômica do país” (CASTRO, 2007, p.35). Algumas iniciativas comprovam esta preocupação e o compromisso perante à educação. Uma delas é a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2001-2010, o qual tinha como objetivos e prioridades:

- I) A elevação global do nível de escolaridade da população;
- II) A melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis;
- III) A redução das desigualdades sociais e regionais no tocando ao acesso e à permanência, com sucesso na educação pública e Democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 2001, n. p).

O PNE (2001-2010), além de ser considerado o primeiro documento a estabelecer metas de democratização do acesso a serem atingidas, também pode ser considerado como o embrião de importantes políticas educacionais, tais como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), a Lei de Cotas (Lei 12.711/2012) e a Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnológica (NIEROTKA; TREVISOL, 2017).

Sobre o REUNI, este foi instituído pelo Decreto Nº 6.096, 24 de abril de 2007, e tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na Educação Superior. Com o REUNI, o governo federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento da Educação Superior pública, criando condições para que as Universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de Educação Superior. Ainda, as ações deste Programa contemplam o aumento das vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas, combate à evasão e entre outras metas que tem como propósito diminuir as desigualdades sociais existentes no país (PORTAL DO REUNI)²⁹. No bojo do REUNI, foram criadas, entre 2003 a 2015, 18

²⁹ Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>. Acesso em: 13 mar. 2021.

Universidades públicas federais e uma quantidade expressiva de novos *campi*, passando de 148, em 2002, para 321, em 2014 (BRASIL, 2014 apud NIEROTKA; TREVISOL, 2017).

Assim, entre as novas Universidades públicas federais implantadas na última década, cabe dar destaque à Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a qual abrange mais de 400 municípios da Mesorregião da Grande Fronteira do MERCOSUL³⁰. O processo de criação da UFFS aconteceu no ano de 2015, quando entidades, Organizações Não Governamentais (ONGs), lideranças municipais e grupos de municípios, igrejas e movimentos sociais se organizaram em favor da criação do Movimento Pró-Universidade Federal, com o intuito de criar Universidades nos três estados do Sul, Rio Grande do Sul (RS), Santa Catarina (SC) e Paraná (PR). No entanto, esta proposta não obteve adesão dos órgãos oficiais. Assim, diante desse resultado, no ano de 2006, por meio de um grupo de trabalho, iniciou-se a elaboração de um projeto único de Universidade multicampista, “abrangendo os três estados do sul, compreendendo o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná” (UFFS, 2012, p. 9).

No ano de 2007, o então ministro da educação Fernando Haddad anunciou a criação de uma Universidade na região, em solenidade com a presença do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, políticos, representantes de movimentos sociais e integrantes do Movimento Pró-Universidade. Assim, em 15 de setembro de 2009, a criação da UFFS é oficializada com a lei 12.029, e, a partir disso, inúmeras ações foram desencadeadas a fim de sua efetivação. A data que marcou a constituição completa da comunidade acadêmica da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) foi 29 de março de 2010 (PORTAL DA UFFS)³¹.

Como missão da UFFS citam: assegurar o acesso à Educação Superior como fator decisivo para o desenvolvimento da região em que é localizada, ou seja, a Mesorregião Grande Fronteira Mercosul; desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, buscando, ainda, a interação e integração das cidades e dos estados que compõem a Mesorregião Grande Fronteira Mercosul e seu entorno e, também, promover o desenvolvimento regional integrado, a fim de garantir a permanência dos cidadãos graduados na região já supracitada e a reversão do processo de litoralização hoje em curso (PORTAL DA UFFS)³².

³⁰ Região que abrange o Norte do Rio Grande do Sul (RS), o Oeste de Santa Catarina (SC) e o Sudoeste do Paraná (PR). A Mesorregião tem a agropecuária e a agroindústria como base de sua estrutura produtiva e um grau de urbanização relativamente baixo em relação ao restante do País (em torno de 65%) e mesmo das demais regiões dos três estados, concentrando parcela significativa da população na zona rural. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/plano_de_desenvolvimento_institucional/arquivo. Acesso em: 17 mar. 2021.

³¹ Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/historia. Acesso em: 15 mar. 2021.

³² Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/missao. Acesso em: 15 mar. 2021.

A UFFS conta com sua sede no município de Chapecó, em Santa Catarina (SC), e com *campi* nos municípios de Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo, no estado do Rio Grande do Sul (RS), e nos municípios de Laranjeiras do Sul e Realeza no Paraná (PR). Os *campi* universitários são unidades constitutivas da UFFS “dotadas de organização administrativa e didático-científica própria, que compõem as bases compõem as bases físicas, integradas e indissolúveis, onde são desenvolvidas permanentemente as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração da Universidade” (UFFS, 2015, p. 13).

As atividades de ensino na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) são realizadas por programas e cursos sequenciais, de graduação e de pós-graduação, desenvolvidas de forma indissociável com as atividades de pesquisa e de extensão. Quanto aos cursos de graduação ofertados pela UFFS *campus* Erechim, estão Agronomia; Agronomia (Turma especial-Proneira); Arquitetura e Urbanismo; Ciências Biológicas; Ciências Sociais; Engenharia Ambiental e Sanitária; Filosofia; Geografia-Licenciatura; Geografia-Bacharelado; História; História (Turma especial- Proneira); Interdisciplinar em Educação do Campo (Ciências da Natureza) e Pedagogia.

O acesso aos cursos de graduação da UFFS, tanto no que diz respeito ao preenchimento das vagas de oferta regular quanto das ofertas de caráter especial e das eventuais vagas ociosas, se dá por meio de diferentes formas de ingresso, sendo elas “processo seletivo regular, transferência interna, retorno de aluno-abandono, transferência externa, retorno de graduado e processos seletivos especiais” (UFFS, 2018, p. 5).

Discorrendo mais especificamente sobre o Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFFS³³ *campus* Erechim, este tem 4 anos e meio de duração e é ofertado no turno noturno na modalidade presencial. Conforme o novo Projeto Pedagógico do Curso (PPC- 2018), o mesmo tem como objetivo geral promover a formação de pedagogos (as) para atuarem na Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, “cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, gestão escolar e outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, bem como para a produção e difusão de conhecimentos” (UFFS, 2018, p. 38). Ainda, o Curso também se compromete:

- I- Com a formação de professores da Educação Básica pública, em conformidade com os objetivos e princípios da política institucional;
- II- Com a democratização do acesso e da produção do conhecimento e o compromisso com a melhoria da qualidade da Educação Básica e com a construção de uma universidade popular;

³³ Outros dois *campi* da UFFS também oferecem o Curso de Licenciatura em Pedagogia, sendo eles o de Chapecó (SC) e Laranjeiras do Sul (PR). Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/>. Acesso em: 19 abr. 2021.

- III- Com o reconhecimento da instituição escolar e seus sujeitos como conformadores;
- IV- Com a inclusão;
- V- Com a gestão democrática, o planejamento participativo e o trabalho coletivo;
- VI- Com o respeito às especificidades da infância enquanto categoria geracional;
- VII- Com a atuação profissional pautada no marco ético-jurídico da educação e aos direitos humanos, na ética profissional e na sensibilidade estética (UFFS, 2018, p. 26).

Sobre o perfil dos (as) estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFFS, Nierotka e Trevisol (2017) apontam que estes em sua maioria (98,7%) cursaram todo, ou ainda a maior parte do Ensino Médio em escola pública. No que se refere à distância entre a residência do estudante e o campus frequentado, 62% residem na cidade do *campus*, e 82,7% dos (as) estudantes do curso residem na área urbana. As mulheres representam a maioria dos ingressantes na UFFS e sua presença na referida Universidade se destaca principalmente em cursos de Licenciaturas, como Pedagogia e Letras, e em cursos nas áreas da Saúde, como Enfermagem e Nutrição.

Neste aspecto, é interessante nos questionarmos o porquê da grande representatividade de mulheres nesses cursos. Castro e Santos (2016) nos colocam que somos, enquanto sujeitos sociais, resultado de todo um processo de subjetivação que contribui significativamente para nossa formação, nossos comportamentos e escolhas, incluindo opções profissionais. Nesse sentido, é possível afirmar que a opção por determinado curso é atravessada por muito condicionamentos, entre eles o de gênero. Ou seja, ainda, em nossa sociedade, se tem o estigma de que certas áreas são destinadas aos homens, como aquelas que exigem alto raciocínio lógico e habilidades matemáticas, e outras às mulheres, tais como o magistério, uma vez que se pressupõe que possuem um ‘instinto materno’, habilidades naturais de cuidado e proteção de si e dos outros.

Quanto à composição étnico-racial dos ingressantes na UFFS, em 2012, a maioria dos estudantes se declarou brancos (85,3%). No Curso de Licenciatura em Pedagogia da referida Universidade, 88,7% dos (as) estudantes se declararam brancos contra 11,3% (parda, preta, indígena e amarelo). No que se refere à condição de trabalho, 62% dos (as) estudantes da Pedagogia, no momento em que fizeram a inscrição, relataram que possuem algum tipo de vínculo empregatício com remuneração em tempo integral e que possuem renda média familiar de até três salários mínimos (NIEROTKA; TREVISOL, 2017).

Outro ponto importante e que merece destaque na discussão pretendida nesta seção refere-se à escolaridade média dos pais e mães dos (as) estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFFS. A maioria desses estudou até a quarta série do Ensino Fundamental (43,2% pai e 56,2% mãe) e somente uma pequena porcentagem destes possuem Ensino Superior (6,8%

pai e 4,1% mãe) e Pós-Graduação (2,7% pai e 0,7% mãe). Isso significa dizer, então, que estes (as) estudantes, além de estarem frequentando o primeiro curso de graduação, se constituem também como a primeira geração da família a acessar a Educação Superior (NIEROTKA; TREVISOL, 2017).

Tendo explicitado alguns aspectos sobre a UFFS e sobre o Curso de Licenciatura em Pedagogia da referida Universidade, na próxima seção discutiremos mais especificamente o perfil das participantes da pesquisa.

5.2 CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Para analisar os dados obtidos na pesquisa, foi preciso, primeiramente, traçar um perfil das participantes. Na primeira questão, referente à idade atual, sete das participantes responderam e afirmaram ter idade entre 21 a 27 anos, quatro participantes idades entre 28 a 35 anos e o restante, três participantes, com idade entre 36 a 43 anos. A maioria das participantes da pesquisa se tornou mãe durante o Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFFS, sendo que cerca de 85,7% e apenas 14,2% já possuíam um filho quando ingressaram na referida Universidade.

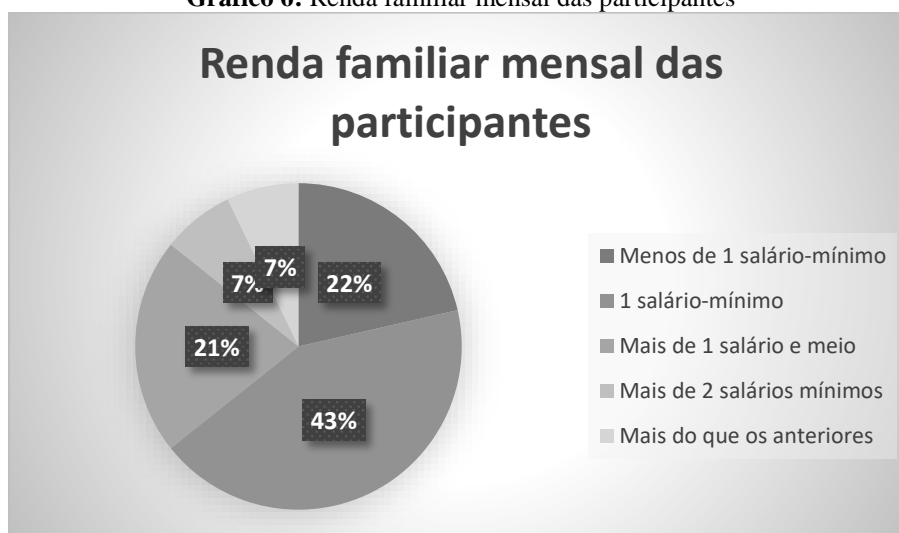
No que diz respeito à raça/cor, 71,4% das participantes consideram-se brancas, 7,1% indígenas, 14,3% pardas e 7,1% pretas. A respeito desses dados, podemos verificar o baixo quantitativo de participantes que se declaram negras. Nesse sentido, segundo uma publicação do Parent in Science (2021)³⁴, a falta de representatividade na Universidade cria um ambiente universitário sem a sensação de pertencimento para as mulheres, principalmente para as negras, indígenas e pessoas com deficiência. Além disso, com menos representatividade, menor também é o encorajamento para que meninas e adolescentes optem pela Educação Superior e pela carreira científica.

É oportuno também dar destaque para o percentual de participantes que se declararam indígenas (7,1%). Isto porque, o mesmo, é relativamente alto quando comparados aos dados sobre o cenário nacional representado no último censo. Além disso, outras pesquisas que abordam a maternidade na Universidade, como Silva (2017) e Urpia (2009), não apresentam indicativos de mães indígenas. O número expressivo de mães indígenas encontrados nesta pesquisa se explica devido ao número significativo de estudantes indígenas encontrados no corpo discente da UFFS Erechim.

³⁴ Disponível em: <https://www.parentinscience.com/documentos>. Acesso em: 04 abr. 2021.

Ao mesmo tempo, também foi questionado às participantes da pesquisa sobre sua renda familiar mensal estando na graduação. Deste modo, a maioria das mesmas, 43%, respondeu um (1) salário-mínimo e 22 % responderam menos de um (1) salário-mínimo. O gráfico abaixo apresenta melhor os dados obtidos:

Gráfico 6: Renda familiar mensal das participantes



Fonte: Elaborado pela autora.

Diante do gráfico que apresentamos, podemos considerar que a realidade de uma estudante mãe da graduação se configura, além de lidar com todas as dificuldades advindas da conciliação entre maternidade e Universidade, com o desafio de suprir suas necessidades e as de seu (a) filho (a) com apenas um salário-mínimo. É nesse sentido que reiteramos a importância de apoio, em todos os sentidos, a estas mães estudantes, uma vez que se encontram em uma situação que dificulta e, em alguns casos, impossibilita o prosseguimento dos estudos.

Tal como afirma Gonçalves e Andrade (2017), para muitos a entrada na Universidade pública corresponde à concretização de um sonho alicerçado ao longo dos anos, frequentemente acalentado e compartilhado pela família, pela escola, pela comunidade e outros grupos sociais. Diante disso, buscamos conhecer quais foram as motivações, expectativas e anseios das participantes da pesquisa ao se inscreverem para o curso de Licenciatura em Pedagogia da UFFS.

Diante dos relatos das participantes da pesquisa, podemos evidenciar que estar na Educação Superior configura-se para as mesmas a concretização de um sonho. Ao mesmo tempo, percebe-se que para algumas a escolha pelo curso está direcionada ao gostar de crianças.

Minhas motivações foram as crianças, a importância da educação na primeira infância, por conseguinte queria fazer parte disso. Porém ao longo do curso percebi que minhas motivações, expectativas não eram suficientes para continuar (E1).³⁵

O que sempre me motivou a me inscrever é por gostar de criança mas também por desempenhar um papel de muita responsabilidade, lidar com as diferenças e principalmente por precisarmos de seres humanos mais pensantes e simplesmente por gostar de ensinar, de ajudar o próximo. Mas sabemos que a teoria é uma coisa e a prática é outra (E9).

Sempre sonhei em poder atuar na área de pedagogia, para fazer a diferença na sociedade, pois a docência sempre me despertou pelo fato de ser uma incrível troca de conhecimento (E4).

Contudo, cabe ressaltar que esta escolha pelo Curso de Licenciatura em Pedagogia pode ter sido conduzida por um sentimento introjetado durante a vida destas mulheres, uma vez que desde muito cedo as mesmas são orientadas a exercer funções de cuidado.

Quanto à relevância da graduação, a maioria das participantes relatou pontos positivos. O primeiro deles refere-se ao fato de que a graduação não possibilitou/possibilita apenas conhecimentos científicos, mas também proporciona aprendizagens que podem ser levadas para a vida toda, tal como pode ser observado no relato a seguir: “*Sempre pensei que ter uma graduação muda a gente como ser pensante, atuando na área ou não. Sempre aprendemos e levamos para a vida o que aprendemos e ensinamos também, afinal a graduação também é uma troca de saberes entre professor-aluno e que vai além da graduação*” (E9). Outro ponto positivo mencionado pelas participantes da pesquisa é que a graduação também oportuniza melhores condições de trabalho. Nesse sentido, podemos verificar que além dessas participantes ocuparam a condição de mãe, estas também ocupam a de provedora, é nesse sentido, que a graduação assume tal importância na vida das mesmas.

Sobre a formação atual das participantes da pesquisa, apresenta-se o quadro abaixo:

Quadro 11: Formação atual das participantes

PARTICIPANTE	FORMAÇÃO ATUAL
E1	Educação Superior incompleta
E2	Educação Superior incompleta
E3	Educação Superior incompleta
E4	Não respondeu a pergunta
E5	Especialização em Educação Especial e Inclusiva
E6	Educação Superior incompleta
E7	Pós-graduação
E8	Especialização em Educação Infantil e Especialização em Gestão Escolar
E9	Educação Superior incompleta
E10	Especialização em Atendimento Educacional Especializado

³⁵ Com o intuito de preservar a identidade das participantes da pesquisa, os nomes das mesmas foram ocultados.

	Especialização em Ensino Religioso Especialização em andamento em Lúdico e psicomotricidade na Educação Infantil
E11	Ensino Médio completo
E12	Educação Superior incompleta
E13	Educação Superior completa
E14	Educação Superior completa

Fonte: Elaborado pela autora.

Ainda, de acordo com os dados obtidos, podemos considerar que as causas das desistências são multifatoriais. Para duas participantes, o cancelamento da matrícula esteve vinculado à necessidade de cuidar do (a) filho (a) e, para outras duas participantes, a maternidade não teve influência no cancelamento da matrícula. No quadro abaixo, é possível verificar melhor tais dados.

Quadro 12: Influências da maternidade no trancamento e cancelamento da matrícula

PARTICIPANTE	PRECISOU TRANCAR O CURSO POR CONTA DA MATERNIDADE? SE SIM, POR QUANTO TEMPO?	PRECISOU CANCELAR A MATRÍCULA? A MATERNIDADE TEVE INFLUÊNCIA NESTA DECISÃO? POR QUÊ?
E1	Sim, 1 ano	Sim. Não.
E2	Não	Não
E3	Não	Não
E4	Não	Sim. Não.
E5	“Não cheguei a trancar, parei de frequentar por alguns dias”	“Não, mas quase”
E6	“Sim, por uns 3 4 meses”	“Sim, sim, pois eu ficava pouco tempo com meu filho”
E7	Não	Não
E8	Não	Não
E9	Não	Não
E10	Não	Não
E11	Não	Não
E12	“Sim, por dois anos”	“Sim tive que trancar. Para cuidar do bebê”
E13	Não	Não
E14	“Na primeira gestação sim, tranquei o curso por quase dois anos [...]”	Não

Fonte: Elaborado pela autora.

Embora o número de estudantes que não precisaram trancar o curso por conta da maternidade seja superior, cabe ressaltar que o período de trancamentos deve ser considerado, uma vez que a saída destas estudantes da Universidade acarreta consequências, tais como a desmotivação para continuidade dos estudos, não acompanhamento da turma de ingresso, atraso na formação acadêmica, entre outras.

Traçado o perfil das estudantes a partir desses primeiros dados, na próxima seção, serão discutidas as categorias de análise e as perguntas que contemplam cada uma delas.

5.3 CATEGORIAS DE ANÁLISE

Quanto à organização da análise dos dados coletados, Lüdke e Andre (1986) mencionam uma organização através de elaboração de categorias de análise. Partindo deste aporte teórico e a fim de atender aos objetivos geral e específicos deste estudo, os dados obtidos com os questionários foram organizados em categorias, e, posteriormente, foram interpretados com base em outros estudos que tivemos acesso a partir da revisão de literatura e também com base em nossas inferências. Deste modo, o quadro abaixo apresenta as categorias emergentes³⁶ e as perguntas que compõem cada uma delas.

Quadro 13: Categorias de Análise

CATEGORIAS DE ANÁLISE		
Categoria 1	Categoria 2	Categoria 3
Mulher e sociedade: atribuições e desafios	Ser mãe e estudante: perspectivas e vivências das estudantes mães do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) <i>campus</i> Erechim	Proposições de ações de apoio e permanência à estudante mãe na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) <i>campus</i> Erechim
PERGUNTAS QUE COMPÕEM CADA CATEGORIA DE ANÁLISE		
<ul style="list-style-type: none"> Quais são os maiores desafios encontrados por mulheres ao se tornarem mães? Como a mulher é vista na sociedade e, ainda, como as mães são vistas? Possuem uma cobrança maior do que aquela imposta aos pais? Por quê? Há igualdades? Acredita que algumas atribuições lhe recaem por ser mulher? Quais? Você acredita que a sociedade julga uma mãe que sai para estudar ou para outros compromissos, e deixa o (a) filho 	<ul style="list-style-type: none"> Como foi para você se tornar mãe? Quais sentimentos emergiram diante da descoberta da gravidez, sobretudo estando na Universidade? Quais foram os desafios encontrados por você ao conciliar as exigências da vida acadêmica com as novas impostas pela maternidade? De que maneira gravidez impactou na sua vida acadêmica, pessoal e profissional? Como procedeu diante disso? Qual a postura adotada por você? 	<ul style="list-style-type: none"> Você considerava alguma ação da Universidade importante no que diz respeito à sua permanência enquanto mãe e estudante? E atualmente, conhece alguma? O que a Universidade poderia oferecer para promover a permanência destas acadêmicas que engravidam durante a graduação?

³⁶ Para a construção de categorias emergentes, o “pesquisador deixa-se ‘impregnar’ pelo que está escrito nas publicações em análises e delas faz emergir recorrências, tendências para, então, montar suas categorias de análise” (MOROSINI; SANTOS; BITTENCOURT, 2021, p. 83).

<p>(a) com outras pessoas? Por quê? Já passou por esta situação? Como se sentiu?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Que lembranças você tem sobre momentos agradáveis e desagradáveis no cotidiano como mãe e universitária? • Como você percebe a relação mãe universitária UFFS-professores (as)? • Qual sua opinião sobre a “licença maternidade”, sobretudo na Universidade? Como procedeu a sua? Houve problemas? • Qual era sua rede de apoio quando se tornou mãe estando na Universidade? Ou seja, quem lhe ajudava no cuidado com o (a) filho (a)? • Você considera que a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) foi uma de suas redes de apoio? Por quê? • Como você avalia a participação paterna no momento em que você se tornou mãe na graduação? 	
--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora.

Diante disso, a fim de desenvolver uma análise mais didática, tais categorias serão discutidas em três dimensões, conforme apresentadas acima. No entanto, cabe inferir, antes do processo analítico dos conteúdos emergentes, que este estudo não busca explicações, mas sim objetiva elencar reflexões que possam contribuir com o debate.

5.3.1 Mulher e sociedade: atribuições e desafios

Durante gerações, se tinha o entendimento de que as mulheres deveriam ficar em casa e cuidar do lar. Assim, a sociedade não aceitava que as mesmas pudessem ou devessem viver com total independência. Porém, o século XX tem como forte registro o protagonismo e as conquistas das mulheres em relação à alteração de seus lugares e posições sociais. Assim, as mesmas estão cada vez mais presentes em vários setores da sociedade assumindo cargos que antes eram apenas ocupados por homens (ARAÚJO; GUEDES, 2010)

No entanto, é absolutamente essencial considerar que, mesmo que as mulheres atualmente estejam vivenciando grandes mudanças no que diz respeito a sua inserção em várias

espaços da sociedade, melhores condições de trabalho, maior garantia de direitos sociais e políticos, entre outras, um “aspecto que ainda demonstra elevado grau de desigualdade entre homens e mulheres é no interior dos lares brasileiros [...]” (IBGE, 2007 apud ÁVILA, 2009, p. 147), visto que elas ainda concentram a responsabilidade pelo trabalho não remunerado na vida familiar, como o cuidado com crianças, idosos, doentes e pessoas com deficiências, além das tarefas domésticas. Para as mulheres, a saída para o mercado de trabalho não significa deixar de fazer tais atividades, pelo contrário, a participação delas é ainda maior (92%) (IBGE, 2007 apud ÁVILA, 2009).

Esta realidade foi confirmada pelas participantes da pesquisa. Ainda vivemos numa sociedade totalmente machista “*onde é a mulher quem deve cuidar da casa, dos filhos e trabalhar fora e ser impecável caso contrário as críticas estão sempre na tua porta*” (E7).

Outro ponto importante que também surgiu nesta discussão refere-se ao acúmulo de funções que as mulheres possuem, tal como pode ser observado na fala da participante B: “*Hoje acredito que a mulher tem mais atribuições do que os homens, a mulher tem mil tarefas a todos momento [...]*” (E8).

Sá (2010) afirma que essa dupla jornada de trabalho acaba deixando essas mulheres cansadas, exaustas e, muitas vezes, até frustradas por não conseguirem “dar conta do recado”. Além disso, a

[...] sobrecarga de trabalho produzida pela atribuição do trabalho doméstico às mulheres, reforçada pelas instituições, influi diretamente na sua inserção no mercado de trabalho. Influencia as possibilidades de participar do mercado, de conseguir emprego e de ocupar postos de maior qualidade (devido à necessidade de procurar trabalho mais perto de casa, de jornada parcial, ou de aceitar um trabalho apenas no caso de conseguir arranjos pessoais para o cuidado de filhos, doentes, etc. influencia também as possibilidades de ascensão no emprego, pois ou as mulheres têm de fato menor disponibilidade para ocuparem cargos de poder ou esbarram no entendimento generalizado de que não têm as mesmas condições que os homens, pois, mesmo que haja disponibilidade para participação, os estereótipos associados às responsabilidades familiares não as colocam como potenciais candidatas a ocupar cargos mais prestigiados (BRASIL, 2010, p.6).

Não obstante, as mulheres que durante/após a maternidade decidem por continuar estudando e/ou frequentando o mercado de trabalho tendem também a vivenciar julgamentos, uma vez que aos olhos da sociedade não estão efetivamente cumprindo com seu dever materno. Como afirma Badinter (2011, p. 88), para sociedade, a boa mãe é aquela que “põe ‘naturalmente’ as necessidades do filho acima de tudo”. A maioria das participantes da pesquisa por meio de seus relatos confirmou que a sociedade julga sim as mulheres que negociam o papel

de mãe com outros objetivos pessoais, o que não acontece com o pai da criança, uma vez que pode ser e fazer o que quiser (E6).

[...] as mulheres sempre serão julgadas por deixarem seus filhos (mesmo que com os pais, que não fazem mais que sua obrigação) para estudarem, para trabalharem e para se divertirem (se ousarem) correm riscos maiores do que serem somente julgadas (E5).

Sim, porque na visão deles só podemos viver para os filhos, já, me senti triste (E6).

No geral acho que ainda julgam sim. Pelo fato de que teve filho então você precisa cuidar, se responsabilizar e não deixar o filho com outras pessoas [...] (E14).

Ao mesmo tempo, foi possível verificar que três das mesmas passaram por situações dessa natureza, tal como pode ser observado em seus relatos:

Sim, algumas pessoas da minha família já me falaram que era para mim trancar a faculdade e esperar meu filho ficar maior pra começar de novo. Também já ouvi quando que tu tempo pra ele? Se tu trabalha, estuda e precisa cuidar da casa (E3).

Sim, pois muitas vezes dizem que está abandonando o filho que deveria estar em casa para cuidá-lo, porque estuda? Mora na roça o mesmo? Muitas vezes ouvi isso (E10).

Sim acredito que a mãe que sai para estudar e deixar o filho aos cuidados dos outros não é bem vista pela sociedade. Já passei [...] (E12).

Diante do exposto, destacamos a necessidade de que ocorram mudanças e que se leve em consideração a necessidade de um novo agir e olhar em relação à questão do compartilhamento das responsabilidades sobre o cuidado da criança, visto que, quando não pensadas de forma coletiva, acabam por trazer importantes impactos na vida e na trajetória das mulheres.

Dando sequência à análise de dados, na próxima seção, discutiremos sobre a segunda categoria de análise, intitulada “Ser mãe e estudante: perspectivas e vivências das estudantes mães do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus Erechim*”, a qual abordará as questões que discutem sobre sentimentos em relação à descoberta da gravidez, rede de apoio, participação paterna, entre outras.

5.3.2 Ser mãe e estudante: perspectivas e vivências das estudantes mães do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) campus Erechim

A gravidez, independentemente de ser desejada ou não, é um evento singular e marcante na vida de toda e qualquer mulher e que ainda provoca alterações psicológicas, hormonais e físicas. Nesse sentido, observando as falas das participantes, podemos inferir que as mesmas passam por dois momentos diante da notícia da gravidez. O primeiro momento é marcado pela surpresa/susto diante da descoberta e o desencadeamento de inúmeros sentimentos, tais como o medo em “não dar conta” e “não ser boa mãe”, não aceitação, insegurança, incerteza, ansiedade, preocupação com os estudos, sensação de que o “mundo desabou”, felicidade, realização, entre outros. No segundo momento, apesar de todos esses sentimentos e as dificuldades encontradas, verifica-se pelos relatos a determinação, a força, a superação destas mães estudantes.

[...] mas quando tive meu filho em meus braços me senti uma leoa e sabia que tudo iria dar certo e que ter filho não seria o que me faria desistir (E9).

No início da gravidez não pensei em desistir, pois para mim a graduação era uma meta importante a ser cumprida para poder mudar de vida e, de fato, frequentei as aulas até 2 dias antes de parir. Mas não foi fácil, pois ficar sentada muitas horas em cadeiras desconfortáveis, tendo que utilizar ônibus para se deslocar e com pouco dinheiro para a alimentação não é muito fácil para ninguém e com uma barriga de 9 meses piora um pouco (E5).

[...] sentimentos de desafios, determinação em concluir o curso e ser mãe ao mesmo tempo. Ansiedade, força. Pois concluí o estágio na educação infantil 1 dia antes do meu filho nascer, superação (E10).

Contudo, queremos deixar claro que não estamos romantizando essas vivências e lutas, pelo contrário, entendemos que é importante sim reconhecermos esses esforços, mas não podemos limitar-nos a isso. É preciso que tenhamos um olhar crítico e reflexivo sobre este assunto, a fim de evidenciar aspectos não explícitos, tais como a falta de apoio, a sobrecarga, entre outros.

Muitas investigações nos mostram que a transição para a Universidade não é tão simples e harmoniosa, pois “ela é um ambiente complexo, onde os alunos têm que navegar por novos espaços físicos, sociais e de aprendizagem, que os levam a negociar novos significados e valores” (CHRISTIE, 2008 apud SILVA, 2017, p. 30). Ao mesmo tempo, como destaca a E9: “A demanda de leitura e trabalhos da faculdade é grande e precisa de dedicação, precisa

tempo, precisa empenho e concentração”. Nesse sentido, procuramos conhecer quais os desafios vivenciados pelas participantes enquanto na condição de mães estudantes.

Verifica-se, então, nos relatos das mesmas, que os desafios encontrados são muitos, tais como a dificuldade em conciliar os afazeres domésticos com as demandas da Universidade e o cuidado do (a) filho (a), cobranças em relação à maternidade e aos estudos, o encaminhamento de atividades solicitadas dentro do prazo, dificuldade em manter o foco, dificuldade na locomoção até a Universidade, uma vez que o transporte utilizado não oferecia boas condições para a gestante, separação entre mãe e filho, dificuldade em entender determinados conteúdos e leituras no período da “licença maternidade”, levar o filho na UFFS por não ter com quem deixá-lo, sentimento de insegurança, medo da reprovação nas disciplinas no curso, falta de tempo para as leituras do curso, olhares alheios, acompanhar o horário de início das aulas por conta da maternidade, ficar muito tempo sem amamentar, “*desprezos por parte de alguns professores/as intolerantes a ter uma criança no espaço acadêmico*” (E2). Cabe aqui destacar que essa intolerância à criança pode ser manifestada em assédio moral, e, infelizmente, em outros estudos esses relatos são abundantes.

À vista disso, procuramos conhecer a rede de apoio das mesmas. Para tal, apresenta-se o quadro abaixo:

Quadro 14: Rede de apoio das participantes da pesquisa

Participante	Rede de apoio
E1	Esposo
E2	Professores/as da UFFS, técnicos, colegas e esposo
E3	Esposo
E4	Esposo
E5	Esposo e irmã
E6	Mãe e irmã
E7	Esposo e pais
E8	Mae, UFFS e amigos
E9	Pais e esposo
E10	Esposo e sogra
E11	Família
E12	Não teve apoio de ninguém
E13	Esposo
E14	Esposo e mãe

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao atentarmos ao quadro acima, é possível verificar alguns pontos importantes. O primeiro deles refere-se ao fato de que felizmente a maioria das participantes da pesquisa conta com uma rede de apoio. Também, observa-se que a maioria das mesmas conta com a participação paterna no cuidado do (a) filho (a), e, ainda, a avaliam como “excelente”, “ótima”,

“boa”, “essencial”, etc. Este é um ponto positivo também, já que, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os arranjos monoparentais femininos (mães solo) representam cerca de 15,3% dos arranjos domiciliares no Brasil, com limitações na rede de apoio (PARENTE IN SCIENCE, 2021).

Contudo, observa-se que algumas participantes, quando se referem a seu esposo, expressam que os mesmos ajudam elas no cuidado com o (a) filho (a), tal como pode ser observado nos relatos da participante 1:

Meu marido sempre me ajudou, me deu todo apoio que precisei (E1)

[...] sempre precisei pedir ajuda de fora para alguém ficar com o meu filho, [...] ou ajuda do pai do meu filho que não mora comigo (E12)

foi ótima ele super ajudava com ela [...] (E14).

Adichie (2017), em seu livro *Para educar crianças feministas: um manifesto*, faz um apontamento exatamente sobre essa linguagem corriqueira. Para esta autora, é preciso que abandonemos a linguagem da ajuda. Um pai não está ajudando a mulher no cuidado com o (a) filho (a), mas sim fazendo o que é de sua responsabilidade. A autora ainda acrescenta que, “ao dizermos que os pais estão ‘ajudando’, o que sugerimos é que cuidar dos filhos é território materno, onde os pais se aventuram corajosamente a entrar” (ADICHIE, 2017, p. 20).

Ainda no que diz respeito à rede de apoio, questionamos às participantes da pesquisa se elas consideravam/consideraram a UFFS como sendo uma delas. A maioria das mesmas, cerca de oito participantes, afirmou que sim, e ainda explicitou que se sentiram acolhidas e compreendidas quando na condição de mães estudantes. Contudo, cabe ressaltar que destas oito participantes, quatro delas se referiram especificamente aos (às) professores (as) da instituição, tal como pode ser observado nos relatos a seguir:

Sim, porque sempre me senti acolhida, como também os professores foram muito compreensivos quando precisei (E1).

Acho que em relação dos professores em entenderem que tenho um filho (E3).

Em relação aos professores que me ligaram em casa e que enviaram mensagem no messenger dizendo que eu fosse para a aula e levasse o meu filho e dizendo que não desistisse, eu tenho certeza que sim, foi essencial para que eu terminasse a graduação (E5).

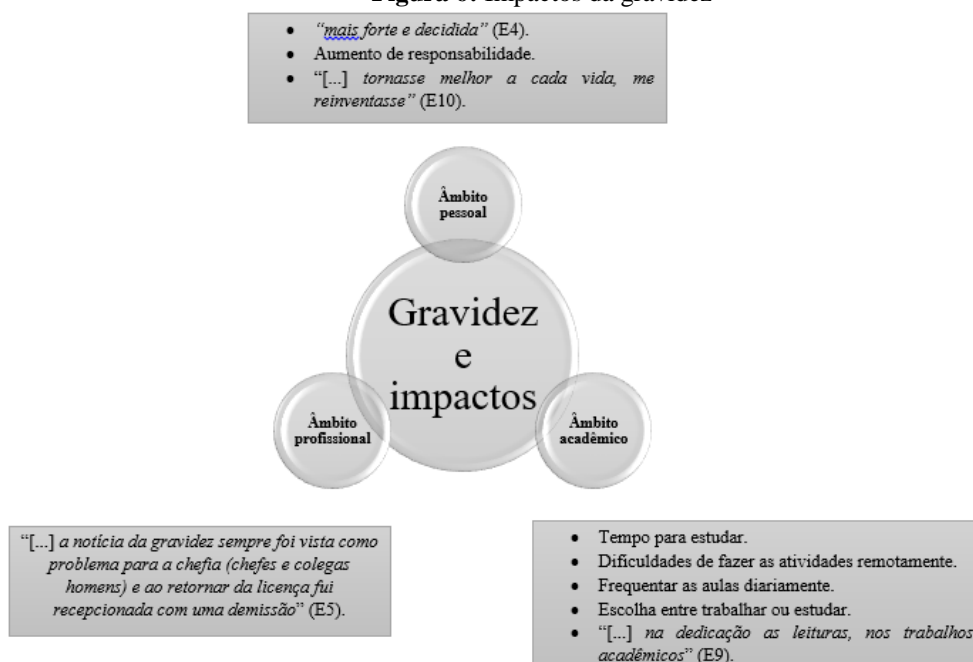
Foi, pois pra mim foi um orgulho estudar nela. Os professores sempre foram e são grandes parceiros e muito dedicados com todos. Sempre tive boas orientações em tudo o que estava precisando em dialogar (E8).

Tal como afirma Baptista (2017), a Pedagogia corresponde a uma modalidade de sabedoria prática que pede perícia técnica, mas que pede também a sensibilidade, a hospitalidade, o acolhimento, o diálogo e o respeito por parte do educador. Seguindo na mesma linha de pensamento, Menegolla (1991 apud LOSS, 2013, p. 142) coloca que o verdadeiro professor, antes de tudo, é uma pessoa que se dispõe para o outro. É uma pessoa de relações, “voltada para os outros, capaz de se descentrar e se desapossar para ser alguém para alguém”.

Nessa perspectiva, por meio dos relatos apresentados anteriormente, podemos verificar o quanto os (as) professores (as) da UFFS foram essenciais nas jornadas dessas mães estudantes, mas também percebemos estas premissas elencadas por estes autores. Contudo, queremos evidenciar que este acolhimento e cuidado perante às mães estudantes deve existir por toda a comunidade acadêmica, e não somente por parte dos professores da Instituição. Entendemos, também, que pela condição que se encontram estas não podem ser tratadas como um “acadêmico normal”, tal como afirma a E7, mas sim compreendidas em suas necessidades e singularidades.

Diante de tudo isso, perguntamos às participantes da pesquisa de que maneira a gravidez impactou na vida acadêmica, pessoal e profissional das mesmas. Tendo em vista que cada uma das mesmas possui suas inferências pessoais, e, diversas, apresenta-se a imagem abaixo com os principais impactos listados pelas mesmas nesses três âmbitos.

Figura 6: Impactos da gravidez



Fonte: Elaborado pela autora.

Ao visualizarmos a imagem acima, podemos verificar que em nosso estudo já mencionamos alguns desses impactos da gravidez. No entanto, é interessante nos atentarmos ao relato da E5, que também vai ao encontro com o relato da E7, uma vez que ambas colocam que a gravidez também tem impactos negativos para a vida profissional das mulheres. Para E7, “*as empresas não aceitam mães com crianças principalmente se for pequenas*”, e ainda reforça o fato de que “*isso não acontece com o homem, [...] o que menos interessa pra empresas é os filhos quando se trata do masculino*”. O próprio relato da E5 comprova esta realidade: “*Falta de empatia das pessoas, principalmente no trabalho. Fui demitida 1 mês após retornar ao trabalho porque fui avisada que deveria trocar de horário no outro dia e não podia porque tinha compromisso com minha família*”.

Diante do exposto, entendemos que a maternidade deve ser tratada como uma questão ampla e profunda e, portanto, não deve ser um problema apenas pessoal e individual das mulheres, uma vez que, quando entendidas dessa maneira, acabam por trazer grandes impactos negativos para a vida profissional, pessoal e acadêmica. Assim, tal como destaca Girassol, é preciso ter “*igualdade tanto nos direitos quanto nos deveres*”, buscando “*mudar esses pensamentos e questionamentos que vem através de nossa cultura*” (E. 14).

Em suma, queremos salientar que os relatos aqui apresentados não são somente para dar visibilidade à magnitude das desigualdades, dificuldades e desafios encontrados por estas estudantes que se tornaram mães na graduação, mas, sobretudo, visa contribuir para o debate sobre maternidade e Universidade, evidenciando, também, a necessidade de criação de medidas institucionais e sistemas que possibilitem um ambiente acadêmico mais acolhedor e equitativo. Nesse sentido, no próximo subcapítulo apresentaremos algumas proposições de ações de apoio para permanência à estudante mãe na Universidade, na perspectiva das participantes da pesquisa.

5.3.3 Proposições de ações de apoio para permanência à estudante mãe na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) *campus* Erechim

Como já exposto nesta pesquisa, e em outros estudos recentes, as estudantes que possuem filhos ou se tornam mães ao longo da graduação vivenciam uma série de obstáculos para o êxito e a conclusão dos estudos. Tendo isso em vista, entendemos que a Universidade “precisa ser repensada, devendo ser capaz, não apenas de oferecer as condições necessárias para atender às demandas de formação dos jovens de diferentes segmentos, mas acolhê-los em suas

dificuldades, criando estruturas de suporte que evitem o fracasso e o abandono” (SAMPAIO, 2008 apud URPIA; SAMPAIO, 2011, p. 164).

Nesse sentido, um dos objetivos da pesquisa de campo, além de compreender questões como rede de apoio, sentimentos diante da descoberta da gravidez estando na Universidade, participação paterna, entre outras, era também o de conhecer as necessidades e as possíveis sugestões de ações para permanência no referido ambiente universitário (UFFS - *Campus Erechim*) na perspectiva das estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul - *Campus Erechim* que se tornaram mães durante sua formação acadêmica. Nesse sentido, apresenta-se o quadro abaixo com as necessidades e as sugestões elencadas pelas mesmas.

Quadro 15: Sugestões de ações para permanência no referido ambiente universitário (UFFS - *Campus Erechim*) na perspectiva das participantes da pesquisa

Creche universitária
Sala de acolhimento na Universidade
Auxílio-creche “mais decente do que o atual”
Auxílio-maternidade
Espaço para amamentação
Fraldário
Espaço recreativo para brincar
Assistência financeira
Assistência psicológica
Flexibilidade nos prazos de entrega de trabalhos
Grupos de apoio
Aulas on-line para gestantes até o fim da licença
Promover palestras que incentivem as acadêmicas que se tornaram mães a prosseguirem com os estudos
Grupos de gestantes para conversar sobre a permanência na graduação
Ensino remoto
Discutir mais sobre o assunto na Universidade a fim de dar apoio a estas estudantes
A mãe universitária que está amamentando “deveria ter aulas presenciais 2 vezes por semana e o restante on-line”

Fonte: Elaborado pela autora.

Como pode ser observado neste quadro, muitas ações citadas por estas mães (estudantes e egressas), além de se constituírem como pertinentes, são em sua maioria possíveis de serem efetivadas pela comunidade acadêmica da UFFS. É interessante também destacar que a possibilidade de uma creche na Universidade foi citada por quatro estudantes. A creche, nesse sentido, se configura com uma importante política a ser implantada na referida Universidade, pois virá contribuir para a tranquilidade à mãe que está estudando, sentindo-se menos culpada; a permanência destas mães; o convívio democrático com outras crianças e com outros adultos; a amamentação natural; sentimento de pertencimento, entre outros.

Contudo, cabe nesta discussão destacar o Plano Plurianual (2020-2023) da UFFS, considerado um documento norteador do planejamento estratégico da referida Instituição. Isso porque, neste documento, mais especificamente no objetivo de número 21, a UFFS explicita sua intencionalidade em construir creches nos *campi* Erechim e Chapecó para atender aos filhos de zero a cinco anos dos servidores e dos estudantes, de acordo com a legislação vigente, com um custo estimado em R\$ 700.000,00 em cada *campi* supracitado (UFFS, 2020).

Apesar de todas as ações de apoio e permanência já listadas anteriormente, também acreditamos que outras poderiam ser efetivadas na UFFS, as quais são melhor expressas no quadro abaixo:

Quadro 16: Sugestões de ações e permanência no referido ambiente universitário (UFFS - *Campus* Erechim)

Banheiros família
Espaço Kids em todos os eventos acadêmicos
Sala específica no campus para ser a sede do Coletivo de mães da Universidade
Espaço Kids integrado ao laboratório de informática e à biblioteca do <i>campus</i>
Aumento do regime especial referente à “licença-maternidade” para a graduação de 90 para 120 dias
Criação de ouvidorias na Universidade específicas para atender denúncias destas mães estudantes e das demais mulheres da comunidade acadêmica
Aumento do tempo de jubilação para estudantes que se tornaram mães
Realização de campanhas na comunidade acadêmica sobre os direitos reprodutivos e os direitos das mães e crianças na Universidade
Fila preferencial para mães com crianças no restaurante universitário
Cadeira de alimentação para crianças no restaurante universitário
Eventos políticos, no âmbito da Universidade e entre Universidades, que estimulem a reflexão e conscientização da comunidade acadêmica para o tema maternidade e Universidade

Agilidade no atendimento dos requerimentos correlacionados à gestação e maternidade, como deferimento (ou não) do Regime Excepcional de Aprendizagem, licenças, entre outros
Apoiar, através de auxílios específicos que ajudem a logística com a criança, alunas mães que participarão de eventos científicos, proporcionando, por exemplo, auxílio para transporte ou cuidador
Espaços de retirada de leite para mães
Propor dispositivos institucionais que viabilizem a frequência da mãe à sala de aula acompanhada da criança no caso de ausência de espaços de acolhimento para crianças na Universidade
Propor mudanças no Regime de Graduação que viabilizem o atendimento das mães estudantes no que diz respeito às necessidades dos filhos e filhas, como abonar faltas quando a mãe apresentar o atestado médico do filho ou filha e a possibilidade de justificar eventuais faltas em dias de entrega de trabalhos ou realização de provas

Fonte: Elaborado pela autora³⁷.

Também evidenciamos nesse estudo a necessidade de que se ocorra uma maior divulgação por parte da UFFS à comunidade em geral sobre suas ações de apoio para permanência, mais especificamente às mães estudantes, uma vez que por meio do questionário verificamos que a maioria das participantes da pesquisa não soube responder quais ações a UFFS mantém atualmente. Nesse sentido, essa divulgação não apenas evidenciaria a consideração da UFFS em relação às mães estudantes, mas também poderia servir de incentivo para aquelas mães que pretendem ingressar na referida Universidade.

Em suma, entendemos que o contexto educativo da Universidade se configura como um espaço fundamental para “promover uma cultura da diversidade de gênero voltada à crítica das formas sistemáticas de relações de poder desiguais entre os sexos, da eliminação das formas de discriminação e crítica aos modelos culturais da nossa sociedade” (FINCO, 2018, p. 10).

Concordando com Finco (2018, p. 12), acreditamos também que hoje uma Universidade responsável é aquela comprometida com o processo de democratização, com a equidade e justiça social, “que realiza pesquisas e analisa as persistências da discriminação e, acima de tudo, promove redes feministas para pensar estratégias e diretrizes para combatê-la”.

³⁷ As sugestões listadas foram baseadas no documento “Propostas de políticas de apoio à maternidade na Universidade”, disponível em: https://www.academia.edu/40688117/Propostas_de_Pol%C3%ADticas_de_Apoio_%C3%A0_Maternidade_na_Universidade. E no site do GT Mulheres Cientistas e Maternidade Plurais, disponível em: <https://gtmaescientistasematernidadesplurais.historia.ufg.br/p/36495-nossa-historia>. Acesso em: 23 mar. 2021.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de todas as conquistas das mulheres nas últimas décadas, ainda assim, em um momento como o atual, fica evidente que nós, mulheres, somos ainda as mais cobradas e responsabilizadas pelo cuidado dos filhos e da casa. Por conta dessa ideologia, somos afetadas diretamente e passamos a vivenciar inúmeros desafios, dificuldades e julgamentos quando decidimos não ser definidas apenas pela maternidade.

Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo geral investigar os impactos e os desafios vivenciados por estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul - *Campus* Erechim frente às exigências impostas pelas demandas da Universidade com as novas exigências ao se tornarem mães durante seu processo de formação acadêmica.

Para tanto, o percurso metodológico deste estudo constituiu-se de quatro etapas, sendo elas uma revisão bibliográfica amparada em autores como Badinter (1985, 2011), Urpia e Sampaio (2009, 2011), Araújo e Guedes (2010), Bitencourt (2017), entre outros; uma pesquisa de Estado do Conhecimento na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD/IBICT); uma pesquisa documental dos principais documentos nacionais oficiais, tais como o Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010, e a Lei Nº 6.202, de 17 de abril de 1975, e institucionais fornecidos pela Secretaria Acadêmica e pelo Setor de Assuntos Estudantis (SAE) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); e, por fim, uma pesquisa de campo com as estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul - *campus* Erechim de modo a conhecer os significados atribuídos à experiência da maternidade durante a formação acadêmica.

Como dificuldades encontradas, destaco a impossibilidade de estar junto às participantes da pesquisa, para a entrega de documentos, e ainda para ouvir suas angústias, anseios e vivências, mesmo que num diálogo informal. Ao mesmo tempo, destaco o desafio de escrever um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na condição de mãe e estudante, e, ainda, diante desse momento de pandemia. Digo isso porque, além dos sentimentos advindos desta experiência acadêmica, houve também a necessidade de lidar com outros sentimentos advindos com a pandemia do COVID-19, tais como a frustração, medo, angústia, desânimo, sobrecarga, incapacidade, solidão, entre outros.

Diante da pesquisa de Estado do Conhecimento, verificou-se que, embora as publicações selecionadas e analisadas também discutissem sobre questões relacionadas à

maternidade e ainda apresentassem elementos que se aproximavam deste estudo, nenhuma delas discutia especificamente sobre a maternidade e suas repercussões no contexto universitário, evidenciando, assim, a relevância e a pertinência do presente estudo.

A análise dos documentos nacionais oficiais (Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010, e a Lei Nº 6.202, de 17 de abril de 1975) permitiu conhecer as especificidades de cada um dos mesmos, como público-alvo, objetivos e finalidades, e ainda verificar o alinhamento da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Erechim, aos pressupostos estabelecidos por estes documentos. Já com relação aos documentos institucionais da UFFS, possibilitaram verificar qual o impacto da maternidade para as estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Com relação aos resultados da pesquisa de campo, destaca-se que as estudantes mães vivenciam inúmeros desafios e dificuldades, tais como a conciliação entre os afazeres domésticos com as demandas da Universidade e o cuidado do (a) filho (a); cobranças em relação à maternidade e aos estudos; o encaminhamento de atividades solicitadas dentro do prazo; dificuldade em manter o foco; separação entre mãe e filho; dificuldade em entender determinados conteúdos e leituras no período da licença-maternidade, entre outros.

Nesse sentido, como sugestões de ações para permanência no referido ambiente universitário (UFFS - *Campus* Erechim) na perspectiva das participantes da pesquisa, citam-se: creche universitária, espaço para amamentação, sala de acolhimento, assistência psicológica e financeira, fraldário, espaço recreativo, auxílio-maternidade, flexibilidade nos prazos de entrega de trabalhos, promoção de palestras que incentivem as acadêmicas que se tornaram mães a prosseguirem com os estudos, entre outras.

Diante do exposto, queremos destacar que, além de um novo agir e pensar em relação ao compartilhamento do cuidado da criança, é necessário também que a Universidade como um todo acolha as necessidades e as singularidades dessas estudantes, a fim de contribuir para seu acesso, permanência e progressão neste espaço. Entendemos também que estas mães estudantes necessitam de auxílio em todos os sentidos, seja psicológico ou financeiro. É preciso que estas sintam-se cada vez mais acolhidas e incentivadas a concluírem seus estudos. A maternidade não pode se configurar como um impedimento para a realização dos objetivos pessoais das mesmas, visto que isso não acontece com a figura masculina (pai), que cada vez mais ocupam espaços e poder na sociedade, e cada vez menos são responsabilizados socialmente pelo cuidado dos (as) filhos (a).

Ao finalizar esta pesquisa, entendemos que se faz necessário que se desenvolvam estudos que aprofundem essa temática e que levem em consideração outros questionamentos, tais como: De que maneira as Universidades podem “ouvir” as necessidades e anseios das mães estudantes? Como a Universidade pode contribuir para a reversão da ideologia de gênero em nossa sociedade? Que instrumentos a Universidade pode oferecer de modo a contribuir para o ingresso, permanência e progressão das mães no ambiente universitário? Há a possibilidade de uma legislação específica da Universidade que favoreça de fato estas mães estudantes? O desafio de ser uma mãe estudante na Educação Superior fica restrito ao período da graduação? E ainda, de que maneira a maternidade impacta na vida pessoal, profissional e acadêmica dos estudantes pais? Há dificuldades e desafios? Também possuem anseios e sugestões?

Em suma, esperamos que este estudo possa contribuir para a permanência das mães universitárias na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) *campus* Erechim, e, ao mesmo tempo, fomentar as discussões a respeito das temáticas maternidade e Universidade.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas**: um manifesto. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- AMENDA, Lígia Birindeli. Maternidade e feminismo: é possível exercer uma maternidade que não nos aprisione. *In*: SENA, Lígia Moreiras (Org.). **Com você ando melhor**. Florianópolis, Santa Catarina, 2016, p. 51-58.
- ARAÚJO, Clara; GUEDES, Moema. Igualdade de Oportunidade: a distância entre proposições e ações. *In*: BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as mulheres. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Tema trabalho e gênero**. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010. p. 50-66. Disponível em:
file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio%20Desbloqueado/Downloads/revistadoobservatorio_trabalho_dez2010.pdf Acesso em 11 ago. 2020.
- ÁVILA, Maria Betania de Melo. **O Tempo do Trabalho das Empregadas Domésticas: Tensões entre Dominação/Exploração e Resistência**. 2009. 319f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em:
<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9427>. Acesso em: 24 abr. 2021.
- BADINTER, Elisabeth. **O conflito**: a mulher e a mãe. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. 1980. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BAPTISTA, Isabel. Ética do rosto e profissionalidade docente. *In*: SILVA, Ariane Franco Lopes; FERREIRA, Lísia Regina; ENS, Romilda Teodora (Orgs.). **Políticas de expansão universitária**: reflexões sobre a vida acadêmica. Curitiba: PUCPRESS, 2017, p. 145-162.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70, LDA, 1997.
- BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES. **O que é?** Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Content/whatIs>. Acesso em: 19 mar.2020.
- BITENCOURT, Silvana Maria. Maternidade e Universidade: desafios para a construção de uma igualdade de gênero. *In*: 41º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 2017, Caxambu, **Anais...** Caxambu, 2017, p.1-27. Disponível em:
<http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/41-encontro-anual-da-anpocs/gt-30/gt13-17/10724-maternidade-e-universidade-desafios-para-a-construcao-de-uma-igualdade-de-genero/file>. Acesso em: 14 abr. 2020.
- BOGOMOLETZ, Davy; OLIVEIRA, Thelma Bernardete. O que é maternagem? *In*: OLIVEIRA, Thelma Bernardete. **O livro da Maternagem**: para mães, pais, cuidadores e doulas. 2. ed. São Paulo: Schoba, 2012, p. 27-28.
- BRANDÃO, Saraya Maria Barros de Almeida. **A centralidade da maternagem na relação pedagógica da Educação Infantil**: os discursos de docentes e famílias usuárias de creche. 115 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campina Grande, 2007. Disponível em:

<http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/tede/1820/1/SorayaMariaBarrosDeAlmeidaBrandao.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2020.

BRASIL. Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 21 mai. 2020.

BRASIL. Decreto-lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969. Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 22 out. 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1044.htm. Acesso em: 14 jan. 2021.

BRASIL. Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975. Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 17 abr. 1975. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19701979/l6202.htm#:~:text=L6202&text=LEI%20No%206.202%2C%20DE,1969%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.htm. Acesso em: 14 jan. 2021.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 02 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 10 out. 1996. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html. Acesso em: 21 mai. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 2350/2015, de 14 de julho de 2015**. Dá nova redação à Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, que “Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências” e à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, para assegurar os direitos educacionais às gestantes. 2015. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1361343&filename=PL+2350/2015. Acesso em: 26 fev. 2021.

BRASIL. **O que é o REUNI?**. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>. Acesso em: 13 mar. 2021.

BRASIL. **Mulher e trabalho: avanços e continuidades**. 2010. http://www.mpf.mp.br/pfdc/midioteca/mulher/100308_comu40mulheres.pdf/view. Disponível em: Acesso em: 25 abr. 2021.

BRUM, Daniele Elis Colussi. Filhos uma imposição social. *In*: OLIVEIRA, Thelma Bernardete. **O livro da Maternagem: para mães, pais, cuidadores e doulas**. São Paulo: Schoba, 2012, p. 337- 347.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. A Educação tem jeito? O desafio da qualidade. *In*: ITUASSU, Arthur; ALMEIDA, Rodrigo de (orgs.). **O Brasil tem jeito?** Educação, saúde, justiça e segurança. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2007, p. 35-72.

CASTRO, Roney Polato de; SANTOS, Vinícius Rangel dos. Relações de gênero na Pedagogia: concepções de estudantes homens. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 7, n. 1, p. 53-76, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/6859>. Acesso em: 04 abr. 2021.

DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do projeto de pesquisa. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p. 31- 50. Disponível em: https://br.librosintinta.in/biblioteca/pdf/BcFREoAgCAXAE8XLPPrsNKRQzTpJoXb_dawyPHficprpUkjLp6NDOd7bI7eV-ckCtSmBb04aU4BLPtOAIWjau5EV_.htx. Acesso em: 12 fev. 2020.

FERNANDES, Christiane Caetano Martins; D'ÁVILA, Jorge Luis. O Estado do Conhecimento sobre a prática da pesquisa como instrumento pedagógico na educação básica: as produções acadêmicas dos programas de pós-graduação stricto sensu no Brasil. **InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Campo Grande, MS, v.21/22, n.42/44, p.181-201, 2015/2016. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/3377>. Acesso em: 16 fev. 2020.

FERNANDES, Ravini dos Santos. **A maternagem em unidade de abrigamento**: a relação entre mães adolescentes e seus filhos. 2012. 91f. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.btdt.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3611. Acesso em: 23 out. 2020.

FINCO, Daniela. Redes feministas na Universidade: compromisso político e acadêmico na defesa dos direitos das mulheres e das crianças pequenas. *In*: TELES, Maria Amélia de Almeida; SANTIAGO, Flávio; FARIA, Ana Lúcia Goulart de. **Por que a creche é uma luta das mulheres? Inquietações femininas já demonstram que as crianças pequenas são de responsabilidade de toda a sociedade**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. p. 9- 13. Disponível em: <https://ebookspedroejoaoeditores.files.wordpress.com/2019/03/crechefinalebook.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p. 67- 80. Disponível em: https://br.librosintinta.in/biblioteca/pdf/BcFREoAgCAXAE8XLPPrsNKRQzTpJoXb_dawyPHficprpUkjLp6NDOd7bI7eV-ckCtSmBb04aU4BLPtOAIWjau5EV_.htx. Acesso em: 12 fev. 2020.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas: Alínea, 2001.

GONÇAVES, Solange Dias; ANDRADE, Daniela B. S. Freire. Ser aluno em uma universidade pública federal: pertencimento e diferenciação. *In*: SILVA, Ariane Franco Lopes; FERREIRA, Lísia Regina; ENS, Romilda Teodora (Orgs.). **Políticas de expansão universitária: reflexões sobre a vida acadêmica**. Curitiba: PUCPRESS, 2017, p. 115-144.

GUTMAN, Laura. **Mulheres visíveis, mães invisíveis**. 1. ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2013.

GT MULHERES CIENTISTAS E MATERNIDADES PLURAIS. **Nossa história**. Disponível em: <https://gtmaescientistasematernidadesplurais.historia.ufg.br/p/36495-nossa-historia>. Acesso em: 23 mar. 2021.

HIRATA; Helena. Emprego, responsabilidades familiares e obstáculos sócio-culturais à igualdade de gênero na economia. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as mulheres. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Tema trabalho e gênero**. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010. p. 45- 49. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio%20Desbloqueado/Downloads/revistadoobservatorio_trabalho_dez2010.pdf. Acesso em 11 ago. 2020.

LANZETA, Roberta Corrêa. **Apoios comprados**: formas contemporâneas de suporte à maternagem. 2016. 82 f. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/27299/27299.PDF>. Acesso em: 26 jul. 2020.

LEMES, Luana Borges. **Novas práticas de maternagem e feminismo das mulheres da plataforma Cientista Que Virou Mãe**. 2018. 267 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193786?show=full>. Acesso em: 22 jul. 2020.

LOSS, Adriana Salette. **Preparando-se para ser professor passo a passo**: manual de didática. 1. ed. Curitiba: Appris, 2013.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: <file:///E:/TEXTOS%20MOTODOLOGIAS%20TCC/7.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2020.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p. 9- 29. Disponível em: https://br.librosintinta.in/biblioteca/pdf/BcFREoAgCAXAE8XLPPrsNKRQzTpJoXb_dawyPHficprpUkjLp6NDOd7bI7eV-ckCtSmBb04aU4BLPtOAIWjau5EV_.htx. Acesso em: 12 fev. 2020.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v.5, n.2, p.154-164, jul.-dez. 2014. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/porescrito/article/view/18875>. Acesso em: 13 fev. 2020.

MOROSINI, Marília Costa; NASCIMENTO, Lorena Machado do. **Uma perspectiva metodológica da produção sobre Internacionalização da Educação Superior, em programas de pós-graduação do Brasil**. VIII Seminário Internacional de Educação

Superior- RIES- REDE GEU: A educação Superior em contextos emergentes. Porto Alegre, UFRGS, 2015.

MOROSINI, Marília Costa; SANTOS, Pricila Kohls; BITTENCOURT, Zoraia Aguiar. **Estado do Conhecimento: teoria e prática.** Curitiba: CRV, 2021.

MOURA, Solange Maria Sobottka; ARAÚJO, Maria de Fátima. A Maternidade na História e a História dos Cuidados Maternos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 200, 24 (1), p. 44-55. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v24n1/v24n1a06.pdf>. Acesso em 26 nov. 2020.

NEDER, Rosa Maria. **Ser professora: entre os ranços da maternagem e à profissão.** 2005. 219 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11927/1/Dissertacao_%20Rosa%20Maria%20Neder.pdf. Acesso em: 28 jul. 2020.

NETO, Otávio, Cruz. O trabalho como descoberta e criação. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 21. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p.51- 66. Disponível em: https://br.librosintinta.in/biblioteca/pdf/BcFREoAgCAXAE8XLPrsNKRQzTpJoXb_dawyPHficprpUkjLp6NDOd7bI7eV-ckCtSmBb04aU4BLPtOAIWjau5EV_.htx. Acesso em: 12 fev. 2020.

NIEROTKA, Rosileia Lucia; TREVISOL, Jovilis Vitório. Políticas de acesso e democratização da universidade pública: análise do perfil dos estudantes de pedagogia da UFFS. *In*: SILVA, Ariane Franco Lopes; FERREIRA, Lísia Regina; ENS, Romilda Teodora (organizadoras). **Políticas de expansão universitária: reflexões acadêmicas.** PUCPRESS: Curitiba, 2017. p. 165-190.

OLIVEIRA, Thelma Bernardete. Vie em Rose. *In*: OLIVEIRA, Thelma Bernardete. **O livro da Maternagem: para mães, pais, cuidadores e doulas.** 2. ed. São Paulo: Schoba, 2012, p.539- 541.

PARENT IN SCIENCE. **Mulheres e maternidade no Ensino Superior no Brasil.** Disponível em: <https://www.parentinscience.com/documentos>. Acesso em: 04 abr. 2021.

PESCE, Luisa Ruzzarin. **O Lado B da maternidade: um estudo qualitativo a partir de blogs.** 2018. 81 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/188169>. Acesso em: 28 jul. 2020.

PRODANOV, Cleber; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbxnlZHVjYWVhbnVjY250YWJpbGkYWWRlfGd4OjU5NjIxOWU5NTgwZDdlZjY>. Acesso em 13 fev. 2020.

RAUPP, Marilena Dandolini. Creches nas Universidades Federais: questões, dilemas e perspectivas. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 86, p. 197-217, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000100010. Acesso em: 14 jan. 2021.

ROSSATO, Ana. Amo meus filhos. Mas odeio ser mãe. In: SENA, Lígia Moreiras (Org.). **Com você ando melhor**. Florianópolis, Santa Catarina, 2016, p. 39-42.

SÁ, Érica Cristina de. De volta ao fogão: a (re) valorização da maternidade intensiva e do trabalho doméstico feminino. In: FAZENDO GÊNERO 9 DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS. 2010, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. p. 1-8. Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1277348275_ARQUIVO_Trabalhocompleto.pdf. Acesso em 27 nov. 2020.

SAALFELD, Thaís. Maternidade e vida acadêmica: limites e desafios das estudantes mães na Universidade Federal do Rio Grande – FURG. 2019. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências), Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2019. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/8568/421af148f354fc81b0730361b00badaf.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 abr. 2021.

SANDINI, Sabrina Plá. Brinquedos de meninas e brinquedos de meninos: a normatização da questão de gênero na escola. In: EDUCERE XIII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. [s.a]. p. 14461- 14471. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23729_12158.pdf. Acesso em: 26 nov. 2020.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, 2001. p.137-150 Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a08.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, jul./dez. 1995, p. 71- 99. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SILVA, Ariane Franco Lopes da. Vida universitária e identidade do estudante: uma análise da cultura acadêmica em construção. In: SILVA, Ariane Franco Lopes; FERREIRA, Lísia Regina; ENS, Romilda Teodora (Orgs.). **Políticas de expansão universitária: reflexões sobre a vida acadêmica**. Curitiba: PUCPRESS, 2017, p. 27-53.

SILVA, Juliana Márcia Santos. **Mães adolescentes negras na UFBA: As Intersecções entre maternidade, raça, trabalho e ensino**. 2017. 81 f. Monografia (Graduação em Serviço Social), Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/27167/1/TCC%20completo_juliana%20marcia%20santos%20silva.pdf. Acesso em 28 nov. 2020.

SILVESTRE, Débora Lameira. **Maternidade e vida acadêmica: um estudo sobre os desafios enfrentados por estudantes universitárias mães do campus da UFPA em Castanhal**. 2019. 58f. Trabalho de Conclusão de Curso (Faculdade de Pedagogia), Universidade Federal do Pará, Castanhal, 2019. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/handle/prefix/2222>. Acesso em: 13 abr. 2021

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho, *et al.* Apontamentos históricos do surgimento dos coletivos nacionais de mães nas universidades e o fortalecimento da luta materna na ciência brasileira dos dias atuais. In: SOUTO- MARCHAND, Andreia Silva de; GALVÃO, Elisandra; FERNANDES, Morgana (Orgs.). **Mulheres Cientistas e os desafios pandêmicos da maternidade**. 1 ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2020 p. 114- 127. Disponível em: <https://www.editorafi.org/015cientistas>. Acesso em: 13 jan. 2021.

TAUIL, Tatiana Ioussef. **Políticas públicas para mães universitárias: um estudo bibliográfico**. 2019, 36 f. Monografia (Graduação Administração), Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019. Disponível em: https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/2524/15/MONOGRRAFIA_Pol%C3%AAdticasP%C3%BAblicasM%C3%A3es.pdf. Acesso em: 12 mar. 2021.

TEIXEIRA, Eliane Tavares Natividade. **Adiamento da maternidade: ser mãe depois dos 35 anos**. 1999. 77f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública), Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, mar. 1999. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/5325>. Acesso em: 23 out. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **EDITAL Nº 28/GR/UFFS/2020**. Processo seletivo para auxílios socioeconômicos de 2020. Chapecó, 2020. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/edital/gr/2020-0028>. Acesso em: 14 jan. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **História**. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/historia. Acesso em: 15 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Missão**. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/missao. Acesso em: 15 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Plano de Desenvolvimento Institucional PDI 2012-2016**. Chapecó, 2012. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/plano_de_desenvolvimento_institucional/arquivo. Acesso em: 17 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Plano Plurianual 2020-2023**. Chapecó, 2020. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/planejamento/plano-plurianual>. Acesso em: 02 abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Programa de Auxílios Socioeconômicos**. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/assuntos-estudantis/politica-de-assistencia-estudantil/programa-de-auxilios-socioeconomicos>. Acesso em: 11 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia – Licenciatura**. Erechim, 2018. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/ppc/cclper>. Acesso em 13 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF). **Propostas de Políticas de Apoio à maternidade na Universidade**. Grupo de Trabalho “Mulheres na Ciência”. Out. 2019. Disponível em: https://7715ac74-a3e7-4f18-b4e5-c24eb83965c5.filesusr.com/ugd/ddd761_c015f88e961844eb912abb81bbf829ed.pdf. Acesso em: 27 out. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **RESOLUÇÃO Nº 10/2016 – CONSUNI/CGAE**. Estabelece regras para a realização de análise socioeconômica e habilitação para inscrição nos auxílios socioeconômicos. Chapecó, 2016. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgae/2016-0010>. Acesso em: 13 abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **RESOLUÇÃO N° 31/CONSUNI/UFFS/2015**. Aprova adequações ao novo Estatuto da Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó, 2015. Disponível em:

<https://www.uffs.edu.br/atosnormativos/resolucao/consuni/2015-0031> Acesso em: 17 mar. 2021.

URPIA, Ana Maria de Oliveira. **Tornar-se mãe no contexto acadêmico: narrativas de um self participante**. 2009. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2009. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

Disponível em: https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/ana_maria_urpia.pdf. Acesso em: 05 dez. 2020.

URPIA, Ana Maria de Oliveira; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. **Mães e universitárias: transitando para a vida adulta**. 2011, p. 145-168. Disponível em:

<http://books.scielo.org/id/n656x/pdf/sampaio-9788523212117-09.pdf>. Acesso em: 04 set. 2020.

URPIA, Ana Maria de Oliveira; SAMPAIO, Sonia Maria Rocha. Tornar-se mãe no contexto acadêmico: dilemas da conciliação maternidade - vida universitária. **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras**, vol. 3 (2), p. 30-43, 2009. Disponível em:

<https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/reconcavos/article/view/1094/663>. Acesso em: 05 dez. 2020.

APÊNDICE A – Questionário***QUESTIONÁRIO À ESTUDANTE DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - CAMPUS ERECHIM***

O presente questionário faz parte da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “Gravidez na graduação: um estudo crítico e necessário com egressas do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Erechim”, que tem como objetivo geral investigar os impactos e desafios vivenciados por estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul - *Campus* Erechim frente às exigências impostas pelas demandas da academia com as novas, ao se tornarem mães durante seu processo de formação acadêmica.

Desta forma, consideramos sua participação essencial. Assim, as respostas obtidas com este questionário auxiliarão não somente para a elaboração e conclusão desta pesquisa, mas, ao mesmo tempo, possibilitarão uma maior visibilidade às mães universitárias, bem como aos seus anseios e sugestões para a referida Universidade.

Cabe ressaltar que serão tratadas com sigilo as respostas da participante envolvida na pesquisa. Ainda, caso a mesma preferir, o questionário poderá ser respondido de forma anônima.

Por fim, deixo meu agradecimento e me coloco à disposição, por e-mail e telefone, para sanar quaisquer dúvidas e prestar eventuais esclarecimentos.

Pesquisadora: Paula Salete Casado Zago.

E-mail: pauladzago@gmail.com.

Contato: (54) 984008752

Orientadora: Zoraia Aguiar Bittencourt

Atenciosamente,

Paula S. C. Zago
Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia- UFFS- *Campus* Erechim

Cara participante, o roteiro deste questionário foi construído com base nos objetivos específicos estabelecidos para esta pesquisa. Desta forma, você poderá responder livremente com suas próprias palavras.

Aceito responder o questionário, estou ciente do termo e autorizo o uso de minhas respostas

Sim Não

1. Idade.

2. Raça/cor.

3. Qual era sua renda mensal, estando na graduação?

- Menos de 1 salário-mínimo
- 1 salário-mínimo
- Mais de 1 salário e meio
- Mais de 2 salários mínimos
- Mais do que os anteriores

4. Preciou trancar o curso por conta da maternidade? Se sim, por quanto tempo?

5. Preciou cancelar a matrícula? A maternidade teve influência nessa decisão? Por quê?

6. Foi sua primeira gravidez, ou já possuía filhos antes de ingressar na graduação? Quantos?

7. Quais foram as suas motivações, expectativas e anseios ao se inscrever para o Curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade?

8. Qual foi a relevância de uma graduação para sua vida pessoal e profissional?

9. Qual é sua formação atual?

10. Como foi para você se tornar mãe? Quais sentimentos emergiram diante da descoberta da gravidez, sobretudo estando na Universidade?

11. Quais foram os desafios encontrados por você ao conciliar as exigências da vida acadêmica com as novas impostas pela maternidade?

12. Quais são os maiores desafios encontrados por mulheres ao se tornarem mãe?

13. De que maneira a gravidez impactou na sua vida acadêmica, pessoal e profissional? Como procedeu diante disso? Qual a postura adotada por você?

14. Que lembranças você tem sobre momentos agradáveis e desagradáveis no cotidiano como mãe e universitária?

15. Como você percebe a relação mãe universitária – UFFS – professores (as)?

16. Qual a sua opinião sobre a licença maternidade, sobretudo na Universidade? Como procedeu a sua? Houve problemas?

17. Qual era sua rede de apoio quando se tornou mãe estando na universidade? Ou seja, quem lhe ajudava no cuidado com o (a) filho (a)?

18. Você considera a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) foi uma de suas redes de apoio? Por quê?

19. Como você avalia a participação paterna no momento em que você se tornou mãe na graduação?

20. Como a mulher é vista na sociedade e, ainda, como as mães são vistas? Possuem uma cobrança maior do que aquela imposta aos pais? Por quê? Há igualdades?

21. Acredita que algumas atribuições lhe recaem por ser mulher? Quais?

22. Você acredita que a sociedade julga uma mãe que sai para estudar ou para outros compromissos, e deixa o (a) filho (a) com outras pessoas? Por quê? Já passou por esta situação? Como se sentiu?

23. Você considerava alguma ação da Universidade importante no que diz respeito à sua permanência enquanto mãe e estudante? E atualmente, conhece alguma?

24. O que a Universidade poderia oferecer para promover a permanência destas acadêmicas que engravidam durante a graduação?

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)****GRAVIDEZ NA GRADUAÇÃO: UM ESTUDO CRÍTICO E NECESSÁRIO COM ESTUDANTES DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, *CAMPUS* ERECHIM**

Prezada participante,

Você está sendo convidada a participar da pesquisa Gravidez na graduação: um estudo crítico e necessário com estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Erechim, desenvolvida por Paula Salete Casado Zago, discente de Graduação do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* de Erechim, sob orientação da Prof^ª. Dr^ª. Zoraia Aguiar Bittencourt.

O objetivo central do estudo é investigar os impactos e desafios vivenciados por estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul-*Campus* Erechim frente às exigências impostas pelas demandas da academia com as novas, ao se tornarem mães durante seu processo de formação acadêmica. As respostas obtidas com este questionário auxiliarão não somente para a elaboração e conclusão desta pesquisa, mas, ao mesmo tempo, possibilitarão uma maior visibilidade às mães universitárias, bem como aos seus anseios e sugestões para a referida Universidade.

Sua participação não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Você não será penalizada de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desista da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária. Cabe ressaltar que serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-la será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar a pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

Quanto a sua participação nesta pesquisa, esta consistirá em responder perguntas de um roteiro de questionário à pesquisadora do projeto. Deste modo você irá responder inicialmente questões referentes a sua caracterização sociodemográfica. Posteriormente, você também será questionada quanto as suas motivações, expectativas e anseios ao se inscrever para o Curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade. Por fim, o questionário trará questões relacionadas à experiência da gravidez durante a graduação; redes de apoio, participação paterna; ações de apoio e permanência, entre outros questionamentos. O tempo de duração do questionário é de aproximadamente uma (1) hora.

Os dados e o material coletados na pesquisa, serão armazenados em um pen drive e ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão descartados.

É importante ressaltar também que a presente pesquisa não coloca em risco a vida de suas participantes, bem como, não pretende provocar danos morais, psicológicos e físicos. Contudo, o envolvimento diante do questionário poderá suscitar diferentes emoções, de acordo com a significação de seu conteúdo para cada participante. Caso este risco ocorra a pesquisadora poderá flexibilizar e recombina a data de devolução do questionário.

Quanto aos benefícios, relacionados à sua participação nesta pesquisa, citam-se a possibilidade de contribuir significativamente com os estudos sobre Gênero, maternidade e Universidade. Ao mesmo tempo, com base nas suas experiências você poderá relatar suas necessidades e anseios, e ainda, possíveis sugestões a fim de propor ações de apoio e

permanência no referido ambiente universitário (UFFS - *Campus* Erechim). Os resultados serão divulgados em eventos e/ou publicações científicas mantendo sigilo dos dados pessoais.

Caso concorde em participar, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra será entregue ao pesquisador. Não receberá cópia deste termo, mas apenas uma via. Desde já agradecemos sua participação!

Erechim, 08 de março de 2021

Assinatura do Pesquisador Responsável

Contato profissional com o (a) pesquisador (a) responsável:

Tel: (54) 9 8400-8752

E-mail: pauladzago@gmail.com

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS:

Tel e Fax - (0XX) 49- 2049-3745

E-Mail: cep.uffs@uffs.edu.br

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS - Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899 Chapecó - Santa Catarina – Brasil)

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome completo do (a) participante: _____

Assinatura: _____

APÊNDICE C – Ofícios encaminhados à Secretaria Acadêmica e ao Setor de Assuntos Estudantis (SAE) da Universidade Federal da Fronteira Sul- Campus Erechim

A/C: Secretaria Acadêmica do Campus Erechim

Assunto: Solicitação de dados para pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso

Erechim, 28 de janeiro de 2020.

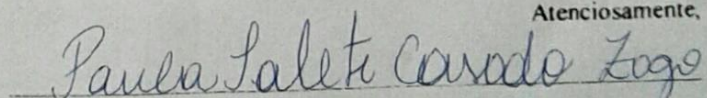
Prezados (as),

Eu, Paula Salete Casado Zago, acadêmica da nona fase do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul - *Campus* Erechim, juntamente com a Profa. Dra. Zoraia Aguiar Bittencourt, solicitamos dados para a elaboração e escrita do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que tem como título provisório "Tomar-se mãe na graduação: um diálogo crítico e necessário com as acadêmicas do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul- *Campus* Erechim". Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo geral conhecer os impactos e os desafios vivenciados pelas acadêmicas do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul - *Campus* Erechim ao se tornarem mães durante seu processo de formação acadêmica, particularmente no período de 2010 a 2019.

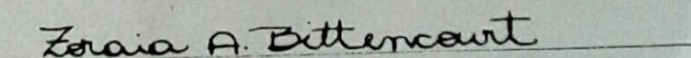
Desse modo, solicitamos os seguintes dados em números.

- Licenças maternidade concedidas desde o ano de 2010 a 2019 (*Campus* Erechim/ Curso de Pedagogia).
- Auxílios creche concedidos atualmente (*Campus* Erechim/ Curso de Pedagogia).
- Acadêmicas que entraram em licença maternidade e que, ao findar a mesma, não retornaram para prosseguirem seu Curso (*Campus* Erechim/ Curso de Pedagogia).
- Acadêmicas que entraram em licença maternidade e que, ao findar a mesma, retornaram para prosseguirem seu curso (*Campus* Erechim/ Curso de Pedagogia).
- Acadêmicas que obtiveram licença maternidade e que se formaram no seu curso (*Campus* Erechim/ Curso de Pedagogia).

Atenciosamente,



Paula Salete Casado Zago (Acadêmica da 9ª fase do Curso de Pedagogia)



Profa. Dra. Zoraia Aguiar Bittencourt (Orientadora da pesquisa de TCC)

A/C: Setor de Assuntos Estudantis (SAE)

Assunto: Solicitação de dados para pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso

Erechim, 04 de dezembro de 2020

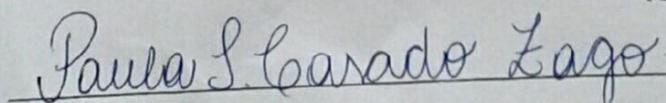
Prezados (as).

Eu, Paula Salete Casado Zago, acadêmica da nona fase do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul- *Campus* Erechim, juntamente com a Profª Drª Zoraia Aguiar Bittencourt, solicitamos dados para a elaboração e escrita do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que tem como título provisório "Tornar-se mãe na graduação: um diálogo crítico e necessário com as acadêmicas do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul- *Campus* Erechim". Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo geral conhecer os impactos e os desafios vivenciados pelas acadêmicas do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul- *Campus* Erechim ao se tornarem mães durante seu processo de formação acadêmica, particularmente no período de 2010 a 2019.

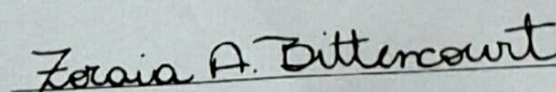
Desse modo, solicitamos os seguintes dados em números.

- Auxílios creche concedidos pela Universidade entre os anos de 2010 a 2019 (Campus Erechim/ Curso de Pedagogia).

Atenciosamente,



Paula Salete Casado Zago (Acadêmica da 9ª fase do Curso de Pedagogia)



Zoraia Aguiar Bittencourt (Orientadora da pesquisa de TCC)

Zoraia Aguiar Bittencourt
Professora UFFS
SIAPE 1880459